

**ROBERTO REQUIÃO**

**MENSAGEM  
À  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**PARANÁ**

**1993**

# **TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1992**

## **GOVERNADOR**

Roberto Requião de Mello e Silva

## **VICE-GOVERNADOR**

Mário Pereira

## **SECRETÁRIOS DE ESTADO**

### **CASA CIVIL**

Luiz Carlos Caito Quintana

### **CASA MILITAR**

Cel. QOPM Wantuil Borges

### **ADMINISTRAÇÃO**

Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho

### **AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

Osmar Fernandes Dias

### **ASSUNTOS EXTERNOS**

Sebastião Rodrigues de Souza Júnior

Mauro Daisson Otero Goulart

### **ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE**

José Tadeu Bento França

Eduardo Requião de Mello e Silva

### **ASSUNTOS DE OUVIDORIA-GERAL**

João Olivir Gabardo

### **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Luiz Fábio Campana

Gilberto Serpa Griebeler

### **CULTURA**

Gilda Poli

### **DESENVOLVIMENTO URBANO**

Homero Morinobu Oguido

### **EDUCAÇÃO**

Elias Abrahão

### **ESPORTE E TURISMO**

Edson Gradia

José Afonso Júnior

### **FAZENDA**

Heron Arzua

### **INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Maurício Roslindo Fruet

Adhail Sprenger Passos

### **JUSTIÇA E CIDADANIA**

Goyá Campos

José Tavares da Silva Neto

### **PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

Carlos Artur Krüger Passos

### **POLÍTICA HABITACIONAL**

Luiz Claudio Romanelli

### **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

### **SAÚDE**

Nizan Pereira Almeida

### **SEGURANÇA PÚBLICA**

José Moacir Favetti

### **TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**

Djalma de Almeida César

José Durval Matos do Amaral

### **TRANSPORTES**

Mário Pereira

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>I</b>
<b>1. PARANÁ: DESEMPENHO MACROECONÔMICO — 1992</b> .....	<b>01</b>
<b>2. AVALIAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL NO ANO DE 1992.</b> .....	<b>15</b>
2.1. Planejamento .....	17
2.2. Desenvolvimento Urbano .....	23
Sanepar .....	25
Famepar .....	28
Comec .....	32
Suceam .....	35
2.3. Meio Ambiente .....	37
2.4. Agricultura e Abastecimento .....	43
2.5. Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia .....	49
2.6. Transportes .....	55
2.7. Energia .....	65
2.8. Educação .....	71
2.9. Saúde .....	77
2.10. Justiça e Cidadania .....	83
2.11. Trabalho e Ação Social .....	91
2.12. Segurança Pública .....	97
2.13. Política Habitacional .....	101
2.14. Cultura .....	105
2.15. Esporte e Turismo .....	111
2.16. Administração Fazendária e Finanças .....	117
Banestado .....	121
2.17. Administração Geral .....	125
DEAM — Departamento Estadual de Administração de Material .....	130
DEAP — Departamento Estadual de Arquivo Público .....	131
DECOM — Departamento de Construção de Obras e Manutenção .....	131
DETO — Departamento de Transporte Oficial .....	131
IPE — Instituto de Previdência do Estado .....	132
2.18. Ouvidoria Geral .....	133

# **INTRODUÇÃO**

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES DEPUTADOS:

Comparecer a esta Casa para apresentar um sucinto panorama das ações desenvolvidas pelo nosso Governo no decorrer do ano de 1992 transcende o cumprimento de uma formalidade legal para se tornar, de fato, uma prestação de contas a toda a população do Paraná, pois, constituída por homens e mulheres alçados, como o Governador, às mais altas responsabilidades do Estado, pelo voto popular direto, esta Casa possui conteúdo fundamental para a construção da Democracia.

Assim sendo, através dos Senhores, dirijo-me a todos os nossos irmãos deste Paraná. A eles devo, antes de mais nada, agradecer o exemplo de trabalho, dedicação, paciência, coragem e honestidade. São com essas virtudes que nós, os paranaenses, construímos, dia a dia, o nosso Estado. É por isto que já se tornou comum afirmar que o Paraná é o Brasil que queremos forjar para o amanhã.

SENHORES DEPUTADOS:

1992 foi um ano rico em acontecimentos que marcarão, indelevelmente, nossa vida política.

A ocupação das ruas e praças do país todo pela sociedade indignada e perplexa mostrou o vigor da Democracia que soubemos reconquistar aos que ensombreceram nossas vidas por mais de duas décadas de autoritarismo e arbítrio.

Os desacertos e mazelas do projeto neoliberal, implementado por um Presidente eleito e sustentado pelo mais formidável esforço de mídia jamais visto em nosso país, conduziram-nos a uma situação de desastre econômico e caos social.

Enquanto a farsa neoliberal era cantada em prosa e verso, enquanto o pseudo-herói das Alagoas ocupava todos os espaços da mídia com suas estripulias esportivas, nós tivemos a satisfação de ter sido o primeiro Governador a fazer frente àquela preocupante unanimidade. Denunciávamos, na ocasião, esquemas de corrupção destinados a desviar recursos das obras públicas e cobrávamos medidas enérgicas do Presidente da República. Nada se fez e tudo parecia ser um tiro n'água. Enfrentamos críticas, chacotas e retaliações. Mas, numa ironia de que só a História é capaz, ficou provado que, de fato, "o tempo é o senhor da

razão”. No silêncio da omissão e da conivência, a corrupção crescia e encorpava. E o tempo nos deu razão.

A mobilização, primeiro de alguns poucos e, em seguida, de toda a sociedade, desmascarou a farsa neoliberal. Surgiu a sua verdadeira face: inflação crescente, endividamento externo exigindo megassaldos comerciais, estagnação do mercado interno, desmantelamento dos serviços públicos mais essenciais, aprofundamento da recessão, desemprego, miséria. E corrupção. Uma corrupção tão ampla e organizada como jamais houve. Não fosse a mobilização de toda a sociedade para a defesa dos interesses nacionais e pela restauração da ética e dignidade hoje, quem sabe, estaríamos completamente dominados pela “Cosa Nostra” que se havia enquistado no próprio coração do Estado brasileiro.

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES DEPUTADOS:

O regime político brasileiro passou por um duro teste. E foi vitorioso.

O “impeachment” do presidente Collor e a tranqüila transferência do cargo ao vice-presidente, Itamar Franco, foi uma demonstração cabal da maturidade que a República atingiu, apesar de todos os percalços.

No entanto, resta ainda uma longa caminhada em direção a uma democracia madura e adulta. Resta o árduo trabalho de implantação dos balizamentos éticos e morais para erradicar os arraigados vícios de uma administração pública arcaica e pesada. A grande campanha pela Ética na Política não terminou com o afastamento do presidente Collor. Ela está apenas começando. É necessário que ela se alastre e contamine, de forma benéfica, todos os setores da vida pública, os Três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário, os partidos políticos... O câncer da corrupção, da desonestidade, do corporativismo nocivo, dos privilégios indevidos, do descaso com as verdadeiras necessidades da população, esse câncer deve ser permanentemente combatido até ser extirpado, de forma radical, do aparelho estatal brasileiro.

O Paraná, SENHORES DEPUTADOS, felizmente não ficou à margem desse grande movimento nacional.

Da mesma forma que aqui foi dada a largada para a memorável campanha das Diretas-Já, aqui também se concretizou o primeiro ato público contra o neoliberalismo “collorido” que asso-

lava o país. Fomos os primeiros a pedir o “Impedimento-Já”. E isto porque, em nosso Estado, vimos de há muito construindo uma cidadania baseada nos pressupostos da ética e da dignidade na vida pública.

Austeridade, coerência, desenvolvimento e justiça social: tais são as marcas estabelecidas pela população do Paraná através do exercício do sagrado direito do voto. E a elas o nosso Governo quer continuar permanecendo fiel. Prova disto é a breve exposição que faremos, a seguir.

Não pretendemos, certamente, apresentar um relato completo das ações de Governo em 92. A elas, os Senhores poderão ter acesso quer através dos anexos que acompanham esta Mensagem, quer através dos minuciosos relatórios que, por força de lei, cada órgão governamental deve fazer publicar no Diário Oficial do Estado.

Queremos, neste momento privilegiado, tecer alguns comentários sobre as principais linhas de ação que, no nosso entender, delineiam o perfil deste Governo. São ações que deixam clara a opção de nos inserirmos na modernidade, não na modernidade ficção-farsa montada pelas elites para perpetuarem seus privilégios às custas do empobrecimento geral. Mas na autêntica modernidade, lastreada pela justiça social e cujo sentido é o de propiciar, a cada cidadão, o pleno acesso aos benefícios e direitos que constituem aquilo que chamamos de “civilização”. É esta a opção deste Governo.

Gostaríamos de iniciar nossa reflexão pela Educação, embalados pelo honroso Prêmio Educação, obtido em função do reconhecimento dos recursos que o Governo direcionou para o ensino público. Alicerçamos nossa proposta de governo em quatro pilares, que orientam todas as ações desenvolvidas: 1) a ampliação e a restauração da rede física, garantindo vagas e condições adequadas de ensino a todas as crianças e jovens paranaenses; 2) a capacitação docente que, realizada integralmente pelos três Graus de Ensino, já aperfeiçoou cerca de cem mil docentes; 3) a participação da comunidade através da gestão colegiada e a experiência pioneira, em relação aos demais Estados, dos Conselhos Escolares implantados em cada escola; 4) a valorização do Magistério. Em relação a este último, somos o primeiro a reconhecer que os níveis salariais ainda são insatisfatórios; no entanto, apesar das imensas dificuldades financeiras, os reajustes concedidos em 92 situaram-se acima dos níveis inflacionários, restando,

infelizmente, as defasagens que se acumularam ao longo da história.

Menção especial merece, sem dúvida, a aquisição de 600 antenas parabólicas que permitirão a interligação, via satélite, de praticamente todas as escolas do Paraná, possibilitando-lhes acompanhar os programas de capacitação à distância e permitindo uma relação mais estreita com a administração central.

Na Agricultura, o Paraná demonstrou ser possível e necessário caminhar em sentido contrário à política econômica recessiva. Os programas e ações desenvolvidos são geradores de renda e de emprego. Uma das iniciativas mais importantes, a expansão do Crédito Equivalente Produto, utilizado por exemplo no “Painel Cheia”, vem sendo cogitada de ser assumida pelo Governo Federal. É uma iniciativa que, além de gerar renda e emprego, recupera o poder de investimento do produtor rural, não o deixando à mercê das incertezas e oscilações da política econômica. Cumpre assinalar, igualmente, os grandes investimentos feitos na preservação dos recursos naturais. A preocupação com a ecologia não é, para nós, simples retórica; ela se concretiza em ações que, da mesma forma que buscam preservar, visam aumentar a produtividade. Superamos, desta forma, a arraigada oposição entre preservação e produtividade, implementando uma política agrícola integrada com as políticas preservacionistas, com enormes benefícios para a produção e para o futuro das novas gerações.

Finalmente, temos de citar o Programa de Melhoramento do Rebanho Bovino Leiteiro, que já financiou mais de 21 mil novilhas leiteiras, e a distribuição de mais de 40 mil ovinos a produtores, que pagarão, em ovelhas, após três anos de carência. A síntese disso tudo é o Paraná Rural, apontado pelo Banco Mundial como modelo para o mundo, que, no ano de 1992, aplicou recursos da ordem de US\$ 21,6 milhões.

Uma outra área que o Paraná tem despertado a atenção do País é a Política Habitacional. Um primeiro fato a ser assinalado é a coragem com que o Governo denunciou o superfaturamento das obras da Caixa Econômica Federal, em conluio com algumas empreiteiras. O que foi objeto de irônica descrença num primeiro momento, tornou-se caso de polícia, com inquéritos



civis e criminais em andamento. Outro fato é a consolidação de um programa inovador, que tornou possível a construção da melhor, maior e mais barata casa popular do país — casas de 48m<sup>2</sup>, cuja prestação não ultrapassa 20% do valor do Salário Mínimo. Por esse programa “Casa da Família”, já entregamos 182 conjuntos, estando em adiantada fase de construção mais 326, num total de mais de 30 mil casas, construídas com recursos do Tesouro e em parceria com as Prefeituras. Podemos anunciar, ainda, a finalização dos estudos para dois novos programas de extrema importância: o “Lote da Família”, que irá atender Curitiba e a Região Metropolitana, e um programa de construção de casas simples, de madeira, para dar teto àqueles irmãos mais marginalizados, que habitam sob lonas ou vivem nas ruas.

Relacionada com a Política Habitacional está a de Saneamento. Neste campo tivemos significativos avanços no atendimento às camadas mais carentes da população, tornando possível seu acesso à água e ao saneamento básico. Uma das nossas grandes vitórias é a assinatura do PROSAM (Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba) que tornará Curitiba, de fato e não ficção, numa capital ecológica. Despoluindo seus rios e dando qualidade às águas da Bacia do Alto Iguaçu, o grande manancial que abastece a cidade, atingindo um nível de 85% na coleta de esgotos e de 100% no seu tratamento, propiciaremos a Curitiba condições ambientais infinitamente superiores às atuais. Não podem ser esquecidas a continuidade das obras do PEDU e a ampliação do abastecimento de água no Litoral, valorizando-o mais e propiciando condições de saúde mais seguras para moradores e veranistas.

Na área da Cultura, nossos esforços se direcionaram para um duplo movimento de interiorização e de projeção. Através das Oficinas Integradas de Cultura, em parceria com as Prefeituras, procuramos dar condições para o desenvolvimento dos valores culturais próprios de cada município. É a interiorização da Cultura. Com o Programa de Incentivo à Produção Artística — o PIPA, em aliança com o BANESTADO, estamos mostrando o Paraná ao Brasil, permitindo o intercâmbio com valores culturais e artísticos de todas as partes do País. Desta forma, abandonamos o conceito que restringia Cultura a Belas-Artes, assumindo-a como um fenômeno global e complexo, do qual o Estado não é “patrocinador” (nem balcão de financiamento), mas “dinamizador” das possibilidades culturais diversificadas do nosso povo.

Tivemos a honra de inaugurar, neste ano, havendo seguido rigorosamente o cronograma estabelecido, a Usina Hidrelétrica de Segredo, com a entrada em operação da primeira das quatro unidades geradoras. Com um custo final de US\$ 750 por quilowatt, Segredo se destaca como um dos empreendimentos hidrelétricos mais baratos do país, tendo se transformado num paradigma do que é possível construir quando se estabelecem austeridade e honestidade como valores fundamentais na administração pública. As obras de Segredo continuam, garantindo o processo de desenvolvimento econômico e social do Paraná. Ao lado dela, estamos iniciando as obras da Usina de Salto Caxias, que deverá entrar em operação no fim desta década.

Esforço considerável foi realizado pela Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A — FERROESTE que, em convênio com o Ministério do Exército, está construindo a infra-estrutura ferroviária ligando Guarapuava ao Oeste do Estado. No momento, está em fase de conclusão o Módulo I, ligando o Terminal Rodoferroviário da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios com o pátio da RFFSA em Guarapuava, possibilitando o melhor escoamento de 700 mil toneladas/ano de grãos em direção ao Porto de Paranaaguá. A Ferroeste adotou a sistemática de adquirir diretamente os principais insumos necessários, garantindo melhores preços e a ausência de custos indiretos. Os investimentos diretos realizados em 1992, com recursos do Tesouro, totalizaram US\$ 15,5 milhões.

O Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU tem sido de fundamental importância no conjunto das ações e obras do setor que no seu conjunto gerencia investimentos da ordem de US\$ 427,5 milhões. Os programas desenvolvidos guardam, em sua maioria, a marca registrada que este Governo pretende dar às suas ações, ou seja, a marca da parceria com os municípios. Entendemos, desde o início, que as Prefeituras Municipais, como autênticas células matrizes da cidadania, têm condições de aplicar os recursos com rapidez e eficiência, devidamente auxiliadas pela infra-estrutura técnica do Estado. Em 1992, o PEDU comprometeu recursos da ordem de US\$ 157,9 milhões. Apenas para efeito comparativo, ao longo de oito anos de funcionamento, o PRAM investiu US\$ 100 milhões, ao passo que, em um ano e meio deste Governo, o PEDU já comprometeu US\$ 176 milhões.

De especial relevância para o desenvolvimento do nosso

Estado é o BID IV, financiamento de US\$ 173,5 milhões para a manutenção e melhoramento de 2.300 quilômetros de estradas estaduais, assegurando melhores condições de conforto, economia e segurança aos usuários.

Por último, não podemos deixar de mencionar os avanços conseguidos com relação à administração do Estado. Sinteticamente, enunciaremos como principais metas alcançadas em 92:

1º: A uniformização das tabelas salariais, com a padronização da remuneração entre os antigos celetistas e os estatutários. A maior consequência disto está na criação e instituição do Fundo de Previdência do Estado que, apesar de colocar todos os servidores sob um único regime, ao nível do Executivo, não gera custos adicionais. Cabe ressaltar que o Paraná é o único Estado no qual todas as Fundações e Autarquias utilizam uma única tabela salarial. Por outro lado, a instituição do Fundo de Previdência permite fazer uma significativa provisão para o futuro e possibilita que, mesmo com o pagamento das aposentadorias e pensões, o Governo não se veja na contingência de comprimir os salários dos que estão na ativa. Da mesma forma, quando da aposentadoria de servidores, novos poderão ser admitidos sem ônus adicionais, garantindo a continuidade da qualidade dos serviços prestados.

2º: O trabalho integrado da Administração Fazendária e de Recursos Humanos, graças ao enxugamento da máquina administrativa, à maior fiscalização e ao incentivo à arrecadação, possibilitou reajustes salariais superiores aos índices inflacionários, além da redução das despesas de serviços de 20% em relação a 91.

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES DEPUTADOS:

Esta foi uma pequena mostra do gigantesco trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Poder Público Estadual para garantir à população que paga seus impostos os serviços que ela deseja e tem direito.

Ao finalizar, não posso deixar de mencionar a importância do trabalho harmonioso entre Executivo e Legislativo, que possibilitou a execução de todas as medidas anunciadas com tranquilidade. Não somos partidário das unanimidades absolutas, que distorcem a Democracia. A oposição tem uma função absolutamente fundamental; sua vigilância crítica impede que os erros

se alastrem e permite que Governos bem-intencionados corrijam seu rumo. Mas a capacidade de estabelecer um diálogo fecundo é determinante para que o Poder Público cumpra com suas finalidades. Executivo e Legislativo souberam afinar suas posições com o superior diapasão do interesse público. Este é um exemplo a ser seguido pelo Brasil.

Encerraria estas palavras, reafirmando minha convicção nas imensas possibilidades do Paraná e do Brasil, conclamando todos à Esperança num futuro melhor. Futuro que construiremos dia após dia, com a lucidez que o Poeta aponta:

“Enquanto tudo vai bem  
que bom que tudo vai bem!  
Mas se uma coisa vai mal,  
faz mal dizer que não há  
nada de mau:  
o bom é sanar o mal,  
a confirmar afinal  
que há males que vêm  
para bem.” (Geir Campos)

Muito obrigado.

Curitiba, 15 de fevereiro de 1993

ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado do Paraná

**1. PARANÁ: DESEMPENHO  
MACROECONÔMICO — 1992**

# 1. PARANÁ: DESEMPENHO MACROECONÔMICO — 1992

Este texto reúne algumas informações sobre o desempenho das economias paranaense e brasileira em 1992, na busca permanente de facilitar a compreensão da dinâmica macroeconômica estadual e sua inserção no contexto nacional. Os indicadores apresentados constituem estimativas preliminares, elaboradas com dados observados até os meses de agosto e outubro, dependendo da variável, as quais deverão ser substituídas quando as estatísticas básicas estiverem disponíveis para todo o ano de 1992.

Depois de atravessar 1991 observando a perversa combinação de inflação alta e ascendente com recessão — acentuada no último trimestre do ano pela explosão das taxas de juros e frustração das expectativas de expansão do consumo, através da liberação dos novos cruzados bloqueados pelo Plano Collor 1 — a economia brasileira ensaiou um movimento de progressiva reativação dos níveis de atividade nos primeiros meses de 1992. Esse movimento esteve vinculado à performance favorável das exportações industriais e à expansão da produção agrícola e seus reflexos sobre a renda setorial, processamento agroindustrial e comercialização.

Adicionalmente, o quadro geral de expectativas dos agentes, que passa a incorporar a forte probabilidade de não ocorrência de mudanças bruscas nos rumos da política econômica, sugeria a possibilidade de irradiação desses dois focos de dinamismo aos demais segmentos da economia.

No entanto, tal perspectiva não se concretizou e, o que é mais grave, a produção retomou sua trajetória descendente já a partir do segundo trimestre do ano.

Essa nova inflexão pode ser atribuída a três ordens simultâneas e articuladas de fatores.

Em primeiro lugar, aparece o elemento sazonal, configurado na redução de intensidade dos impactos da safra no complexo agroindustrial e nas indefinições quanto ao planejamento do plantio da safra de verão 92/93, devido à ausência de referências oficiais precisas acerca dos preços mínimos e volume de financiamentos.

Em segundo lugar, destaca-se o prosseguimento do programa de austeridade monetária e fiscal, em face dos resultados pouco animadores no front inflacionário — resistência das taxas na elevada faixa de 22% a 25% ao mês, desde fevereiro, das dificuldades técnicas e políticas para a execução de uma consistente reforma fiscal (dada a complexidade das modificações constitucionais propostas pelo Executivo ao Congresso Nacional) e da perspectiva de um novo salto nos níveis de inflação. Tais níveis são influenciados decisivamente pelo início da entressafra agrícola, pelas majorações reais das tarifas públicas e suas repercussões na cadeia produtiva, pelo reajuste do salário-mínimo e pela agudização da crise fiscal.

Dessa forma, consolidou-se o quadro recessivo decorrente da manutenção e intensificação dos mecanismos convencionais de estabilização conjuntural — austeridade monetária com juros reais elevados e política fiscal sustentada em rigoroso controle de caixa —, traduzido numa situação de estreitamento do mercado interno. Essa estabilização foi determinada pela continuidade do processo de ajuste privado à crise, mediante redução sistemática dos níveis de emprego, principalmente a partir de outubro de 1991, com a explosão dos juros. Isso neutralizou as repercussões positivas das exportações e da renda agrícola, que apresentaram crescimento de 46,5% e 6,6%, respectivamente, conforme previsões do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA).

Além dos impactos da conjuntura recessiva, o movimento de modernização e reestruturação industrial em direção a uma maior eficiência e competitividade, também contribuiu para o aumento permanente das taxas de desemprego, o que justifica os resultados da pesquisa sobre “Emprego e Salário na Indústria”, realizada pelo IBGE — referente ao intervalo janeiro/agosto de 1992, que apontam queda de 6,7% no emprego industrial e crescimento de 5% na massa salarial real. Na prática, a demissão de mão-de-obra menos qualificada obriga as empresas a conviverem com trabalhadores mais especializados, elevando o salário médio.

Em terceiro lugar, desponta a crise política, desencadeada pela seqüência de denúncias de corrupção envolvendo a cúpula do governo federal, que provocou imediata reação defensiva dos agentes econômicos, não revertida com a mudança presidencial. Na verdade, as incertezas derivadas de um contexto de grave instabilidade institucional, sem horizonte de rápida solução, conjugadas à ausência de uma proposta coerente para a condução da economia por parte do governo Itamar, forçaram um rearranjo das estratégias empresariais, via crescente desaceleração nas decisões de produção, inversões e compras, justamente num período marcado pela ampliação dos patamares de atividade vinculada às vendas de fim de ano e ao plantio da safra de verão.

Os dois meses de governo Itamar não conseguiram modificar o ambiente conjuntural. Apesar dos tímidos sinais de recuperação da atividade industrial, localizada em alguns segmentos voltados ao suprimento da demanda de fim de ano (eletrodomésticos, televisores, etc.), desaceleração da inflação e manutenção de elevados saldos comerciais, persiste a situação recessiva atrelada às incertezas quanto aos rumos da política econômica. O relativo arrefecimento do ímpeto de variação do nível geral de preços em novembro e dezembro, por conta do adiamento de reajustes tarifários, deve ocasionar repiques no começo de 1993, ligados às pressões altistas oriundas do reajuste do salário-mínimo e dos efeitos da provável aplicação dos novos impostos (IPMF e Seletivo). Frise-se que, a despeito da inexistência de relação causal entre salário e inflação, numa situação fortemente inercial como a brasileira, qualquer interferência nos preços-chave da economia (salários, tarifas e câmbio) induz à permanência dos índices inflacionários em patamares elevados.

Em síntese, a economia brasileira experimenta uma trajetória recessiva

desde o último trimestre de 1989, aprofundada durante o governo Collor. Segundo projeções do IPEA, o Produto Interno Bruto (PIB) do país declinará 1,5% em 1992 (tabela 1), confirmando que o crescimento agrícola e a performance positiva das exportações foram insuficientes para reduzir os impactos retracionistas das limitações monetárias e fiscais.

**TABELA 1 — TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE — 1992**

SETOR DE ATIVIDADE	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Agropecuário	6,2
Lavouras	6,6
Produção animal	5,6
Indústria	(5,1)
Transformação	(6,3)
Construção Civil	(5,3)
Demais	2,2
Serviços	(0,3)
Comércio	(4,9)
Transportes	2,6
Demais	1,0
<b>TOTAL</b>	<b>(1,5)</b>

FONTE: IPEA

NOTA: As projeções não incorporam a ligeira melhora sazonal verificada a partir do mês de outubro.

Considerando que esse cenário de desequilíbrio macroeconômico (inflação alta e recessão) resulta da persistência de fortes esquemas de indexação, mesmo na presença de demanda reprimida e da continuidade do desequilíbrio estrutural do setor público, a rota econômica de 1993 dependerá do estado das expectativas em relação ao definitivo equacionamento da questão fiscal.

Embora tenha sentido os impactos da conjuntura recessiva em nível nacional, a economia paranaense experimentou expansão em 1991 (2,47% contra 0,95% do Brasil — tabela 2), sustentada pelo desempenho da agropecuária (sobretudo das lavouras de algodão, trigo e café) e da indústria (especialmente da construção civil e seus fornecedores industriais de extração de minerais, minerais não-metálicos e madeira). A expressiva performance da construção civil é explicada pela aceleração do ritmo de construção da Usina Hidrelétrica de Segredo.

**TABELA 2 — TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ E BRASIL — 1991-1992**

SETOR DE ATIVIDADE	1991		1992	
	PARANÁ	BRASIL	PARANÁ	BRASIL
Agropecuária		3,40	2,62	0,90
6,20 Indústria		3,03	(0,76)	(1,74)
(5,10) Comércio		1,20	1,12	1,15
(4,90) TOTAL		2,47	0,95	(0,13)
(1,50)				

FONTE: IBGE, IPEA, IPARDES



Merece registro também a evolução da produção dos gêneros papel e papelão, este voltado ao mercado externo, e têxtil, bebidas e fumo (tabela 3). Ao mesmo tempo, as quedas observadas pelos ramos da metalurgia, mecânica, material de transporte (principalmente caminhões), química (soja, refino de petróleo e fertilizantes nitrogenados) e produtos alimentares reproduzem no Estado o panorama de contração econômica nacional.

**TABELA 3 — TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL, SEGUNDO SUB-SETORES E GÊNEROS, NO PARANÁ — 1991-1992**

SUBSETOR/GÊNERO	(Em %)	
	1991	1992
Extrativa e de Transformação	0,53	1,23
Extração de Minerais	17,57	133,18
Minerais não Metálicos	2,77	(3,06)
Metalurgia	(21,81)	24,84
Mecânica	(8,76)	(37,05)
Material Elétrico e de Comunic.	11,48	6,36
Material de Transporte	(12,05)	6,30
Madeira	6,07	1,84
Mobiliário	4,54	(0,03)
Papel e Papelão	2,69	1,72
Borracha	22,16	(9,23)
Couros e Peles	7,01	(2,26)
Química	0,96	(4,70)
Produtos Farmacêuticos e Veter.	30,32	5,60
Perfumaria, Sabões e Velas	24,76	14,99
Produtos de Matéria Plástica	9,35	2,98
Têxtil	19,17	(16,48)
Vestuário, Calçados e Artefatos	20,38	7,57
Produtos Alimentares	(4,01)	2,17
Bebidas	7,91	(18,08)
Fumo	7,77	(3,25)
Editorial e Gráfica	10,42	12,85
Diversas	(28,25)	64,90
Construção Civil	8,96	(11,29)
Serviços Industriais de Utilidade	4,70	4,40
TOTAL	3,03	(1,74)

FONTE: IPARDES

A reduzida taxa de expansão econômica do Estado, em 1991, articulada com um comportamento desfavorável da estrutura de preços relativos, ensejou um ligeiro declínio da participação paranaense no PIB brasileiro, em que pese o PIB per capita ter sido 3,4% superior ao nacional, em razão do seu menor ritmo de crescimento populacional (tabela 4).

**TABELA 4 PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO E PIB TOTAL E PER CAPITA DO PARANÁ E BRASIL — 1980-1985-1990-1991**

ANO	% PIB PR/BR	PRODUTO INTERNO BRUTO			
		Total em US\$ Bilhões		Per Capita em US\$	
		Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
1980	6,69	...	...	...	...
1985	6,51	...	...	...	...
1990	6,02	414,060	24,932	2882,02	2980,45
1991	5,96	429,488	25.607	2932,68	3033,08

FONTE: Banco Mundial, IBGE, IPARDES

NOTA: Apesar da reconhecida dificuldade de converção do PIB em cruzeiros para dólares, devido às distorções associadas ao uso da taxa cambial como instrumento de política econômica, procedeu-se a um esforço de mensuração para os anos de 1990 e 1991, a partir dos resultados estimados pelo Banco Mundial.

... : não existe a estimativa

Em 1992, o PIB estadual deve registrar estagnação (queda de 0,13%), acompanhando a instabilidade macroeconômica que o país atravessa. As atividades mais afetadas integram as cadeias agroindustriais atreladas às safras de algodão, soja, trigo e café, que experimentaram reduções de 4,31%, 3,23%, 12,37% e 46,51%, respectivamente, e à bovinocultura, -20,01% (tabela 5).

**TABELA 5 — TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS — 1991-1992**

PRODUTO	(Em %)	
	1991	1992
Algodão	20,12	(4,31)
Alho	12,78	3,10
Amendoim	(6,20)	1,27
Arroz	(35,42)	32,37
Batata-doce	4,03	2,35
Batata-inglesa	6,05	4,54
Cana-de-açúcar	4,11	14,58
Cebola	(2,36)	26,84
Feijão	24,84	32,39
Fumo	2,92	48,94
Mamona	(22,31)	(45,27)
Mandioca	3,53	(2,73)
Milho	(6,47)	52,68
Rami	(21,45)	(18,74)
Soja	(24,06)	(3,23)
Tomate	14,29	(6,53)
Trigo	30,98	(12,37)
Banana	26,22	2,34
Café	28,86	(46,51)
Laranja	0,10	2,35
Tangerina	(11,51)	2,35
Uva	5,80	(0,23)
Extração vegetal e silvicultura	1,20	1,20
Aves (galinhas)	8,32	3,45
Bovinos	(5,20)	(20,01)
Suínos	9,26	13,26
Lã	6,73	8,70
Leite	2,16	0,43
Casulos	14,29	6,67
Cera	(2,00)	4,08
Mel	2,21	1,61
Ovos	2,00	2,01

FONTE: SEAB/DERAL, IBGE, IPARDES

No caso do trigo, o decréscimo da produção pode ser atribuído à ocorrência de geadas, chuvas e proliferação de pragas, especificamente na Região Oeste do Estado; a pequena safra de café deve-se à tendência de erradicação da cultura diante das reduzidas cotações internacionais do produto e da absoluta falta de perspectiva de retorno do regime de fixação de cotas para recuperação dos preços. Com relação à soja e ao algodão, a queda nas quantidades colhidas decorre da estiagem, que prejudicou o desenvolvimento das culturas.

No setor industrial, as diminuições de produções mais pronunciadas ocorreram nos gêneros mecânica, química (soja e petróleo processado), têxtil, bebidas e fumo, em resposta à retratação da demanda interna para investimento e consumo, fruto da desordem econômica que acompanha a escalada inflacionária.

Ainda assim, os reflexos da crise foram menos intensos no Estado, em razão do comportamento positivo das safras de milho (e seus desdobramentos na suinocultura agroindústria e comercialização) e feijão, e da reação constatada nas indústrias de metalurgia, material elétrico e de comunicações e material de transporte. Parece oportuno observar a forte influência do subsetor construção civil nas taxas, devido à aceleração das obras civis da barragem de Segredo (1991) e seu encerramento (julho de 1992).

As repercussões do prolongamento e agravamento da recessão nacional podem ser avaliadas no Paraná, ainda, pela diminuição dos níveis de faturamento e emprego industrial de 6,72% e 5,64%, respectivamente, de janeiro a outubro de 1992, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Ademais, informações do Ministério do Trabalho e Previdência Social revelam declínio de 6,9% no emprego formal da economia paranaense, no período de janeiro a setembro de 1992.

# RESULTADOS ESTADÍSTICOS DO PIB NACIONAL E ESTADUAL — 1980-92

TABELA 1 — VALORES TOTAL E PER CAPITA DO PIB, POPULAÇÃO RESIDENTE E DEFLATOR IMPLÍCITO, NO PARANÁ — 1980-91

ANO	VALOR TOTAL DO PIB			POPUL. RESIDENTE (1.000 hab.)	VALOR PER CAPITA DO PIB			DEFLATOR IMPLÍCITO	
	Preços Correntes (C\$ 1.000)	Preços de 1980	Índices do Produto Real Base 1980 = 100		Preços Correntes (C\$ 1.000)	Preços de 1980	Índices do Produto Real Base 1980 = 100	Base 1980 = 100	Var. Anual (%)
1980	833	833	100,0	7.629	0,11	0,109	100,00	100	79
1981	1.844	888	106,4	7.700	0,27	0,115	105,5	188	86
1982	3.090	802	96,3	7.771	0,40	0,103	94,5	388	107
1983	7.464	820	98,5	7.843	0,95	0,105	96,3	910	136
1984	24.472	812	97,5	7.916	3,09	0,103	94,5	3.014	231
1985	90.323	910	112,8	7.989	11,31	0,118	108,3	9.609	219
1986	217.912	940	113,9	8.063	27,03	0,118	108,3	22.962	139
1987	740.574	1.159	139,1	8.137	91,01	0,142	130,3	63.898	178
1988	5.803.787	1.129	135,5	8.212	706,70	0,137	125,7	514.064	705
1989	80.295.305	1.183	142,0	8.288	9.688,06	0,143	131,2	6.787.769	1.220
1990	1.970.834.893	1.105	132,7	8.365	235.601,00	0,132	121,1	178.356.100	2.528
1991	9.837.031.157	1.133	136,0	8.442	1.165.178,92	0,134	122,9	868.228.700	387

FONTE: IPARDES

NOTA: Acompanhando procedimento adotado pelo IBGE na montagem do Sistema de Contas Nacionais, a população residente nos anos intercensitários foi estimada por interpolação geométrica.

**TABELA 2 — VALORES TOTAL E PER CAPITA DO PIB, POPULAÇÃO RESIDENTE E DEFLATOR IMPLÍCITO, NO BRASIL — 1980-91**

ANO	VALOR TOTAL DO PIB				POPUL. RESIDENTE (1.000 hab.)	VALOR PER CAPITA DO PIB				Índices do Produto Real	DEFLATOR IMPLÍCITO			
	Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real			Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real			Preços de 1980		Preços de 1980	
	Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980 = 100	Var. Anual (%)		Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980 = 100	Var. Anual (%)		Preços de 1980	Preços de 1980	Base 1980 = 100	Var. Anual (%)
1980	12.450	12.450	100,0	9,2	118.623	0,105	100,0	6,8	100	100	100	90		
1981	24.408	11.895	95,5	(4,5)	120.918	0,202	93,7	(6,3)	205	205	105	105		
1982	49.676	11.959	96,1	0,5	123.256	0,403	92,4	(1,4)	415	415	102	102		
1983	114.010	11.546	92,7	(3,5)	125.640	0,907	87,6	(5,3)	987	987	138	138		
1984	369.149	12.153	97,6	5,3	128.070	2,882	90,4	3,3	3.037	3.037	208	208		
1985	1.386.535	13.117	105,4	7,9	130.547	10,621	95,7	5,9	10.571	10.571	248	248		
1986	3.673.071	14.114	113,4	7,6	133.072	27,602	101,1	5,6	26.025	26.025	146	146		
1987	11.573.648	14.621	117,4	3,6	135.646	85,322	102,7	1,6	79.156	79.156	204	204		
1988	86.551.111	14.606	117,3	(0,1)	138.270	625,957	100,6	(2,0)	592.585	592.585	649	649		
1989	1.271.755.579	15.085	121,2	3,3	140.944	9.023,126	102,0	1,3	8.434.870	8.434.870	1.323	1.323		
1990	32.730.993.700	14.425	115,8	(4,4)	143.670	227.820,656	95,7	(6,2)	226.940.493	226.940.493	2.592	2.592		
1991	164.990.697.900	14.559	116,9	0,9	146.449	1.126.608,566	94,7	(1,0)	1.133.251.474	1.133.251.474	399	399		

FONTE: IBGE

NOTA: População estimada para 1º de julho (estimativa já incluindo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991).

**TABELA 3 — TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1970-80 — 1980-92 (Em %)**

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA			Total	COMÉRCIO	PIB
		Ind. Extr. Mineral e de Transformação	Construção Civil	Serv. Indust. de Utilidade Pública			
1970-80	19,1	35,3	(16,6)	7,9	23,3	26,3	22,9
1980-81	11,7	3,6	4,8	6,8	4,0	4,7	6,4
1981-82	(8,3)	(14,3)	(1,5)	7,8	(10,7)	(8,8)	(9,5)
1982-83	6,7	3,8	(17,9)	6,3	(0,3)	2,0	2,2
1983-84	(2,4)	(1,6)	(11,3)	11,2	(2,0)	1,4	(1,0)
1984-85	25,4	10,4	17,3	14,8	11,5	12,1	15,8
1985-86	(16,3)	4,0	25,2	2,7	6,5	8,3	0,9
1986-87	53,3	14,9	1,2	7,9	11,3	9,9	22,2
1987-88	(9,7)	0,7	3,2	7,8	1,8	(2,1)	(2,6)
1988-89	1,5	7,2	(2,6)	3,9	4,8	6,6	4,8
1989-90	(9,7)	(5,8)	(4,8)	3,2	(4,8)	(6,7)	(6,6)
1990-91	3,4	0,5	9,0	4,7	3,0	1,2	2,5
1991-92	0,9	1,2	(11,3)	4,4	(1,7)	1,1	(0,1)

FONTE: IPARDES

**TABELA 4 — ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1980-92**

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA				Total	COMÉRCIO	PIB
		Ind. Extr. Mineral e de Transformação	Construção Civil	Serv. Indúst. de Utilidade Pública	Total			
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
1981	111,7	103,6	104,8	106,8	104,0	104,7	106,4	
1982	102,4	88,8	103,2	115,1	92,9	95,5	96,3	
1983	109,3	92,2	84,7	122,4	92,6	97,4	98,4	
1984	106,7	90,7	75,1	136,1	90,7	98,8	97,4	
1985	133,8	100,1	88,1	156,2	101,1	110,8	112,8	
1986	112,0	104,1	110,3	160,4	107,7	120,0	113,9	
1987	171,7	119,6	111,6	173,1	119,9	131,9	139,1	
1988	155,0	120,4	115,2	186,6	122,1	129,1	135,5	
1989	157,3	129,1	112,2	193,9	128,0	137,6	142,0	
1990	142,0	121,6	106,8	200,1	121,9	128,4	132,7	
1991	146,8	122,2	116,4	209,5	125,6	129,9	136,0	
1992	148,1	123,8	103,3	218,7	123,4	131,4	135,8	

FONTE: IPARDES

NOTA: Base 1980 = 100



TABELA 5 — ESTIMATIVA DE ÁREA E PRODUÇÃO DE PRODUTOS SELECIONADOS NO PARANÁ — 1990/91  
— 1991/92

PRODUTOS	SAFRA 1990/91		SAFRA 1991/92		Produção (t) (D)	% 92 C/A	% 92 D/B	SITUAÇÃO DAS LAVOURAS
	Área (ha) (A)	Produção (t) (B)	Área (ha) (C)	Produção (t) (D)				
Algodão (em caroço)	618.000	1.024.111	700.000	980.000	13,3	(4,3)	100% colhida	
Amendoim	2.438	3.298	2.210	3.240	(9,4)	1,3	100% colhida	
Arroz (sequeiro)	104.392	94.028	116.400	145.700	11,5	55,0	100% colhida	
Arroz (irrigado)	16.905	69.684	17.600	71.000	4,1	1,9	100% colhida	
Café (beneficiado)	383.355	201.922	310.000	108.000	(19,1)	(46,5)	100% colhida	
Feijão (água)	569.038	304.167	530.000	410.000	(6,9)	34,8	100% colhida	
Feijão (seca)	32.315	33.890	40.200	39.000	24,4	15,7	100% colhida	
Feijão (inverno)	22.683	10.275	25.694	11.962	13,3	16,4	100% colhida	
Mamona	3.127	4.513	1.900	2.470	(39,2)	(45,3)	100% colhida	
Milho (normal)	2.110.213	4.433.688	2.200.000	6.750.000	28,7	57,6	100% colhida	
Milho (sarrnia)	2.248.564	3.531.216	320.000	620.000	(9,1)	(3,2)	100% colhida	
Soja	1.972.538	1.263	1.794.000	3.417.000	(24,4)	(45,4)	100% colhida	
Sorgo	450	1.263	340	690				
Aveia	70.473	74.096	67.000	85.000/95.000	(4,9)	21,5	40% colhida	
Centeio	2.981	3.628	2.750	3.500/3.700	(7,7)	(0,8)	30% colhida	
Cevada	22.974	31.052	20.000	40.000/45.000	(12,9)	36,9	100% plantada	
Trigo	1.082.358	1.825.929	1.210.000	1.550.000/1.650.000	11,8	(12,4)	83% colhida	
Alho	1.391	4.801	1.200	4.700/5.200	(13,7)	3,1	100% plantada	
Batata (água)	24.659	379.027	27.110	455.500	9,9	20,2	100% colhida	
Batata (seca)	16.991	274.797	16.815	228.000	(1,0)	(17,0)	100% colhida	
Cebola	6.023	43.560	7.300	55.250	21,2	26,8	100% colhida	
Tomate (saltau)	1.269	50.517	1.175	49.800	(7,4)	(1,4)	100% colhida	
Tomate (risco)	225	11.555	215	8.200	(4,4)	(29,0)	100% colhida	
Caná-de-açúcar	172.296	12.500.000	185.000	13.500.000/14.500.000	7,4	12,0	81% colhida	
Fumo	22.865	41.494	32.000	61.800	42,0	48,9	100% colhida	
Mandioca	102.265	2.261.788	100.000	2.000.000/2.400.000	(2,2)	(2,7)	92% colhida	
Rami	5.559	7.999	5.300	6.500	(4,7)	(18,7)	100% colhida	
Casulo-de-seda	41.120	12.006	45.000	12.800	9,4	6,6	100% colhida	

FONTE: SEAB/DERAL, IBGE

## **2. AVALIAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL NO ANO DE 1992**

## **2.1. PLANEJAMENTO**

## 2.1. PLANEJAMENTO

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral atuou como instrumento de apoio ao ordenamento das decisões governamentais e de cooperação com as demais pastas, em especial na integração dos sistemas de processamento de dados e informações, orçamento, administração financeira e pagamento de pessoal.

Evoluíram de forma significativa as relações com outras esferas de governo, no campo do planejamento e da identificação de oportunidades, de cooperação econômica, científica e tecnológica, bem como a realização de contatos e acordos internacionais, com províncias e representantes de empresas da China, Japão, Canadá e no âmbito do MERCOSUL.

Em que pesem as dificuldades impostas ao Estado pela recessão, com a conseqüente diminuição da arrecadação de tributos e recebimentos de transferências de recursos da União, a execução programada da lei de orçamento permitiu a realização de importantes objetivos, ao mesmo tempo em que se manteve o rigoroso equilíbrio entre a receita e a despesa estaduais. Destacam-se entre as grandes realizações do Governo do Estado, em 1992: a conclusão das obras civis e a operação da primeira turbina da Usina de Segredo, no rio Iguaçu; a construção de habitações populares; o financiamento, com cláusula de valores em "equivalência-produto", para pequenos e médios produtores rurais; o início, em convênio com o Exército brasileiro, das obras da Ferrovia Paraná-Oeste (FERROESTE), que ligará as regiões de Guaapuava, Cascavel e Guaíra.

A SEPL tem atuado na elaboração conjunta de projetos, com a finalidade de obter recursos internos e externos para investimentos em áreas prioritárias, o que possibilitou a contratação de recursos tanto do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, para o Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba — PROSAM, a ser executado pela COMEC, SANEPAR e Prefeitura Municipal de Curitiba, quanto do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, para o Programa de Conservação e Restauração de Rodovias Estaduais, a ser executado pelo DER, bem como o avanço na elevação do Projeto de Melhoria do Ensino de Primeiro Grau no Estado, em parceria com a SEED, a ser financiado pelo BIRD.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES desenvolveu importantes trabalhos, com relevo para três projetos: Reordenamento da Pesquisa, com vistas ao atendimento das prioridades do Estado; adequação da Base de Dados do Estado, com o objetivo de torná-la instrumento operacional eficiente na identificação das propostas de soluções de conformidade com os interesses do Estado; a retomada do Programa de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, em nível superior, aspirando-se à consolidação de uma escola superior de administração pública, para preparo e aperfeiçoamento profissional do funcionalismo estadual.

Na área de coordenação, a SEPL desenvolveu ações voltadas à reestruturação e modernização do ensino público no Estado do Paraná, dando conti-

nuidade às negociações com o Banco Mundial, para o Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná, que será objeto de avaliação por missão técnica do BIRD no início de 1993 e prevê a aplicação de US\$ 300 milhões nas escolas públicas estaduais e municipais de 1º grau, em parceria do Estado com municípios.

As ações a serem cobertas pelo financiamento e pela contrapartida do Tesouro Estadual são dirigidas, prioritariamente, às áreas de expansão da rede física, da capacitação dos profissionais da educação, dos materiais e equipamentos pedagógicos, ao sistema de gestão educacional e a um programa de expansão da pré-escola.

### PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA — PROSAM

A SEPL, através da Unidade de Gerenciamento do PROSAM, empenha-se na formulação de um conjunto de soluções integradas para os problemas ambientais da Região Metropolitana de Curitiba, com ênfase à interseção do processo de urbanização com a dinâmica dos recursos hídricos na Bacia do Alto Iguaçu.

A execução do programa prevê: gestão dos recursos ambientais, com vistas ao controle do uso e ocupação do solo e da apropriação dos recursos ambientais, monitoração, fiscalização e educação ambiental, proteção e aproveitamento de mananciais de abastecimento.

Os investimentos totais, estimados em US\$ 246 milhões, serão financiados, em parte, com recursos locais (52,5%), aportados pelo Estado (23,4%), Companhia de Saneamento do Paraná (17,9%), Município de Curitiba (10,7%) e demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba (0,5%). O restante (47,5%) será tomado a crédito do Banco Mundial — BIRD, cujo contrato foi firmado em 17 de dezembro de 1992.

A implantação do Escritório Brasil-China — EBC, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, viabilizada em 1992, por termo de acordo de cooperação técnica e financeira estabelecido entre a SEPL e o Banco do Estado do Paraná S.A., confirma as reais possibilidades, de integração existentes entre as estruturas da economia paranaense e chinesa.

Em 1992, destacam-se as atividades de: apoio à realização de quatro missões chinesas; participação do EBC na elaboração do estudo de viabilidade econômica, para implantação de uma empresa de aquíicultura no litoral do Paraná; suporte técnico ao projeto de implantação de 50 teares para a produção de tecido de seda.

### NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DO MERCOSUL

Vinculado à SEPL, o Núcleo foi instituído pelo Decreto Governamental nº 1.702, de 09/11/92 e conta com o apoio do Banco do Estado do Paraná S.A.

Tem como objetivo, o estabelecimento de canais para discussão e encami-

nhamento das questões de interesse do empresariado paranaense, constituindo-se, também, um elo de articulação entre as instâncias afins do Governo federal e os diversos segmentos da sociedade paranaense. Para isso, o Núcleo vem desenvolvendo ações de apoio à realização de cursos e gestões ao nível estadual e federal.

## PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

A SEPL deu continuidade à elaboração de estudos e projetos de natureza organizacional e ao preparo de propostas de adequação das estruturas, com a conseqüente formatação das leis, decretos, estatutos, regulamentos e regimentos internos de órgãos e entidades da administração pública estadual.

Realizou também, a revisão de atos constitutivos e o ajuste apropriado às estruturas das fundações, que foram transformadas em autarquias, por força da Lei nº 6.993/91.

Cabe mencionar a manutenção e permanente atualização do Sistema de Legislação Organizacional — LOP e do Sistema de Estrutura de Governo — EGO.

## CONSELHO DE INFORMÁTICA DO PARANÁ

Em 1992, em função da conjuntura recessiva, o Conselho de Informática do Paraná, vinculado à SEPL, adotou critérios de racionalização no manejo dos recursos de informática e informação, buscando aprimorar o atendimento aos usuários, tanto do setor público quanto do setor privado.

## INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPARDES

Através do Centro de Pesquisas, o IPARDES desenvolveu uma série de estudos, cabendo mencionar: Estimativa da População em Idade Escolar, por Município e Situação do Domicílio — 1990/96; Diagnóstico do Sistema Educacional Público de 1º Grau; Banco de Dados da Indústria do Paraná — 1940/1980; Avaliação do Impacto Regional do Pró-Rural; Mercosul; Custos e Incidência Tributária na Produção Agropecuária e Agroindustrial; Monitoramento e Controle do Uso do Solo — Paraná Rural — Cartas de Declividade; Diagnóstico para o Setor Florestal — Londrina, Maringá e Paranavaí.

O Centro Estadual de Estatística, responsável pelo gerenciamento da Base de Dados do Estado — BDE, deu prosseguimento às atividades de manutenção, atualização e ampliação do Banco de Dados. Foi registrado um acréscimo de 26% no acervo de dados da Base, em relação ao ano anterior, totalizando 17.500.000 informações, incluindo-se dados que dão suporte ao projeto MERCOSUL, sobre desenvolvimento sócio-econômico dos países integrantes.

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento reiniciou as atividades de capacitação de recursos humanos para o Setor Público no Paraná,

contemplando funcionários públicos tanto estaduais como de diversos municípios paranaenses, no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

Em 1992, os diversos cursos do programa de treinamento, totalizaram a carga horária de 2.846 horas/aula, reunindo 1.650 participantes.

### COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ — CELEPAR

Ao longo de 1992, a CELEPAR empenhou-se na valorização de seus recursos humanos, modernização e atualização do seu parque computacional, melhoria da qualidade e produtividade de seus produtos e serviços.

No campo financeiro, em que pesem as dificuldades encontradas, registra-se o aporte de capital de 10,6 bilhões de cruzeiros que, somados aos recursos próprios da empresa, propiciaram a retomada dos investimentos necessários à adequação tecnológica.

Em 1992, a CELEPAR iniciou estudos para reformular a Rede Estadual de Comunicação de Dados. Planejada para ser implantada em 1993, a nova rede tem, como objetivos, a melhoria do nível de serviço aos usuários do interior, com redução de custos na comunicação de dados, e a oferta de intercomunicação entre ambientes operacionais heterogêneos, correio eletrônico, transferência de arquivos, acesso à base de dados e suporte a processamento distribuído, entre outros serviços.

## **2.2. DESENVOLVIMENTO URBANO**



## 2.2. DESENVOLVIMENTO URBANO

### COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ — SANEPAR

No ano de 1992, foi dado início a um período de grandes realizações, através de vários programas de investimentos, cujas principais ações são, a seguir, sintetizadas.

#### ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO INCREMENTO NO PERÍODO

##### DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO

	SITUAÇÃO 31/12/91	SITUAÇÃO 30/11/92	INCREMENTO EM 1992
Ligações			
Água	1.251.842	1.342.765	90.923
Esgoto	289.077	310.120	21.043
Economias			
Água	1.585.501	1.677.112	91.611
Esgoto	482.444	513.731	31.287
População			
Abastecida	6.110.701	6.474.318	363.617
Atendida	1.795.629	1.903.834	108.205
População Urbana			
Local. Sanepar	6.803.959	6.963.334	159.375
Localid. atendidas			
Água	576	586	10
Esgoto	65	65	
Nível atendido			
Água	89.81%	92.98%	3,17%
Esgoto	26.39%	27.34%	0,95%

#### SITUAÇÃO ATUAL

- 6,5 milhões de pessoas são atendidas com água tratada, de um total de 6,9 milhões de habitantes urbanos, de 304 municípios e 282 distritos, somando 7,5 milhões de paranaenses;
- 1,9 milhões de pessoas atendidas com serviço de esgotamento sanitário, de um total de 6,9 milhões de habitantes urbanos, 65 municípios;
- 92,98% da população urbana do Estado recebem água tratada, através de sistemas da Sanepar;
- 27,34% da população urbana do Estado são atendidos com serviços de esgotamento sanitário;
- 586 localidades são atendidas com sistema de água em funcionamento, sendo 304 municípios e 282 distritos;
- 26.306 Km de rede de água;
- 5.695 Km de rede de esgoto.

**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS — (US\$ 10<sup>6</sup> — Cr\$ 10<sup>6</sup>)**  
**RECURSOS EQUACIONADOS**

PROGRAMA	ÁGUA		ESGOTO		TOTAL	
	US\$	Cr\$	US\$	Cr\$	US\$	Cr\$
Pedu	24,0	238,7	49,0	487,5	73,0	726,3
Prosegue			15,0	149,2	15,0	149,2
Pronurb	87,3	868,5	6,2	61,7	93,5	930,2
Prosam	38,9	387,0	64,3	639,7	103,2	1.026,7
Total	150,2	1.494,3	134,5	1.338,1	284,7	2.832,5

**PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

PROGRAMA	ÁGUA		ESGOTO		TOTAL	
	US\$	Cr\$	US\$	Cr\$	US\$	Cr\$
Pedu	11,0	109,4	2,0	19,9	13,0	129,3
Prosegue			23,8	236,8	23,0	228,8
Pronurb	102,1	1.015,8	17,4	173,1	119,5	1.188,9
União	1,0	9,9			1,0	9,9
Total	114,1	1.135,1	43,2	429,8	157,3	1.564,9

**DESEMBOLSOS EM 1992**

	US\$	Cr\$
Pedu	12,1	120,3
Pronurb	34,0	338,2
Próprios	11,2	111,4
Saneamento Rural	3,9	38,8
Total	61,2	608,8

(Valor US\$ dia 30/11/92 = Cr\$ 9.949,00)

**PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA RMC — PROSAM**

**ESGOTO SANITÁRIO**

— Rede Coletora	1.010.537m
— ETes	8 estações
— Interceptores	116.971m
— Elevatórias	14 estações

— População abrangida: 430.000 hab. (Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais, Atuba Norte, Barigüi Norte, Fazendinha e Barigüi — CIC).

Prazo de execução: 1993 — 1997

**RESERVATÓRIO E CANAL DE DESVIO DO RIO IRAÍ**

Construção de barragem com extensão de crista de 1350m, altura de

15m, formando um reservatório de 57.000.000m<sup>3</sup> de volume reservado, numa área de 15,3Km<sup>2</sup>, regularizando uma vazão de 2,1m<sup>3</sup>/s.

Construção de um canal de desvio paralelamente ao atual Canal do Rio Ivaí, no trecho compreendido entre a Barragem de Captação de Água do Sistema Iraí e a Captação de Água do Rio Iguaçú, com extensão aproximada de 4,7km e vazão regularizada estimada de 5m<sup>3</sup>/s.

Prazo de execução: 1993 — 1996

## SANEAMENTO RURAL

Durante o exercício de 1992, visando a implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e melhorias sanitárias em comunidades rurais do Estado do Paraná, foram concluídas 595 perfurações de poços artesianos, estando em andamento outros 73.

Foram elaborados 280 projetos de sistemas de abastecimento de água, dentre os quais 48 com captação através de manancial de superfície.

## RESUMO GERAL

— Comunidades Diagnosticadas .....	1.156
— Treinamento de Operadores .....	12
— Professores Rurais Beneficiados com o Projeto de Educação Sanitária .....	718
Cursos realizados .....	50
Municípios beneficiados .....	15
— Comunidades Rurais contempladas com atuação social — participação, organização e educação para saúde .....	106
— População rural participante em eventos de educação para saúde .....	2.112
— Liberação de materiais	
Comunidades beneficiadas .....	432
Municípios atendidos .....	159
— Mananciais de Superfície	
Definidos .....	48
Em definição .....	21
— Projetos Técnicos	
Concluídos .....	280
Em elaboração .....	227
— Levantamentos Plani-Altimétricos	
Executados .....	350
Em execução .....	46
— Levantamentos de Materiais/Equipamentos	
Conjuntos moto-bombas e complementos .....	300
Reservatórios .....	61
Material hidráulico (nº sistemas) .....	350
Módulos sanitários .....	2.100

## SANEAMENTO URBANO / ATIVIDADES DE HIDROLOGIA

Foram desenvolvidas ações para aumentar a produção de água, através da utilização de manancial subterrâneo, em 35 sistemas operados pela SANE-PAR, incrementando a oferta em 683 l/s, com recursos da ordem de US\$ 688.500,00.

Foram iniciados estudos hidrológicos e perfurados 16 poços no aquífero Cárstico, que projetaram uma vazão potencial de 4.918,93 l/s, para o abastecimento de Curitiba e Região Metropolitana. Este potencial está sendo objeto de pesquisas e avaliações, para definição da melhor forma de utilização.

## SANEAMENTO AMBIENTAL

- elaboração do Programa Integrado de Saneamento e Meio Ambiente na Área do Mercosul — PROSUL, abrangendo as bacias hidrográficas fronteiriças, com previsão de investimentos para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul da ordem de 3,5 bilhões de dólares, cabendo ao Paraná US\$ 1,1 bilhões;
- elaboração da proposta do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, em negociação com o Governo do Japão, através de acordo de cooperação, orçado em 5,4 milhões de dólares;
- elaboração de estudos para a recuperação do Alto Iguaçu, na Região Metropolitana de Curitiba, com investimentos da ordem de 260 milhões de dólares.

## FAMEPAR

As tabelas, a seguir, evidenciam as ações da FAMEPAR, de assessoramento técnico aos municípios paranaenses, em diferentes áreas de atuação.

### ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PLANOS URBANOS

PROJETOS/PLANOS	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Creches	02	20
Minimatadouros	03	04
Planos Diretores	03	03
Plano de uso do solo	02	02
Mapeamentos Geológicos e Geotécnicos em convênio com a MINEROPAR	05	05

**TREINAMENTO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS**

<b>CURSOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>MUNICÍPIOS ATENDIDOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
Plano Diretor	05	03	23
Encontros Regionais de Executivos Municipais em final de mandato	04	290	536
Encontro de prefeitos de novos municípios	03	67	228
Encontro de Vereadores de novos municípios	03	54	351
Seminário sobre estatuto da cidade	01	—	153

**EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES TÉCNICAS**

<b>EDIÇÕES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Encontros Regionais de Executivos Municipais em final de mandato	01
Administração Municipal — Noções Básicas	01
Primeiras Providências — Prefeitos de novos municípios	01

**PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO — PEDU**

Conforme estabelece o contrato BR 3100, firmado entre o Governo do Estado e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a coordenação do programa está ao cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e a FAMEPAR é o órgão responsável pela gestão do Programa e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU.

A seguir, os resumos das metas físicas do PEDU, por tipo de projeto, no exercício de 1992.

**PEDU INFRA-ESTRUTURA**

<b>PROJETO</b>	<b>UNID.</b>	<b>METAS EXECUTADAS</b>	<b>METAS EM ANDAMENTO</b>
Iluminação Pública	1m	323,00	638,00
Pavimentação Urb.	m <sup>2</sup>	3.146.378,10	1.001.181,90
Creches	m <sup>2</sup>	3.574,78	1.572,16
Mercados/Feiras	m <sup>2</sup>	307,54	48,86
Terminais Rodoviários	m <sup>2</sup>	19.430,38	6.339,35
Escolas	m <sup>2</sup>	2.102,11	403,37
Matadouros	m <sup>2</sup>	178,01	78,60
Praças	m <sup>2</sup>	8.758,01	1.976,31
Centros Conviv. Idosos	m <sup>2</sup>	1.088,65	—
Quadras de Esportes	m <sup>2</sup>	6.152,46	—
Postos de Saúde	m <sup>2</sup>	637,00	1.139,59
Centros Comunitários	m <sup>2</sup>	906,16	1.230,14
Teatros	m <sup>2</sup>	560,24	914,08
Postos Bombeiros	m <sup>2</sup>	305,64	478,46

Resumo Geral da execução financeira do PEDU, por fontes de recursos, até 1992.

(em US\$ 1.000,0)

SUBPROGRAMAS	FONTES	COMPROMETIDO	PAGO	
Institucional	BIRD	1.795	637	
	ESTADO	1.439	476	
	MUNICÍPIOS	358	163	
	SUBTOTAL	3.592	1.276	
Infra-estrutura (*)				
	• Municípios	BIRD	37.461	25.675
		ESTADO	21.072	14.441
		MUNICÍPIOS	19.510	13.371
	SUBTOTAL	78.043	53.487	
• Sanepar	BIRD	36.603	9.185	
	ESTADO	20.589	8.620	
	MUNICÍPIOS	19.064	1.332	
	SUBTOTAL	76.256	19.137	
TOTAL GERAL	BIRD	75.859	35.497	
	ESTADO	43.100	23.537	
	MUNICÍPIOS	38.932	14.866	
	TOTAL	157.891	73.900	

(\*) Nos Projetos Infra-estrutura Municípios e Sanepar, os valores comprometidos são referentes aos contratos autorizados e autorizações de Programação, respectivamente.

Resumo da execução financeira do PÊDU, por fontes de recursos, em 1992.

(Valores em US\$ 1.000,0)

SUBPROGRAMAS	FONTES	COMPROMETIDO	PAGO	
Institucional	BIRD	1.096	208	
	ESTADO	969	105	
	MUNICÍPIOS	129	105	
	SUBTOTAL	2.194	418	
Infra-Estrutura (*)				
	• Municípios	BIRD	16.025	15.737
		ESTADO	9.015	8.851
		MUNICÍPIOS	8.345	8.195
	SUBTOTAL	33.385	32.783	
• Sanepar	BIRD	21.318	6.762	
	ESTADO	11.991	5.995	
	MUNICÍPIOS	11.103	935	
	SUBTOTAL	44.412	13.692	
TOTAL GERAL	BIRD	38.439	22.707	
	ESTADO	21.975	14.951	
	MUNICÍPIOS	19.577	9.235	
	TOTAL	79.991	46.893	

(\*) Nos Projetos Infra-estrutura Municípios e Sanepar, os valores comprometidos são referentes aos contratos autorizados e autorizações de Programação, respectivamente.

Assistência aos municípios através do PEDU Institucional, no exercício de 1992.

<b>AÇÕES</b>	<b>MUNICÍPIOS ATENDIDOS</b>
Adm. de Material e Patrimônio	02
Adm. de Recursos Humanos	15
Adm. Tributária	06
Base Cartográfica Restituição	13
Base Cartográfica Vóo	30
Cadastro Técnico Imobiliário	07
Estrutura Administrativa e Regimento Interno	07
Plano de Recuperação de Áreas	02
Plano de Uso e Ocupação do Solo	12
Plano-Diretor	01
Planta Genérica de Valores	47

### RESUMO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO PEDU INFRA-ESTRUTURA, ATÉ 1992:

— Obras Concluídas: 498 obras, sendo 24 de saneamento, 437 de pavimentação, 7 terminais rodoviários, 7 creches, 7 de iluminações públicas, 3 praças, 2 postos de saúde, 5 quadras de esportes, 2 centros de convivência de idosos, 1 centro comunitário e 3 escolas, em 154 municípios, no valor total de US\$ 42,84 milhões.

### SÍNTESE DAS OBRAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO, EM 1992, PELO PEDU — INFRA-ESTRUTURA (SANEPAR/FAMEPAR):

— Obras Concluídas em 1992: 289 obras, sendo 24 de saneamento, 231 de pavimentação, 4 terminais rodoviários, 7 creches, 7 de iluminações públicas, 3 praças, 2 postos de saúde, 5 quadras de esportes, 2 centros de convivência de idosos, 1 centro comunitário e 3 escolas, em 154 municípios, no valor total de US\$ 26,06 milhões.

— Obras em Andamento: 386 obras, sendo 144 de saneamento, 172 de pavimentação, 15 terminais rodoviários, 14 creches, 8 de iluminação pública, 1 mercado/feira, 4 praças, 3 escolas, 7 postos de saúde, 2 mata-douros, 1 teatro, 5 centros comunitários, 1 posto de bombeiros e 9 projetos a redefinir, em 177 municípios, no valor total de US\$ 111,45 milhões.

## COMEC

A seguir, a síntese das ações e obras desenvolvidas pela COMEC, no exercício de 1992.

### OBRAS CONCLUÍDAS, EM 1992, POR TIPO DE PROGRAMA

(em Cr\$ 1.000,00)

MUNICÍPIO	OBRAS	PROGRAMAS	METAS FÍSICAS	VALORES
Alm. Tamandaré	Edificação	PIRMC	129m <sup>2</sup>	232.632
Araucária	Edificação	PIRMC	131m <sup>2</sup>	256.311
	Pavimentação	PEDU	21930m <sup>2</sup>	10.499.217
Balsa Nova	Edificação	PIRMC	610m <sup>2</sup>	515.483
	Pavimentação	PEDU	209m	167.105
Bocaiúva do Sul	Edificação	PIRMC	127m <sup>2</sup>	238.055
	Pavimentação	PIRMC	8044m <sup>2</sup>	500.352
Campina G. do Sul	Edificação	Prog. Emerg.	2780m <sup>2</sup>	935.697
	Pavimentação	PIRMC	817m	1.611.724
Campo Largo	Edificação	PIRMC	131m <sup>2</sup>	256.344
	Pavimentação	PEDU/PIRMC	28600m	3.864.803
Colombo	Edificação	PIRMC	127m <sup>2</sup>	215.452
	Pavimentação	PEDU	42440m	5.503.359
Contenda	Pavimentação	PEDU/PIRMC	19860m	2.170.416
Mandirituba	Edificação	PIRMC	340m <sup>2</sup>	769.798
	Edificação	Prog. Emerg.	171m <sup>2</sup>	308.053
	Pavimentação	PEDU	3840m	5.663.755
Piraquara	Edificação	PIRMC	680m <sup>2</sup>	769.795
Quatro Barras	Edificação		340m <sup>2</sup>	769.797
Rio Branco do Sul	Edificação	PIRMC	191m <sup>2</sup>	269.011
	Pavimentação	PEDU/PIRMC	7180m <sup>2</sup>	1.475.509
São José dos Pinhais	Edificação	PIRMC	40m	2.845.878
	Pavimentação	PIRMC	131m <sup>2</sup>	269.442
			Total	40.107.997



**OBRAS EM EXECUÇÃO E A INICIAR EM 1993,  
POR TIPO DE PROGRAMA**

MUNICÍPIO	OBRA	META FÍSICA	PROGRAMA	(em Cr\$ 1.000,00)	
				EM EXECUÇÃO	A INICIAR
Araucária	Pavimentação	31.537m	PEDU	8.018.208	0
Balsa Nova	Edificação	481m <sup>2</sup>	Prog. Emerg.	0	553.805
Colombo	Edificação	1.160m <sup>2</sup>	Prog. Emerg.	1.168.363	519.386
	Abrigo Passag.	65un.	Prog. Emerg.	46.044	0
	Passo/Galerias	1.524m	Prog. Emerg.	450.430	203.363
Quatro Barras	Pavimentação	1.080m	Prog. Emerg.	630.762	0
Rio Branco do Sul	Pavimentação	4.100m	PEDU	0	0
São José dos Pinhais	Edificação	784m <sup>2</sup>	PEDU	3.082.285	604.901
	Pavimentação	58.140m	PEDU	11.954.311	0
Total				25.350.406	1.881.457

(\*) Valores de Dez/92

## PROSAM — PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA

Com valor previsto de US\$ 246,37 milhões, compreendendo inúmeros projetos para negociação e aprovação do Banco Mundial, a COMEC empenhou-se no aperfeiçoamento dos projetos que compõem o programa, em especial o Projeto de Proteção e Aproveitamento de Mananciais de Abastecimento — PMA e o Projeto de Recuperação Ambiental do Alto Iguazu — PRA.

## PEHAB-RMC-PROGRAMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

- identificação e localização das áreas invadidas em municípios periféricos a Curitiba;
- recomendação dos tipos de ações a serem implementadas para regularização das áreas:
  - áreas aptas à urbanização,
  - áreas críticas, cujos moradores devem ser reassentados;
- identificação de glebas aptas a serem urbanizadas, visando ao reassentamento das famílias ocupantes de áreas críticas;
- celebração de convênio entre COMEC/SEPL/COHAPAR, visando à cooperação técnico-financeira para viabilizar 30.000 lotes urbanizados, com ênfase às áreas de mananciais.

## PLANO DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO

- elaboração do Plano de Transporte Coletivo Metropolitano, através da organização e racionalização dos sistemas locais e metropolitano, denominado “Transporte Popular Integrado da RMC”;
- atribuída à COMEC, a gerência e operação de Transporte Coletivo Metropolitano, através de decreto estadual;
- conclusão das obras dos Terminais de Passageiros do Jardim Paulista e da sede de Campina Grande do Sul;
- implantação de novos sistemas de transporte em Campina Grande do Sul e Quatro Barras, representando o início da implantação do “Novo Metropolitano”.

## CENTRO INTEGRADO DE APOIO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Foram realizados estudos para viabilizar a implantação de 10 CIAC's nos municípios de: Araucária, Fazenda Rio Grande, Campo Largo, Pinhais, Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais.

## SUCEAM

### PROGRAMA DE CONTROLE DA EROSIÃO URBANA

No programa de obras de controle da erosão, a SUCEAM participou com recursos e tubulações em concreto, no montante de Cr\$ 63,1 bilhões (valores dez/92), além de fornecer projetos e assistência técnica aos municípios que, em contrapartida, executam as obras, utilizando equipamentos e mão-de-obra próprios.

Para consecução desse programa, a SUCEAM produziu, no ano, 116 mil tubulações de concreto, com diâmetros variando de 40 centímetros a 1,20 metros, visando à implementação dos sistemas de drenagem.

### PROGRAMA ESTADUAL DE LIMPEZA PÚBLICA

A SUCEAM vem trabalhando, desde agosto de 1991 e durante o ano de 1992, no sentido de elaborar um Programa Estadual de Limpeza Pública para o Estado do Paraná.

### PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

- Limpeza e desassoreamento de canais e córregos da RMC, visando ao saneamento ambiental nos municípios de Mandirituba, Colombo e Campo Largo, perfazendo o total de 1160 horas/máquina, com investimentos no valor de Cr\$ 450 milhões.
- No âmbito do PROSAM: Plano Diretor de Drenagem; Tratamento e Disposição do Lixão da Lamenha Pequena; Resíduos Sólidos Urbanos; Parque e Controle de Cheias do Alto Iguaçu.
- No litoral do Estado, a SUCEAM vem dando continuidade às ações de monitoramento das obras existentes e levantamento da necessidade de obras complementares de controle, com a execução das seguintes obras: complementação do enrocamento executado em 91, na Baía de Guaratuba, com volume de 2500m<sup>3</sup>, no montante de Cr\$ 430 milhões; Dragagem por sucção da área próxima ao Centro de Biologia Marinha (Pontal do Sul), visando desassorear o fundo do rio Perequê e proporcionar o escoamento natural das águas, saneando o problema de água paradas, com recursos no valor de Cr\$ 280 milhões; Operação Verão 92/93 — auxílio às prefeituras de Guaratuba, Matinhos e Caiobá, na área de limpeza pública, através de caminhão compactador, com capacidade de 17 m<sup>3</sup>, 1 trator de esteira e 20 containers para cada município, com recursos no valor global de Cr\$ 1 bilhão.

**RECURSOS DESEMBOLSADOS COMPROMETIDOS  
E RECURSOS EQUACIONADOS**

<b>VINCULADA/PROGRAMA</b>	<b>US\$</b>	<b>Cr\$</b>
SANEPAR(*)	345.9 milhões	3.441,3 bilhões
COMEC	6.8 milhões	67.2 bilhões
SUCEAM	6.4 milhões	64.1 bilhões
FAMEPAR		
Pedu Institucional	2.6 milhões	25.9 bilhões
FAMEPAR	66.2 milhões	658.6 bilhões
Pedu Infra-estrutura/ Municípios		
<b>TOTAL</b>	<b>427.5 milhões</b>	<b>4.257.1 bilhões</b>

(\*) Incluindo PEDU

**OBRAS CONCLUÍDAS, CONTRATADAS E EM ANDAMENTO**

<b>VINCULADA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
SANEPAR	595
FAMEPAR	100
SUCEAM	230
COMEC	30
<b>TOTAL</b>	<b>955</b>

## **2.3. MEIO AMBIENTE**

### 2.3. MEIO AMBIENTE

Na área do meio ambiente, as principais ações desenvolvidas, em 1992, foram:

- estudos e propostas que resultaram na edição da Lei de Reposição Florestal (Lei nº 10155, de 01/12/92), permitindo que os recursos pagos pelos consumidores de produtos florestais permaneçam no Estado e possam ser investidos no setor;
- instituição do Auto de Infração Ambiental Estadual, que dota o Estado de instrumento de controle da fauna e flora, cujos recursos arrecadados poderão ser canalizados para o aparelhamento das atividades de proteção;
- instituição da taxa ambiental (Lei nº 10233, de 28/12/1992), mantendo no Estado recursos que, anteriormente, eram carreados ao Governo Federal;
- instituição da Lei do “ICMS ECOLÓGICO”, inédita no País, que tem distribuído aos municípios recursos provenientes do ICMS, como forma compensatória a prejuízo econômico por proteger mananciais de abastecimento e unidades de conservação ecológica;
- aplicação da Lei nº 9998/92, referente à mistura de 22% de álcool anidro na gasolina, sendo o Paraná o primeiro Estado a disciplinar a mistura, o que reduz significativamente a poluição atmosférica; estima-se que a frota paranaense, com esta medida, deixará de emitir 300.000 toneladas/ano de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), considerado o principal causador do efeito estufa;
- o Instituto Ambiental do Paraná — IAP mantém, em operação ininterrupta, 7 estações de amostragem da qualidade do ar, em Curitiba e Araucária;
- utilização de monitoramento aéreo da cobertura florestal do Estado, que possibilitou fiscalizar toda a floresta remanescente do Estado, num total de 80 horas em dezesseis vôos;
- foram adquiridos helicópteros para ações emergenciais, principalmente na região da Mata Atlântica.
- foram criados: 4 Áreas de Proteção Ambiental APA (Serra da Esperança; Guaratuba; Escarpa Devoniana e Guaraqueçaba), com área total de 970.000 hectares; 2 Parques Estaduais, o do Cerrado, com 420ha e o do Guartelá, com 4.390ha; a Estação Ecológica do Guaraqueçu, com 1.150ha; ampliando-se para mais de 1 milhão de hectares as áreas de preservação no Estado do Paraná;
- produção e distribuição de 17,5 milhões de mudas de espécies florestais nativas, de crescimento rápido e erva-mate, atendendo à demanda de projetos conservacionistas e econômicos;
- foram realizadas 5.000 incursões de fiscalização no Estado, com o intuito de coibir a ação predatória sobre os recursos naturais renováveis, e desenvolvidas mais de 3.000 ações fiscalizatórias de atividades poluidoras;

- avaliações de efluentes industriais, através da detecção de efeitos de substâncias tóxicas em organismos aquáticos;
- foram exigidos 31 Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais — EIA-RIMA, bem como, audiências públicas, de atividades modificadoras do meio ambiente;
- vistorias com levantamento da situação atual em 250 municípios, visando à disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos (lixo), para estabelecer as metas do “Programa Cidade Limpa”, que objetiva implantar aterros sanitários controlados em 290 municípios do Estado do Paraná;
- coordenação da ECO SUL 92 — Conferência sobre o Mercosul, Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços, marco inicial da discussão da temática ambiental do Mercosul, para o desenvolvimento de Planos Regionais de Saneamento e Meio Ambiente.

Na área de recursos hídricos, destacam-se as seguintes atividades:

- gestão dos recursos hídricos do Estado;
- manutenção da rede hidroclimatológica do Estado, com 665 estações instaladas na maioria dos municípios, contemplando as principais bacias hidrográficas; foram processados 2.000 boletins pluviométricos;
- estudos sedimentológicos nas bacias do Rio Passaúna e Rio Iguazú, para avaliação da vida útil do reservatório Passaúna, com relação ao abastecimento de água de Curitiba e quantificação do transporte de sólidos na bacia do Iguazú, permitindo a avaliação do assoreamento nos reservatórios da COPEL;
- recuperação e proteção de mananciais de abastecimento público em 43 municípios, onde foram plantados 880ha de matas ciliares, com 750.000 mudas de espécies nativas, atendendo a 500.000 habitantes;
- realização de 70.000 análises de parâmetros físico-químicos, microbiológicos, de cólera, de sedimentos de rios e lagos e pesticidas.

Na área agrária destacam-se as seguintes realizações:

- foram adquiridos dois imóveis: um no município de Pitanga, com área de 800ha e transferidas 41 famílias, que acampavam na Fazenda CAN-CAN em Roncador; outro no município de Nova Aurora, com 150ha, para a transferência da família Bállico;
- levantamento cadastral de todas as 4.000 famílias acampadas no Estado;
- fornecimento de sementes, lonas plásticas, cestas básicas as famílias de áreas ocupadas;
- assistência jurídica gratuita a famílias de trabalhadores rurais e urbanos, através de convênios com associações de classe;
- foram regularizados 200 lotes rurais, em área de 2.000ha, garantindo às famílias o ingresso na produção.

No tocante à cartografia, foram realizadas as seguintes ações:

- cadastrados 10.000km de rede de energia elétrica, para o programa de eletrificação rural;
- aparelhamento do Laboratório de Sensoriamento Remoto do IAP, com equipamentos importados;
- lançamento do Roteiro Turístico Ecológico Curitiba — Serra do Mar.



## **2.4. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

## 2.4. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

As ações da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e suas vinculadas, visaram à conservação e recuperação dos recursos naturais, ao aumento da produção e da produtividade, à produção de alimentos básicos e ao abastecimento da população.

Na conservação e manejo adequado dos recursos naturais, destaca-se o PARANÁ RURAL, que engloba os diversos programas executados pela SEAB neste campo, com recursos do Tesouro e do BIRD, e já beneficiou 160.000 produtores rurais, com mais de 40 práticas de conservação de solos, em 1732 microbacias hidrográficas, perfazendo uma área de 4.940.000 hectares.

No âmbito deste programa, em 1992, foram: cadastradas 128 novas microbacias, beneficiando 8.200 produtores, em uma área de 186.000 ha; readequados 7.300 km de estradas rurais que, somados aos 33.000 já executados, facilitam o escoamento da produção agrícola; implantados 266 abastecedores comunitários, beneficiando 4.600 produtores, contribuindo para redução da poluição e fornecendo água potável para comunidades; desenvolvidas práticas de conservação de solo em 66.000 ha, envolvendo 7.655 propriedades, garantindo o aumento da produção e produtividade agrícola; implantados 1.600 empreendimentos comunitários, que beneficiaram 14.300 famílias; destinadas 16 milhões de mudas de essências florestais, num esforço para recompor a cobertura florestal do Estado e para fins econômicos, que beneficiaram 5.700 produtores; destinados 275 mil kg de sementes de adubação verde, para 3.500 produtores, contribuindo para melhorar a fertilidade do solo.

Também, num esforço para aumentar a produção, 8.800 produtores, em 1992, foram beneficiados com subsídios para aquisição de calcário, sendo aplicados em nossos solos 135 mil toneladas do importante corretivo. Considerável esforço de investimento foi feito para implantação de uma adequada infra-estrutura de embarque de calcário, na região produtora e de desembarque, nas regiões consumidoras. Foi construído um terminal ferroviário de embarque, com capacidade dinâmica de 400.000 toneladas/ano, em Araucária e três de desembarque, em Cianorte, Guarapuava e União da Vitória, com capacidade dinâmica de 100.000 toneladas, cada um.

Para dar suporte técnico e operacional à implementação do Paraná Rural, foram instalados, em 1992: 116 escritórios locais da EMATER/PR, possibilitando a assistência técnica constante a 160.000 produtores rurais do Estado; três Centros de Difusão de Tecnologia, para treinamento de técnicos e produtores, nos municípios de Medianeira, Londrina e Castro e está sendo implantada a Estação Experimental do Noroeste, em Xambrê, visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias de conservação e produção apropriadas às condições da região.

No Programa de Irrigação e Drenagem, foram incorporados ao processo produtivo 8.200 ha de várzeas, beneficiando 1.550 produtores, além de serem concedidos subsídios para 690 projetos de irrigação por aspersão e plásticultura.

Através do Programa de Abastecimento Alimentar, foram: implantadas

420 unidades de transformação animal e vegetal, entre farinheiras, engenho de cana, moinhos coloniais e outras; destinadas 140.000 coleções de sementes de hortaliças; apoiadas 35 hortas comunitárias de grande porte; e implantados 173 armazéns ao nível de propriedade.

Pelo Programa de Apoio a Assentamentos Rurais, foram beneficiadas 5.040 famílias de assentados, em 55 assentamentos, através de ações de suporte à produção (horas/máquina para preparo de solo, insumos, ferramentas e implementos).

Iniciou-se também, em 1992, a implantação do Programa Estadual de Revitalização da Cafeicultura, que preconiza a adoção do modelo tecnológico desenvolvido pelo IAPAR, denominado "Café Adensado". Através deste Programa, foi realizada a capacitação de 400 técnicos da extensão oficial, Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, Prefeitura e Cooperativas, para atuarem no Programa e a distribuição de 2.700 quilos de sementes certificadas, resultando em 12 milhões de mudas de café, para implantação de unidades demonstrativas, já em número de 151.

Na Fruticultura, tiveram destaque, em 1992, as seguintes atividades: instalação de 1 viveiro para produção de mudas de abacaxi, com capacidade de 1,5 milhões de mudas/ano e de 1 viveiro para produção de mudas cítricas, com capacidade de 300 mil mudas/ano; implantação de 1.400 ha de novos pomares que, somados aos 4.600 ha, perfazem 6.000 ha; produção em viveiros já existentes, de 1,4 milhões de mudas de morango, 323 mil mudas cítricas, 2 mil mudas de banana e 3.500 mudas de maracujá; aquisição e repasse de 415 mil mudas de frutíferas diversas, atendendo a 8.960 produtores; construção de "Packing House", que tem a finalidade de preparar a fruta para consumo "in natura" (recebimento, seleção, classificação, tratamento e embalagem), com capacidade de processamento para 500 mil caixas/ano ou 15 t/hora.

O Programa Panela Cheia, com o objetivo de fornecer crédito aos pequenos produtores, sob a condição de correção monetária equivalente à valorização do produto agrícola tomado como referência (milho ou cota-leite), ampliou suas atividades, financiando projetos de apicultura, fruticultura, sericultura e café adensado.

Foram elaborados e contratados 11.352 projetos, dos quais destacamos: 3.256 projetos de custeio, 1.974 de calcário, 1.812 matrizes para produção de leite e 1.807 animais de serviço.

Pelo Programa Bom Emprego-Agroindústria, coordenado pela SEAB e operacionalizado pelo BANESTADO, foram aprovados e contratados 63 projetos de pequenas empresas agroindustriais.

A liberação de recursos do FDE atingiu, aproximadamente, Cr\$ 14 bilhões.

Tratando da Produção Animal, com a integração de 110 entidades, o Programa de Inseminação Artificial atendeu 12.500 propriedades, com 80 mil vacas inseminadas, resultados estes alcançados em função da doação de 100.000 mil doses de sêmen.

O Programa de Alimentação Animal atingiu cerca de 11.200 ha de área, com preparo de silagem e fenação, o que resultou em 105.600 toneladas

de silagem e 1.350.000 fardos de feno, viabilizados mediante repasse de 52 conjuntos de fenação e 66 ensiladeiras.

Foi implantado, em 1992, o Programa de Recuperação Intensiva de Pastagens do Arenito de Caiuá — REIPAR, que visa à recuperação de 600.000 ha de pastagens, em 4 anos e executados 992 projetos, atingindo 1.650 produtores, em uma área de 76.000 hectares.

Através da CODAPAR, os 4 Centros Regionais de Produção Animal produziram e comercializaram 65 mil dúzias de ovos galados, para reprodução e 42 mil aves. Além desses, estão sendo operados, em conjunto com prefeituras, 55 Centros de Produção Municipal, dos quais, 20 foram implantados, em 1992.

Dando continuidade ao Programa de Tração Animal, a SEAB apoiou 87 postos de monta, o que resultou em 1430 coberturas, com o nascimento de 258 animais.

Para estimular a ovinocultura, a SEAB distribuiu 40.700 ovinos a produtores, que pagarão em ovelhas após três anos do recebimento, beneficiando 2.000 produtores e envolvendo 203 Prefeituras Municipais.

Além do apoio e incentivo à produção, que abrange ainda bubalinos, peixes, bicho-da-seda e abelhas, a SEAB atua na agroindústria para transformação de produtos de origem animal.

Está sendo implantado o Centro Estadual de Produção e Transferência de Embriões, em Castro, com o objetivo de produzir e comercializar embriões de bovinos e foi implantado o Programa de Melhoramento do Rebanho Bovino Leiteiro, que já financiou 21.300 novilhas leiteiras, beneficiando a 1.780 produtores.

As ações de Defesa e Fiscalização Agropecuária abrangeram todo o Paraná, garantindo a boa qualidade dos insumos utilizados na agropecuária, a sanidade animal e vegetal, e a produção de alimentos.

Graças aos trabalhos realizados pela Defesa Animal, o Paraná credenciou-se como exportador de carnes, principalmente bovina e de frangos. Foram vacinados 9.100.000 animais, entre bovinos e suínos.

O Paraná antecipou-se aos demais estados da federação, ao assumir a INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, buscando a qualidade higiênico-sanitária dos produtos e, por conseqüência, a saúde da população. Foram analisados e orientados 430 projetos de estabelecimentos de produtos de origem animal e construídos, reformados ou reaparelhados 97 matadouros municipais.

O Serviço de Inspeção de Sementes e Mudanças vem propiciando, através da certificação e fiscalização, o aumento da produtividade, via introdução de novas variedades, e a garantia da qualidade dos insumos. Foram inspecionados 207.000 hectares de campos de sementes, assegurando a qualidade de 8.600.000 sacas de sementes de 50 kg e de 81.700.000 mudas. A qualidade dos insumos (agrotóxicos, sementes, mudas, fertilizantes e corretivos) foi garantida através de 28.000 fiscalizações, realizadas em estabelecimentos que exercem o comércio dos produtos.

As culturas de valor econômico sofreram 1.900 ações de defesa vegetal,

visando à prevenção, erradicação ou controle de pragas e doenças. Merece destaque o trabalho de liberação de propriedades para implantação de citricultura, que abrangeu mais de 66.000 hectares.

## **2.5. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

## 2.5. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### COORDENADORIA DO ENSINO SUPERIOR

Dentre as atividades desenvolvidas em 1992, destacam-se:

- A consolidação do Sistema de Ensino Superior, Público e Gratuito, com:
  - 16 Instituições, sendo 3 Universidades consolidadas, 2 em consolidação e 11 Faculdades;
  - 157 cursos de graduação, dos quais 50% são licenciaturas;
  - 17 cursos de “stricto sensu”, oferecidos na Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual do Centro-Oeste;
  - 45.973 acadêmicos matriculados, na graduação;
  - 321 pós-graduandos em nível de mestrado;
  - 4.843 docentes atuando no ensino, pesquisa, extensão e administração;
  - 5.305 técnicos administrativos.
- Capacitação e atualização dos recursos humanos das Instituições de Ensino Superior, mediante cursos de atualização e extensão, fóruns, seminários, simpósios e estudos.
- Qualificação de profissionais de nível superior: 6.500 formandos oriundos dos cursos de bacharelado e licenciaturas.
- Verticalização do Ensino Superior: manutenção de 17 cursos de “stricto sensu” e 100 cursos de “lato sensu”.
- Elaboração e aprovação do Plano Estadual de Extensão Universitária, voltado a diversas camadas sociais.
- Implantação de novos mecanismos para facilitar a relação Estado/ Universidade e SETI/IES (Conselho de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior-CODINES, Comissão Estadual de Vestibular, Comissão de Custo/Aluno, Comissão Estadual do Programa Integração/Capacitação dos Profissionais de Ensino de 1º e 2º Grau, Comissão Estadual de Extensão Universitária).
- Programa de Apoio e Financiamento do Sistema Estadual de Educação Superior (foram investidos em recursos humanos e custeio, em torno de 7,3% do ICMS).
- Realização de concurso para docentes (substituição dos cargos vagos).

### COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os seguintes projetos tiveram a participação da Coordenadoria, em 1992:

- Cem Anos da Escola Estadual Tiradentes;
- Implantação de Novo Centro de Informática Educativa — CIED,

- no Paraná;
- Implantação do Laboratório de Cerâmica na Escola Estadual “Djalma Marinho”, de Campo Largo;
  - Implantação de Escritórios-Modelo nas Escolas de Contabilidade da Rede Pública Estadual;
  - Implantação de Escola de Tecnologia do Couro, em Maringá;
  - Implantação da Casa da Ciência e Tecnologia, em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;
  - Projeto Centro de Biotecnologia e Tecnologia Agroindustrial Aplicada no Paraná;
  - Coordenação do Centro Integrado de Novos Materiais no Paraná-CIMATI;
  - Coordenação e direção da Incubadora Tecnológica de Curitiba-INTEC;
  - Coordenação do Projeto da Rede Paranaense de Pesquisa-RNP/RPP;
  - Coordenação do Grupo Técnico do Programa Qualidade Paraná;
  - Instalação e constituição do Centro Internacional de Tecnologia de Software-CITS;
  - Elaboração e negociação do projeto “Núcleo Regional de Informação Tecnológica” junto ao PADCT/Banco Mundial, aprovado em março/92, com recursos a fundo perdido de 850 mil dólares, estando em desenvolvimento no TECPAR.

## COORDENADORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Elaboração de estudo para diagnóstico atual do setor florestal e para estudo da situação de recursos humanos.
- Apresentação do projeto do terminal brasileiro no Porto de Rotterdam.
- Aprovação da proposta da SETI, dentro do projeto BID/MRE (Itamaraty), com a coordenação executiva ao cargo da Secretaria.
- Lançamento das publicações “Mineração e Meio Ambiente e “Consumo Mineral na Indústria de Transformação do Estado do Paraná.”
- Realização do Seminário do Xisto-Aproveitamento do Óleo, Gás e outros produtos.
- Elaboração de diagnóstico do complexo industrial coureiro-calçadista no Paraná.
- Em face do Programa de Atração de Investimentos e Cooperação Nacional e Internacional, foram estabelecidos contatos com:
  - a Diretoria da Westinghouse, visando à instalação de uma nova unidade no Paraná,
  - a Empresa “Costa S.A. Sabonetes e Perfumaria”, do Rio Grande do Sul, visando à transferência da Unidade Industrial para Foz do Iguaçu,



- a **missão chinesa da Província de Shegiang**, para tratar de assuntos referentes ao acordo de cooperação técnica sobre piscicultura de água doce,
- a **delegação chinesa**, para desenvolver a metodologia de implantação do projeto de uma indústria de tecelagem de seda no Estado do Paraná.

## **INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ — TECPAR**

**O Tecpar realizou as seguintes análises:**

- **pela Divisão de Química Orgânica**, 1497 amostras de alimentos, bebidas, resíduos, defensivos e medicamentos;
- **pela Divisão de Química Inorgânica**, 8244 amostras de minérios e minerais, solos, fertilizantes, produtos industriais e absorção atômica;
- **pela Divisão de Química Industrial**, 639 amostras de produtos demissanitários, combustíveis e lubrificantes, produtos cerâmicos e calcários, tintas, vernizes e resinas, madeiras, papel e papelão, plásticos, adesivos, óleos essenciais, tubos e conexões de cerâmica e PVC;
- **pela Divisão de Análises Biológicas**, 9590 amostras de alimentos, cosméticos e medicamentos não estéreis, saneantes e domissanitários, equipamentos médico-hospitalares-odontológicos, cosméticos, defensivos e plásticos.

Além disso, o Tecpar manteve os seguintes convênios:

- Convênio de Cooperação com a ASSESPRO/PR, para a formação de Recursos Humanos em qualidade de Soft-Ware;
- Convênio de Cooperação Científico Tecnológica com a Universidade do Porto;
- Convênio com a PUC/PR e IEL/FIEP, para Curso de Especialização em Engenharia da Qualidade;
- Convênio SEABRAE/PR, na área de qualidade e produtividade;
- Convênio de Cooperação Científico Tecnológica com a Escola Nacional Superior de Mecânica e Micro-Técnica, de Besançon, França;
- Convênio de Cooperação Científico Tecnológica com o Centro Federal de Educação Tecnológica — CEFET/PR;
- Convênio de Cooperação Técnica Internacional com o CERIDE, Argentina;

## **MINERAIS DO PARANÁ S/A — MINEROPAR**

No âmbito do Programa de Fomento e Economia Mineral, foram realizados:

- Levantamento das potencialidades minerais dos Municípios de Agudos do Sul, Campo Largo, Irati, Prudentópolis, Cândido de Abreu e Reserva;
- Caracterização das reservas de calcário agrícola do Segundo Planalto,

abrangendo uma área de 1.000 km<sup>2</sup>, combinada com estudos de detalhes sobre as ocorrências aflorantes, tendo sido concluído o reconhecimento das formações geológicas existentes desde a região limítrofe com São Paulo até Cândido de Abreu;

- Atendimento à Comunidade e ao setor mineral, através de: 144 consultas sobre aspectos legais, técnicos e políticos da atividade mineral, emissão de 60 sinopses dos eventos minerários para o controle das empresas de mineração do Estado, distribuição de mostruários e material didático às escolas municipais e estaduais de todas as regiões do Paraná e atendimento direto às prefeituras de Paranaipoema, Abatiá, Jardim Olinda, Sapopema, Campo do Tenente e Andirá.

Implementando o Programa de Levantamentos Geológicos Básicos e Temáticos, a Mineropar concluiu a confecção do Mapa Geológico do Leste do Paraná, cobrindo o Litoral, a Serra do Mar e o Primeiro Planalto, na escala de 1.100.000 e iniciou a prestação de serviços, mediante convênio firmado com a FAMEPAR, aos municípios de Guaíra, Medianeira, Guarapuava, São João do Triunfo e Porto Amazonas.

No Programa de Prospecção e Avaliação de Recursos Minerais, registraram-se as seguintes realizações:

- no município de Sapopema, foi cubada uma jazida com 1.400.000 de toneladas e mais de 38% de CaO + MgO, cujos direitos minerários foram repassados à Associação Santana de Agricultores de Sapopema, encontrando-se em atividade e atendendo propriedades rurais dentro de um raio de 50km;
- em Guapirama, encontra-se em fase final de avaliação, já tendo sido concluída a fase de campo, uma jazida de calcário da mesma formação, com reservas de 2.800.000 de toneladas bloqueadas em áreas de 33 hectares;
- no município de Campo Largo, foi concluída pesquisa que levou à cubagem de 200 kg de ouro em filões de quartzo;
- em Cerro Azul, foi desenvolvida pesquisa, visando à delimitação de uma reserva de calcário calcítico, para uso no tratamento da água para abastecimento público, indústria química, produção de borracha, papel de imprensa e outros usos nobres. Até esta data, os dados de superfície indicam um potencial equivalente a pelo menos 8.000.000 toneladas de rocha, com mais de 52% de CaO, menos de 10% de MgO e menos de 5% de insolúvel em HCl.

## **2.6. TRANSPORTES**

## 2.6. TRANSPORTES

Os investimentos da Secretaria de Estado dos Transportes-SETR foram destinados à melhoria e pavimentação de estradas municipais, à conservação de rodovias estaduais e à implantação da ferrovia Guarapuava — Cascavel.

A empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, em convênio com o Ministério do Exército, estão construindo a infra-estrutura ferroviária que ligará Guarapuava ao Oeste do Estado e permitirá transportar a produção agrícola daquelas regiões ao Porto de Paranaguá, a custos mais econômicos que os rodoviários e, com isso, alcançar maior competitividade nos mercados internacionais.

Deu-se prosseguimento às negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no sentido de obter recursos para recuperação das rodovias estaduais, do que resultou a assinatura de um Contrato de Financiamento com o Governo do Estado, em 18/12/92.

O programa de 1992 contemplou: o Porto de Paranaguá, com investimentos na área de melhoramentos, reformas e manutenção; a rede rodoviária estadual, através de serviços de conservação corretiva rotineira, preventiva periódica e de melhoramentos; e as rodovias municipais, com a continuidade dos trabalhos de revestimento com pedras irregulares.

### TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Nos últimos dezessete anos, o Estado do Paraná ampliou sua malha pavimentada de 3.000 km (1975) para 10.100 km (1992).

Se a incumbência, no passado, era construir um sistema de caminhos e estradas, a de hoje é conservar a rede existente, que é considerada suficiente e adequá-la às necessidades dos usuários. Boa parte dos pavimentos está em fase final da vida útil de projeto (dez anos), com forte aceleração no processo de deterioração. Por isso, foi priorizada a meta de realização de obras de restauração e rejuvenescimento dos pavimentos, executando-se grande parte dos serviços por administração direta.

Em 1992, foi formalizado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o “PROGRAMA DE CORREDORES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ”, com investimento total de US\$ 173,5 milhões, dos quais 50% são financiados pelo BID. Este Programa, com duração de quatro anos, prevê a execução de 1300km de reabilitação e 1000km de lama asfáltica, a continuidade do Programa de Gerência de Pavimentos e a implementação do Programa de Segurança Rodoviária, através da aquisição de veículos e equipamentos para a Polícia Rodoviária.

O Departamento de Estradas de Rodagem investiu na área de segurança rodoviária. Nos trechos mais críticos da rede estadual foram realizadas intervenções para melhoria da geometria da rodovia, do pavimento, da sinalização e da intervisibilidade entre veículos e outros elementos de destaque. Através de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira entre o DER e as prefeituras, foram repassados recursos do governo estadual às prefeituras, que execu-

taram os serviços de pavimentação com pedras irregulares, enquanto o Estado efetuou assistência técnica e fiscalização das obras.

Outras diretrizes do Departamento de Estradas de Rodagem, para o período, foram:

- aprimoramento da composição de preços dos serviços rodoviários, objetivando a redução do custo das obras, sem prejuízo de qualidade;
- execução e adequação de estradas no meio rural, conjugadas ao manejo integrado do solo e das águas pluviais, visando ao controle da erosão, redução dos custos de manutenção e melhoria das condições de escoamento da produção agropecuária;
- otimização da estrutura de equipamentos e pessoal do DER, executando grande parte dos serviços por administração direta;
- fornecimento de vigas pré-moldadas, montagem e construção de pontes em estradas municipais.

## CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS

O DER concluiu, em 1992, 634,53km de recapeamentos e lama asfáltica, encontrando-se em andamento outros 272,56km. Foram concluídos também 489,10m de recuperação de obras-de-arte especiais e encontram-se em andamento outros 82,60m, na malha estadual.

Deu-se continuidade ao Programa de Eliminação de Pontos Críticos, visando à melhoria das condições de segurança nos segmentos de rodovias onde há maior incidência de acidentes, tendo sido realizados os seguintes serviços rotineiros:

- sinalização horizontal e vertical em todas as ondulações transversais;
- implantação de sonorizadores e demais dispositivos de redução de velocidade nos locais potencialmente críticos;
- limpeza, pintura e sinalização em todas as 639 pontes de rede de conservação;
- sinalização horizontal em 817,25km de rodovias estaduais;
- produção de 11.542m<sup>2</sup> de placas para sinalização vertical.

## OBRAS E PROJETOS RODOVIÁRIOS

No programa Normal de Construção, o DER concluiu 38,36km de terraplanagem e pavimentação asfáltica, 50m de obras-de-arte especiais, permanecendo em execução 13,70km de rodovias.

Com relação aos Projetos de Engenharia, foram concluídos 945,33km, incluindo restaurações e estudos especiais, bem como 607m de obras-de arte especiais.

Foram concluídos 34,07km de obras realizadas por administração direta ou através de convênios com as prefeituras municipais e em andamento estão 61,50km.

Em conjunto com as prefeituras, foram executados 506,72km de terraplanagem e revestimento primário, dentro do Programa de Apoio Rodoviário

aos Municípios e 77,20km pelo Programa Pró-Rural.

Os Programas de Apoio Rodoviário e Pró-Rural prevêem a realização de serviços de conservação de estradas municipais pelas patrulhas mecanizadas do DER, alocadas nos Distritos Rodoviários que, em parceria com as prefeituras locais, executam o revestimento das estradas municipais.

Deu-se continuidade ao Programa de Fornecimento de Vigas Pre-Moldadas e Construção de Pontes, sendo concluídos 1.423,59m de pontes e permanecendo em execução 832m.

O Programa Paraná-Rural, Subprojeto Adequação de Estradas Municipais, que conta com a participação financeira do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e tem o DER como órgão executor, concluiu, por administração direta, 750km de correção de leitos de estradas. Além disso, o programa valizou:

- construção de 5.312 lombadas, para redução da velocidade das águas pluviais, que provocam erosão nas estradas, (sendo 2.403 na região noroeste do Estado) e construção de 6.169 caixas de retenção de águas pluviais, através de administração direta;
- execução de 1.150km de adequação de estradas, construção de 11.947 lombadas, (sendo 8.181 na região noroeste) de 12.628 caixas de retenção de águas pluviais, mediante contratação de serviços.

No Programa de Pavimentação com Pedras Irregulares, foram assinados 226 Termos de Cooperação Técnica Financeira, com 194 municípios. Encontram-se concluídos 52,60km e 2.974, 22km em andamento.

#### OBRAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO PELO DER/PR, POR TIPO DE SERVIÇO — 1991-92

TIPOS DE OBRAS	PROJETO/ATIVIDADE	1991	1992	
			Concluídas	Em Andamento
Pavimentação (km)	Programa Normal	159,29	72,43	75,20
	Rodovias Rurais	145,65	8,13	—
	Apoio Rodoviário aos Municípios	—	44,47	2.974,22
	Total	304,94	125,03	3.049,42
Restauração (km)	Programa Normal	13,50	—	—
	Conservação	216,00	634,53	272,56
	Total	229,50	634,53	272,56
	Apoio Rodoviário aos Municípios	1.692,51	506,72	—
Revest. Primário (km)	Pró-Rural	626,21	77,20	5,00
	Total	2.318,72	583,92	5,00
	Programa Normal	110,00	50,00	—
Obras-de-Arte Especiais (m)	Apoio Rodoviário aos Municípios	207,00	1.423,60	832,00
	Total	317,00	1.473,60	832,00
Obras-de-Arte Esp. (m)	Conservação	88,90	489,10	82,60

FONTE: DER/SETR

#### MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS

A atuação do DER nesta área restringiu-se à gerência do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros e da Travessia

da Baía de Guaratuba, através do Ferry-Boat.

O sistema Ferry-Boat transportou 198.317 veículos sendo: 181.640 automóveis, 5.739 caminhões, 5.768 ônibus, 5.170 motocicletas e similares.

No sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal foram transportados 141 milhões de passageiros, através de 53 empresas, 2.855 veículos e 849 linhas de operação.

## TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Em junho de 1992, o Estado firmou convênio com o **Ministério do Exército**, para que os Batalhões Ferroviários de Lages (SC) e Araguari (MG) participem da obra, sob a forma de parceria, considerando a **conveniência** quanto à redução de custos. O convênio prevê a continuidade da **construção** da infra-estrutura do trecho Guarapuava-Cascavel, pelo Exército, sob a **administração** de técnicos da FERROESTE, e está orçado em US\$ 80 milhões. Outros US\$ 90 milhões serão aplicados na superestrutura do trecho. Os trabalhos dos Batalhões Ferroviários estão sendo realizados em 6 frentes de serviço.

No momento, enquanto avançam os trabalhos ao longo do trecho conclui-se a infra-estrutura do Módulo I, com 12 km, ligando o Terminal Rodoviário da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios ao pátio da RFFSA, em Guarapuava, prevendo-se a implantação da superestrutura para abril de 1993. Para a via permanente desse trecho, a FERROESTE já adquiriu as primeiras 1.300 toneladas de trilhos da Companhia Siderúrgica Nacional e está licitando a compra de 21.700 dormentes, fixações, lastros, aparelhos de mudança de vias e serviços, por meio de convênio com a RFFSA. O custo da superestrutura do Módulo I está orçado em US\$ 2,6 milhões.

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A. já contratou, com a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, o fornecimento de 25 milhões de litros de diesel, no valor de US\$ 6,6 milhões, e publicou editais de concorrência para aquisição de cimento e explosivos, itens orçados em mais de US\$ 6 milhões.

O cronograma das obras estabelece o prazo de 30 meses, contados de junho/92, para a conclusão do trecho Guarapuava-Cascavel.

Os investimentos diretos realizados em 1992, com recursos do Tesouro, totalizaram US\$ 14,5 milhões.

## TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

O sistema hidroviário do rio Paraná é formado por 685km navegáveis, onde operam comboios de empurra com capacidade para 1800 toneladas de carga, transportando anualmente mais de 400 mil toneladas de produtos como cimento, madeira, gado e trigo. A partir de 1993, o rio Paraná contará com cerca de 1000km navegáveis, permitindo que regiões geográficas distantes como os Estados de Goiás e Minas Gerais, sejam integradas ao sistema.

Em 1992 e mediante convênio, foram repassados recursos aos municípios de Formosa do Oeste (Cr\$ 42 milhões) e Guaraniaçu (Cr\$ 60 milhões), desti-

nados à aquisição de conjuntos balsa-empurrador, a serem utilizados na travessia do rio Piquiri, para o transporte de passageiros, veículos e cargas.

Além disso, a SETR tem intensificado a participação na avaliação dos projetos hidroelétricos apresentados aos Comitês Executivos de Estudos Integrados das Bacias dos Rios Paranapanema e Ribeira do Iguaçu.

## TRANSPORTE AEROVIÁRIO

Em 1992, as atividades aeroportuárias foram as seguintes:

- Elaboração dos projetos de terraplanagem e pavimentação dos Aeródromos de São Miguel do Iguaçu, com pista de 1000 x 18m, e de Andirá, com pista 1000 x 23m.
- Elaboração dos projetos de sinalização luminosa do Aeródromo de Cornélio Procópio, com pista de 1400 x 23m e do Heliponto do Palácio Iguaçu (18 x 18m), incluindo, neste caso, levantamento topográfico digitalizado e identificação de obstáculos.
- Readequação do projeto de sinalização luminosa do Aeródromo de Toledo, para pista de 1670 x 30m.
- Com base no que estabelece o Plano Aeroviário do Estado do Paraná, a SETR prestou orientação às prefeituras, sobre normas aeroportuárias e preservação dos aeródromos, principalmente em relação à urbanização das áreas próximas às pistas e sua interferência nas operações aéreas.
- Com a interveniência da SETR, foram firmados convênios entre o Ministério da Aeronáutica e as Prefeituras de Andirá, Assis Chateaubriand, Castro, Cascavel, Cornélio Procópio, Goio-erê, Guaraçuvaia, Paranaíba, Pato Branco, Realeza, Siqueira Campos, Telêmaco Borba e Toledo, visando à administração, operação, exploração e manutenção dos aeródromos.

## COORDENAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS DE TRANSPORTES

A Coordenação gerenciou as negociações com o BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento, para implantação do Programa de Corredores Rodoviários do Estado do Paraná, através de reuniões com as missões do Banco, negociações de cláusulas contratuais, em Washington (USA) e gestões com organismos nacionais, para autorização da contratação de empréstimo externo e concessão de aval da União.

Com base na atualização do sistema rodoviário e considerando a criação dos novos municípios, estão sendo confeccionadas novas matrizes do Mapa Rodoviário do Estado.

Foi elaborado plano diretor para implantação do Programa de Pedágio do Estado e desenvolvida metodologia própria para seleção e identificação dos trechos com possibilidade de implantação. O estudo incluiu dimensionamento das praças de pedágio, cálculo dos custos de implantação, conservação e operação do sistema, bem como análise da viabilidade econômica e cálculo



de tarifas.

No gerenciamento do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, a Coordenação aprovou projetos de Terminais Rodoviários e Urbanos de Passageiro para Campo do Tenente, Paranavaí, Rio Branco do Sul, Londrina (seis terminais), Ponta Grossa (três terminais), Cornélio Procopio, Inácio Martins, Campo Mourão, São José dos Pinhais (projeto arquitetônico), Toledo, Ivaílandia (Engenheiro Beltrão), Ipiranga, Palmas, Rolândia, Nova Prata do Iguaçu e Cafelândia. Em análise estão os projetos para Guapirama e Tuneiras do Oeste, assim como estão sendo desenvolvidos projetos para Pinhão e Planaltina do Paraná.

Para a elaboração de estudos de viabilidade econômica e identificação de prioridades, a fim de orientar os investimentos do setor de transportes, foram levantados dados sócio-econômicos relativos à população, frota de veículos, arrecadação e produtos agrícolas.

## ATIVIDADES PORTUÁRIAS

O Governo do Paraná decidiu assumir a gestão do Porto de Paranaguá por mais 10 anos (o contrato de concessão foi prorrogado até 2002), na certeza de que a modernização e adequação do sistema portuário paranaense será realizada com a ajuda do Estado.

A partir de 1993, com recursos do Tesouro do Paraná, prevê-se o investimento de US\$ 15 milhões, para construção de terminal de embarque no extremo oeste do cais comercial. Serão introduzidas mudanças na estrutura operacional do Porto, com vistas a obter custos/preços dos serviços portuários mais competitivos e próximos dos padrões internacionais, bem como dinamizados os terminais que operam com fertilizantes, congelados, bobinas de papel e outras mercadorias.

Pretende-se prosseguir com a parceria Estado e iniciativa privada, iniciada com o sistema “Corredor de Exportação” e que resultou na construção de silos e armazéns diretamente ligados aos porões dos navios graneleiros e administrados pela iniciativa privada. A desconcentração resultou na projeção de Paranaguá como porto moderno, valendo-lhe o título de terceiro porto em importância no cenário nacional e importante carreador de divisas para a balança comercial brasileira.

A retomada das obras do setor leste está programada, também para o próximo ano, com recursos do governo federal e a participação do Estado, visando à construção de terminal especializado para a movimentação de 100 mil contêineres/ano e mais berços para as operações com cereais e carga geral.

Em janeiro, o Porto registrou a ocorrência de sinistro, a explosão de um silo para 100 mil toneladas do sistema “Corredor de Exportação”, que exigiu pesados investimentos para sua total recuperação.

Em 1992, a receita operacional foi melhor equalizada quanto às despesas com pessoal. Em janeiro, esses gastos representavam 97% do total, caindo

para 55%, índice excelente, considerando que representam 38% da receita total do Porto.

## MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS

Os Portos de Paranaguá e Antonina movimentaram, até o final do ano, 13,0 milhões de toneladas de mercadorias, registrando crescimento de 5,63% em relação ao desempenho obtido no ano passado.

A navegação doméstica respondeu por 2,1 milhões de toneladas e as linhas internacionais por 10,9 milhões de toneladas. O soja em grão apresentou a melhor performance no período, com crescimento de 40%, alcançando 1,4 milhão de toneladas exportadas.

A importação alcançou 1,9 milhão de toneladas procedentes de outros países e 567 mil toneladas do mercado interno.

Registrou-se queda de 33% na importação de alimentos, como arroz, que caiu de 163 (em 1991) para 18 mil toneladas e trigo, que reduziu de 571 (1991) para 384 mil toneladas. Reduções compensadas pelo melhor desempenho do complexo soja: foram embarcadas 5,3 milhões de toneladas de farelos.

Os fertilizantes cresceram em participação, mostrando forte tendência da transformação do Porto de Paranaguá num pólo de movimentação do produto. Foram movimentadas 948 toneladas de fertilizantes neste ano.

No conjunto das exportações, o período foi excepcionalmente bom para o segmento madeira/manufaturados, que cresceu de 299 para 396 mil toneladas. O café em grão, as cerâmicas, os congelados e o papel praticamente repetiram o desempenho do ano anterior. No algodão, foi registrada acentuada queda de 107 para 48 mil toneladas.

Na importação dos granéis líquidos foi registrado significativo acréscimo de 92%, representado principalmente pelo recebimento de gás liquefeito de petróleo, que subiu de 13 para 135 mil toneladas. Na exportação, por cabotagem, houve decréscimo de 8,1% na movimentação dos derivados de petróleo, que caíram de 1,4 para 1,3 milhão de toneladas.

### MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA — 1988-92

(1.000 t)

ANOS	Porto de Paranaguá			Porto de Antonina	TOTAL
	Carga Geral	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos		
1988	1.246	8.323	3.173	62	12.804
1989	1.546	10.022	2.992	67	14.627
1990	1.587	8.619	2.703	22	12.931
1991	1.694	8.181	2.446	1	12.322
1992*	1.713	8.684	2.618	—	13.015

FONTE: APPA/SETR

\* estimativa

## RECEITA CAMBIAL

O Porto de Paranaguá participou com quase US\$ 2,5 bilhões para a balança comercial brasileira, sendo US\$ 971 milhões carregados só pelos farelos. Em segundo lugar aparecem os produtos congelados, com US\$ 302 milhões, vindo a seguir o soja em grão, com US\$ 257 milhões. Tiveram ainda importante participação as madeiras/manufaturados, carregando US\$ 198 milhões e o papel, com US\$ 185 milhões.

## INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS

No período, foram alocados pesados recursos para a recuperação total do silo para 100 mil toneladas, que sofreu explosão. Contando com recursos próprios, o terminal conseguiu fechar o ano com importante rol de obras concluídas e em andamento, no Programa de Melhoramentos, Reformas e Manutenção, como: a aquisição de 17 veículos, 5 clamps e 2 caminhões; o diagnóstico do sistema de drenagem e limpeza dos berços de atracação; reforma do guindaste número 15; dragagem de manutenção do canal de acesso e recuperação das instalações civis do silão.

Para 1993, está previsto (além da retomada das obras do setor leste, e da construção do terminal de embarque no extremo-oeste do cais comercial) o aprofundamento/derrocagem para 39 pés, que necessitará investimentos da ordem de US\$ 6 milhões.

## **2.7. ENERGIA**

## 2.7. ENERGIA

### USINA HIDRELÉTRICA DE SEGREDO

Em 29 de setembro de 1992, o governo do Estado inaugurou, rigorosamente de acordo com o cronograma, a Usina Hidrelétrica de Segredo, no rio Iguaçu, com a entrada em operação comercial da primeira das quatro unidades geradoras de 315 MW.

Com potência final de 1.260 MW, a ser atingida em dezembro de 1993, Segredo aumentará em mais de 60% a capacidade instalada da COPEL e em mais de 70% a produção de energia da concessionária paranaense, que se elevará de 7.000.000 para 12.000.000 de megawatts-horas por ano.

O acréscimo anual de 5.000.000 de megawatts-horas corresponde, tendo por base o gasto mensal médio de energia por domicílio no Paraná, ao consumo de 2.800.000 residências.

A produção anual total de Segredo equivalerá à metade de todo o consumo atual de energia do Estado do Paraná.

Com isso, Segredo reduz a dependência do Estado em relação à energia comprada de outras unidades da federação e atenua o risco de déficit de eletricidade nas regiões Sul e Sudeste nesta década, assegurando condições para o desenvolvimento econômico.

Até 1995, será executado ainda o desvio de parte do rio Jordão para o reservatório de Segredo, medida que propiciará o aumento da energia firme da Usina.

Com um custo final de 945 milhões de dólares (750 dólares por quilowatt), Segredo se destaca como um dos empreendimentos hidrelétricos mais baratos do País, onde o custo das usinas tem-se situado na faixa de 1.000 a 1.500 dólares por unidade de potência instalada.

O custo da energia de Segredo (22 dólares por megawatt-hora) é também um dos menores do País, pois o custo marginal médio de expansão do setor elétrico supera 40 dólares por megawatt-hora.

Também do ponto de vista ecológico, Segredo é reconhecida como uma das obras de geração de menor impacto negativo sobre o meio ambiente, graças aos cuidados tomados para atenuar os transtornos sobre a região e a população local.

Por seu alcance e eficácia, as medidas de mitigação dos impactos ambientais, adotadas com relação à Usina de Segredo, passaram a servir de modelo para a próxima obra da COPEL, a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

### USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS

De acordo com o Programa Decenal de Geração, elaborado pela ELETROBRÁS, a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, cuja concessão foi outorgada à COPEL, deverá entrar em operação no fim da atual década, para atender às necessidades do mercado de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, com um milhão de quilowatts, a partir de 1999.

É a obra de geração mais econômica, dentre as 35 previstas, no Plano Decenal de Geração para serem iniciadas na atual década; por isso, deverá ser a próxima usina a ser construída.

Os passos iniciais para sua construção já foram dados pela COPEL, com o lançamento, em 1992, da licitação para os projetos básico e executivo de engenharia e os estudos de impacto ambiental do empreendimento.

## PROGRAMAS SOCIAIS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL E URBANA

### **Programa Força Rural**

O Programa Força Rural, já foi implantado em 88% dos municípios paranaenses localizados na área de concessão da COPEL. Até o fim do exercício de 1992, já haviam sido contratadas 30.450 das 50.000 ligações rurais previstas para o quadriênio 1991/1994.

A celebração de convênios com 126 municípios viabilizou a execução do programa pelo sistema de mutirão, em que as redes são executadas pelos próprios interessados, com apoio das prefeituras municipais, o que reduz sensivelmente o custo final do atendimento. Esse sistema foi responsável por 19.800 das 30.450 ligações contratadas.

Em 1992, foram construídos 1.928 km de redes rurais, para atender a 10660 consumidores, dos quais 5.900 pelo sistema de mutirão.

### **Programa Força Comunitária**

Pelo Programa Força Comunitária, destinado a estender os benefícios da energia elétrica às populações de baixo poder aquisitivo, nas áreas urbanas, foram contratadas, em 1992, 54.000 ligações das 80.000 ligações previstas para o quadriênio 1991/94.

## AUMENTO DO CONSUMO E DO NÚMERO DE LIGAÇÕES

Em 1992, a COPEL efetuou a ligação do consumidor nº 2.000.000, importante marco na expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná.

O consumo de energia elétrica no Estado, em 1992, foi de 11.562 GWh — 4,3% superior ao do ano anterior. Na área de concessão da COPEL, o consumo cresceu 4,6%, registrando o total de 10.404 GWh.

O número de ligações de energia elétrica no Estado, com base em dados do sistema de faturamento, aumentou em 106.792, no ano, elevando-se para 2.153.968. Na área de concessão da COPEL, foram realizadas 104.343 ligações, alcançando-se o total de 2.087.549, com crescimento de 5,3%.

**CONSUMO E NÚMERO DE LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE DE CONSUMIDOR, NO ESTADO DO PARANÁ — 1991-92**

CLASSE DE CONSUMIDOR	CONSUMO (GWh)			NÚMERO DE LIGAÇÕES		
	1991	1992	Cresc. (%)	1991	1992	Cresc. (%)
Residencial	2.729	2.805	2,8	1.564.954	1.661.186	6,1
Industrial	4.962	5.253	5,9	30.093	29.758	-1,1
Comercial	1.411	1.466	3,9	184.105	189.758	3,1
Rural	770	784	1,8	241.854	246.016	1,7
Poderes Públicos	257	272	5,8	21.746	22.732	4,5
Iluminação Pública	556	569	2,3	1.041	1.053	1,2
Serviços Públicos	350	364	4,0	2.069	2.175	5,1
Consumo Próprio	49	49	0,0	1.314	1.290	-1,8
<b>TOTAL</b>	<b>11.084</b>	<b>11.562</b>	<b>4,3</b>	<b>2.047.176</b>	<b>2.153.968</b>	<b>5,2</b>

Obs.: Valores de 1992 são preliminares.

**CONSUMO E NÚMERO DE LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE DE CONSUMIDOR, NA ÁREA DE CONCESSÃO DA COPEL — 1991-92**

CLASSE DE CONSUMIDOR	CONSUMO (GWh)			NÚMERO DE LIGAÇÕES		
	1991	1992	Cresc. (%)	1991	1992	Cresc. (%)
Residencial	2.644	2.716	2,7	1.516.512	1.610.501	6,2
Industrial	4.017	4.292	6,8	29.342	28.971	-1,3
Comercial	1.377	1.431	3,9	179.578	185.091	3,1
Rural	756	769	1,7	232.209	236.368	1,8
Poderes Públicos	252	267	6,0	21.222	22.184	4,5
Iluminação Pública	536	548	2,2	1.025	1.037	1,2
Serviços Públicos	340	354	4,1	2.031	2.134	5,1
Consumo Próprio	27	27	0,0	1.287	1.263	-1,9
<b>TOTAL</b>	<b>9.949</b>	<b>10.404</b>	<b>4,6</b>	<b>1.983.206</b>	<b>2.087.549</b>	<b>5,3</b>

Obs.: Os valores de 1992 são preliminares.

## **2.8. EDUCAÇÃO**



## 2.8. EDUCAÇÃO

Uma nova etapa vai marcando a conduta do governo e do magistério. O governo sustenta sua determinação de privilegiar a educação, levando a efeito clara política de valorização do magistério, de modernização da infra-estrutura e de respeito à efetiva autonomia das escolas. A grande maioria das escolas do Paraná vem desenvolvendo experimentos e inovações educacionais, que constituem um dos indicadores básicos da melhoria da qualidade de ensino.

Quanto à expansão do atendimento, houve um acréscimo de 10% em relação a 1991, atingindo o total de 1.400.430 alunos.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEED destacam-se:

- municipalização do ensino, através de Termos Cooperativos, com 262 municípios, para desenvolvimento das 4 séries iniciais do Ensino Fundamental, do Pré-Escolar, Educação Especial e Supletivo Fase I, tendo sido repassados, em 1992, US\$ 6.814.363,00;
- elaboração de proposta para financiamentos internacionais à educação, executáveis através dos projetos “Qualidade no Ensino Público do Paraná”, que prevê a aplicação de US\$ 300 milhões e “Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná”, que expandirá o atendimento a 50.000 alunos;
- a implantação do “Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente”, através de 26 Centros de Atenção Integral à Criança — CAICs, em 25 municípios, com atendimento para 28.280 alunos de 1ª a 8ª séries, em turno diurno e 14.140 alunos, em turno noturno; o CAIC de Araucária encontra-se em funcionamento; os de Colombo, Ponta Grossa, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Mandrituba, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré já foram concluídos e a conclusão dos 16 restantes está prevista para fevereiro de 1993;
- criação de 8 novos Núcleos Regionais de Educação, a saber: Área Metropolitana Norte, Assis Chateaubriand, Dois Vizinhos, Goioerê, Nova Londrina, Telâmaco Borba, Pitanga e Wenceslau Braz, somando-se aos 22 Núcleos já existentes;
- implantação, em conjunto com a FUNDEPAR, do Sistema Estadual de Registro Escolar — SERE, que acompanhará a movimentação de cada aluno, desde a chamada escolar, permitindo a obtenção de dados estatísticos confiáveis, para subsidiar o planejamento da rede física e da oferta de vagas;
- coordenação do I Congresso para Integração da América Latina, realizado em Marechal Cândido Rondon, com 5000 participantes nacionais e internacionais, resultando na elaboração da Carta de Marechal Cândido Rondon para a América Latina e demais países.

Um elenco de atividades foi realizado com o objetivo de racionalizar, descentralizar e democratizar a gestão educacional, destacando-se:

- implantação de 764 Conselhos Escolares previstos em Regimento, através de Resolução Secretarial;

- reformulação do Ensino Agrícola, com implantação de tecnologias adequadas à agroindústria e à pequena produção;
- apoio ao ensino livre e qualificação de agricultores, através da implantação de 7 Casas Familiares Rurais.

Na área de Recursos Humanos, realizaram-se:

- capacitação de 500 professores, através de bolsas de pós-graduação lato sensu;
- implementação do “Processo de Capacitação à Distância”, em conjunto com a televisão, com a implantação de 53 telepostos e a consolidação de mais 80, em 1993, possibilitando a capacitação permanente de professores em salas de aula, com programações via televisão;
- serviço de apoio à melhoria do ensino, através do “Programa de Vídeo na Escola”, com a implantação de 25 videotecas, no interior e 9 na Capital;
- cursos de capacitação para professores leigos, num total de 280 horas, nos meses de maio a dezembro, através do “Programa Escola Gente da Terra”, sendo: 120 horas para 160 professores, que atendem 16.000 crianças de escolas regulares localizadas em assentamentos rurais; 120 horas para alfabetização de 1.800 jovens e adultos; e 40 horas para alfabetização dos assalariados temporários rurais;
- construção de 44 unidades escolares, através de auxílio financeiro do INCRA e em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Pastoral da Terra;
- em parceria com a FUNAI e o SINE, foram implantados os Núcleos de Educação Indígena;
- com relação à capacitação para educação ambiental, a SEED assumiu a manutenção do Parque ADEA, onde promovem estudos e palestras;
- obtenção, com os consulados, de 12 bolsas para realização de cursos de línguas no exterior, destinados a professores, via CELEM/SUED;
- verificações da vida escolar de todos os funcionários do Banestado e realizações de cursos para os técnicos da área de recursos humanos do Banco;
- treinamento, pelo GRHS/SEED, de 4000 diretores de estabelecimentos de ensino sobre “Técnicas de Administração de Recursos Humanos”.

O Departamento de Ensino de 1º Grau realizou:

- 900 cursos, para 40.000 participantes, ao custo de US\$ 443.193,00; 76 reconhecimentos de cursos; 74 prorrogações de cursos; 56 autorizações de funcionamento; dispêndio de US\$ 305.448,00, em material de consumo.

O Departamento de Ensino de 2º Grau promoveu:

- 149 implantações de cursos/92; 78 implantações de cursos/93; 97 prorrogações de cursos; 422 cursos, para 11.190 participantes, ao custo de US\$ 195.582,00; aquisições de materiais pedagógicos, de laboratório e escritório, acervos bibliográficos e equipamentos, no valor

de US\$ 668.070,00.

O Departamento de Educação Especial realizou:

- 15 estudos adicionais, para 600 participantes, ao custo de US\$ 28.360,00; 96 cursos, para 2795 participantes, ao custo de US\$ 66.007,00; 208 convênios, com repasse de US\$ 2.657.744,00; aquisições de materiais permanentes e pedagógicos no valor de US\$ 23.626,00.

O Departamento de Ensino Supletivo promoveu: 26 cursos, para 3002 participantes, ao custo de US\$ 41.803,00; 4 exames de suplência, para 37.064 inscritos, ao custo de US\$ 29.281,00; implantação de Ciclo Emergencial de Alfabetização em 248 escolas; aquisição de 34 laboratórios, no valor de US\$ 19.429,00.

Pelo Centro de Treinamento do Paraná — CETEPAR, foram realizados 46 cursos (4193 participantes), 59 seminários (9313 participantes) e 24 encontros (2293 participantes), ao custo total de US\$ 113.849,00.

A Superintendência de Educação dispendeu US\$ 29.225,00, na realização de 14 cursos, para 7137 participantes, e o ASSINTEC promoveu 24 cursos (3081 participantes) e 2 seminários (136 participantes), ao custo de US\$ 31.490,00.

Para atender às atividades dos 4 Departamentos de Ensino da SEED, foram confeccionados 145.250 impressos, ao custo de US\$ 57.913.000,00.

Realizaram-se, com grande brilho, os Jogos Escolares do Paraná, envolvendo, nas fases Regionais, 275 municípios e 29.016 participantes e, na fase final, 281 municípios e 7.443 participantes, ao custo de US\$ 181.846,00.

Foi realizado Teste Seletivo para o suprimento de docência e apoio administrativo, sob regime CLT, totalizando 141.000 inscritos.

O Magistério foi contemplado com a implantação da Gratificação de Apoio Educacional, por local de exercício e exercício em período noturno, de acordo com a Lei nº 10.051, de 16 de julho de 1992.

Sob o aspecto físico, atualmente, a rede pública estadual é constituída de: 2.831 unidades escolares, que atendem 1.123.207 alunos matriculados no ensino fundamental, e 472 estabelecimentos de ensino médio, que matriculam 864.946 alunos. O ensino supletivo atendeu a 34.724 alunos de 1º Grau e o ensino especial recebeu 6.621 escolares portadores de deficiência, nas Escolas Especiais do Estado.

Em razão do grande número de prédios, a FUNDEPAR adotou, experimentalmente em Curitiba, o programa denominado “Escola Nota 10”, a fim de contratar, mediante licitação, empresas para realizar manutenção e reparos em diversos prédios do município.

Iniciou-se a reforma e restauração completa dos prédios do Colégio Estadual do Paraná e do Instituto de Educação do Paraná.

Na parte de aquisição de material permanente, equipamento e material de expediente escolar, foram priorizados os indispensáveis às atividades pedagógicas dos estabelecimentos, sendo atendidos 323 municípios e 2.714 escolas.

Foram equipadas as cozinhas e cantinas escolares, adequando-as para

o atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Para o desenvolvimento deste Programa, a FUNDEPAR distribuiu 5.399 toneladas de alimentos a 11.800 estabelecimentos de 323 municípios, atendendo 1.877.225 alunos. E, ainda, foram ministrados 10 treinamentos regionalizados, abrangendo 323 municípios e 590 representantes de Núcleos Regionais de Educação e Coordenadores dos Programas Municipais de Alimentação Escolar.

Através do Programa de Bolsas de Iniciação ao Trabalho, foram atendidos 508 alunos, de 466 escolas, com recursos no valor de US\$ 111.768,00. Pelo Sistema Estadual de Bolsas de Estudos, foram beneficiados 102 alunos, de 25 escolas, com a utilização de US\$ 10.846,00.

#### PROGRAMA DE OBRAS ESCOLARES — 1992

Obras	Nº de Prédios	Nº de Salas Aula	Nº de Salas Outras	Nº/Demais Dependências	Área (m <sup>2</sup> )	Investimentos (US\$)
Concluídas	313	815	232	1.585	102.131	13.567.000,00
Em andamento	283	964	412	1.929	136.618	18.148.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>596</b>	<b>1.779</b>	<b>644</b>	<b>3.514</b>	<b>238.749</b>	<b>31.715.000,00</b>

FONTE: AT/FUNDEPAR

#### PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS — 1992

Nº de Municípios	Nº de Prédios	Investimentos (US\$)
153	528	5.449.000,00

FONTE: AT/FUNDEPAR

#### OUTROS PROGRAMAS — 1992

Programa	Atendimentos	Investimento (US\$)
Sistema de Recursos Descentralizados — SIRD	2.414 Escolas	2.500.000,00
Sistema de Bolsas de Iniciação ao Trabalho	466 Escolas	111.768,00
Sistema de Bolsas de Estudo	25 Escolas	10.846,00
Equipamento e Reequipamento de Unid. Escolares	Rede Estadual	17.086.000,00
Recuperação de Conjuntos de Carteiras Escolares	31.000 Conj.	330.176,00
Programa Estadual de Alimentação Escolar	11.800 Est. Ens.	5.792.085,00
Capacitação de Recursos Humanos	323 Municípios	19.100,00
<b>TOTAL</b>		<b>25.849.975,00</b>

FONTE: AT/FUNDEPAR

OBS: Os valores utilizados foram atualizados para dezembro de 1992, pela média do dólar comercial, ao preço de compra.

## **2.9. SAÚDE**

## **2.9. SAÚDE**

O Decreto nº 1421, de 30/06/92, publicado no D.O.E. nº 3794, transformou a Fundação Caetano Munhoz da Rocha em entidade autárquica, que passou a denominar-se Instituto de Saúde do Paraná — ISEPr.

### **MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A descentralização gradativa do poder decisório e execução das ações e serviços de saúde, transferindo-os aos municípios, é uma das diretrizes da Secretaria de Estado da Saúde — SESA, para o período de 1992/95. Dentro dessa linha, de janeiro a dezembro de 1992, realizaram-se as ações a seguir relatadas.

#### **Área Ambulatorial**

Foi efetivada a municipalização de 15 unidades próprias, sendo 9 em Curitiba e as outras em Telêmaco Borba, Guarapuava, Rio Azul, Turvo, Prudentópolis e Laranjeiras do Sul. Hoje, quase 100% dos municípios paranaenses gerenciam os serviços básicos de saúde, em âmbito local (só não foram municipalizados em Paranaguá), estando 28% dos servidores da SESA e ISEPr cedidos aos mesmos.

#### **Área Hospitalar**

Foi concretizado o processo de cessão do Hospital Bom Jesus, de Castro, ao Conselho Comunitário e do Hospital Carolina Lupion à Prefeitura Municipal de Jaguariaíva. Atualmente, dos 18 hospitais que pertencem a SESA/ISEPr, 12 estão sob sua gerência, direta, 5 foram cedidas a prefeituras e 1 está sob regime de co-gestão com Conselho Comunitário.

#### **Área de Vigilância Sanitária**

Foram realizados 2 treinamentos, capacitação de 68 profissionais e reciclagem de 20 profissionais já capacitados, pertencentes a municípios. Foram feitas 311 visitas a regionais e municípios, 2 reuniões de avaliação, 12 reuniões de macrorregião com temas específicos, e reunião sobre metodologia de trabalho da Operação Verão. No Paraná, aproximadamente 292 municípios já assumiram a execução das atividades de vigilância sanitária.

#### **Área de Epidemiologia**

Foram realizados cursos para cerca de 700 profissionais de nível médio e superior.

Objetivando a garantia de acesso e integração dos serviços públicos de saúde, foram criados os Grupos Intermunicipais de Saúde — GIS, em

1991. Os GIS são integrados pelos secretários municipais de saúde, sob a coordenação dos diretores das Regionais e estão em funcionamento na maioria delas, com reuniões mensais

## CONSELHOS DE SAÚDE

Segundo dados da CCTC — INAMPS/PR, estão formados 227 Conselhos Municipais de Saúde no Paraná, até o momento, dos quais 187 já estão com processo de municipalização aprovado. O CES mantém estreito relacionamento com esses Conselhos, através de levantamento cadastral e respostas a questionamentos e dúvidas, sendo um dos quatro conselhos existentes no Brasil, que estão efetivamente funcionando.

## INVESTIMENTOS

A SESA, através do Departamento de Engenharia do ISEPr., realizou, a supervisão e fiscalização de 215 obras, totalizando 137.651m<sup>2</sup>, em convênio com Prefeituras e o Decom, estando 93 concluídas, 49 em andamento efetivo, 31 paralizadas e 42 não iniciadas.

Entre as obras em andamento, destacam-se:

- a construção de unidade mista em Londrina e Centro de Saúde Municipal em Maringá; de hospitais municipais em Barbosa Ferraz, Manoel Ribas e Nova Esperança; do Hospital Regional de Pranchita; do Setor de Bioquímica e de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Hospital do Servidor de Londrina;
- a reforma do Hospital São Sebastião na Lapa e Hospital Oswaldo Cruz em Curitiba.

A ampliação do Hospital Geral do Portão (4.521m<sup>2</sup>), em Curitiba foi retomada, com recursos do Fundo de Assistência Social da Caixa Econômica Federal.

Das 93 obras concluídas destacam-se: os Hospitais Municipais de Altamira do Paraná e Santa Mariana e os Centros de Saúde de São José dos Pinhais/Afonso Pena e Marialva, além do Pronto Socorro de Ponta Grossa; as sedes Regionais de Saúde de Ivaiporã e Campo Mourão; a Agência Transfusional de União da Vitória e o Centro de Especialidades Médicas de Ponta Grossa; Projeto da sede da Regional de Saúde de Maringá; as reformas da Regional de Saúde de Londrina, do CRE-Paranaguá, dos Hospitais Antônio Fontes, em Paranaguá e Getúlio Vargas em Ponta Grossa, do Laboratório do Hemepar, do Cemepar, da Divisão de Transportes e do CRE-Barão, em Curitiba.

## ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

### Atendimento Ambulatorial

Os atendimentos realizados por todos os prestadores do SUS perfizeram o total de 54.709.309 atendimentos básicos, 9.502.726 consultas médicas bási-

cas, 1.508.809 consultas médicas especializadas, 2.589.508 consultas de urgência/emergência, 4.299.706 exames de patologia clínica, 431.352 exames de radiologia, 645.626 exames especializados e 2.434.706 terapias. Na rede própria estadual foram prestados 2.556.455 atendimentos básicos, 937.833 consultas médicas básicas e especializadas, 103.188 consultas de urgência/emergência, 346.258 exames de patologia clínica, 56.925 exames de radiologia, 46.798 exames especializados e 61.220 terapias.

### **Atendimento Odontológico**

Os prestadores do SUS realizaram 10.026.518 procedimentos individuais em odontologia, sendo que 88.938 corresponderam à produção da rede própria. Com relação aos procedimentos coletivos, que incluem o bochecho com flúor e orientação de higiene bucal, foram atendidas 6.580.481 crianças de 1ª a 4ª séries do 1º grau de escolas públicas.

### **Atendimento Hospitalar**

Foram distribuídas 912.026 Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs). No período de janeiro a outubro de 1992, 10.930 pacientes deram entrada nos hospitais próprios.

### **Imunização**

Através dos postos de vacinação de rotina foram aplicadas 546.248 doses de vacina tríplice, 544.474 doses de antipólio, 173.778 doses de BCG, 2.384.363 doses de anti-sarampo (rotina e campanha), 229.544 doses de vacina dupla, 432.391 doses de toxóide tetânico e 11.649 de anti-rábica.

Para os menores de um ano, as coberturas alcançadas foram: 89% (pólio), 89% (tríplice) e 104% (BCG). Na 1ª Fase da Campanha dos Dias Nacionais de Vacinação Antipólio foram aplicadas 1.018.152 doses, com cobertura de 94% e, na 2ª Fase, foi alcançada a cobertura de 9390, com 1.006.370 doses, na Campanha Nacional de Vacinação Anti-Sarampo no Estado foi alcançada a cobertura de 86% da meta prevista, e, na rotina, a cobertura em menores de 1 ano foi de 129.4%.

## **SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA**

A rede própria estadual de hemoterapia e hematologia conta hoje com 11 agências transfusionais regionais, 3 núcleos de hemoterapia e 2 hemocentros efetivamente funcionando. Foram concluídas as reformas do Hemocentro de Curitiba e da Agência de Paranaguá, estando em fase de acabamento a Agência de União da Vitória.

O Projeto da Unidade Industrial de Hemoderivados para a Região Sul encontra-se concluído, faltando definição do estado que sediará o complexo.



## PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Visando atender ao Convênio ISEPr/CEME, foram produzidos 14.779.000 comprimidos e 440.350 frascos, pelo Laboratório do Cemepar. Para a rede própria e prefeituras foram produzidos 922.200 comprimidos de fluoreto de sódio, 12.717 frascos de 500ml de hipoclorito de sódio a 2,5%, 93.920 frascos de 100ml de hipoclorito de sódio a 2,5%, 1.804.200 comprimidos de 5mg de Diazepan e 3.228 frascos de água oxigenada 10 vol. de 500ml. Para o controle da qualidade de insumos foram realizados 1.000 exames de insumos.

Foram distribuídas 88.875.179 unidades de medicamentos (43,8% da meta prevista para o ano) e repostas 16.937.584 unidades de imunobiológicos. Foram ainda adquiridas 37.730 unidades de medicamentos excepcionais (ciclosporina).

Encontra-se em andamento o Cadastro de Produtores de Plantas Medicinais do Estado, estando o Projeto na fase da coleta e análise de dados. Foi realizado treinamento com 25 alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem, 370 universitários da área de saúde e afins e 66 profissionais de nível superior, para implantação de fitoterapia em serviços de saúde.

Realizou-se, em Curitiba, o 3º Encontro Nacional de Fitoterapia em Serviço Público.

## APOIO LABORATORIAL

Através do Laboratório Central do Estado — LACEN, foram realizados 75.504 exames, sendo: 19.553 em bacteriologia, 17.811 em imunologia, 5.917 em virologia, 12.761 em controle de qualidade (Hanseníase), 3.337 em controle de qualidade (análises clínicas), 1.193 em toxicologia, 13.971 em bromatologia e 961 em controle de qualidade de medicamentos. Para subsidiar o Programa de Saúde do Trabalhador, foram realizados 143 exames de dosagem de chumbo, 139 exames de dosagem de ácido delta-aminolevulínico e 19 exames de dosagem de colinesterase.

Neste ano, o LACEN passou a ser um dos laboratórios de referência nacional para o diagnóstico do Sarampo.

Para atender à Vigilância Sanitária de Alimentos, segundo o acordo e convênio SESA/MARA, foi ativado o Laboratório de Apoio Animal, tendo sido realizadas 380 amostras de origem animal, para o Programa de Controle de Qualidade de Alimentos.

## **2.10. JUSTIÇA E CIDADANIA**

## **2.10. JUSTIÇA E CIDADANIA**

### **CONSELHO ESTADUAL E ENTORPECENTES — CONEN/PR**

Composto por 17 membros, entre representantes de órgãos públicos estaduais e da comunidade, reúne-se mensalmente para traçar a Política Estadual de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas.

O CONEN realizou cursos e seminários voltados à prevenção e orientação social a educandos e educadores, em diversos municípios do Estado e promoções, com a mesma finalidade, em 16 entidades, em Curitiba. Atuou mediante convênios, na orientação da Guarda-Mirim, junto ao Juizado de Menores, inclusive na preparação de agentes, na assistência permanente à Secretaria do Menor de Curitiba e preparo dos envolvidos no atendimento. Participou da “Operação Alerta”, juntamente com a Federação Israelita do Paraná, realizou cursos em colaboração com o PREVIDA — Programa de Educação e Vida do Conselho Federal de Entorpecentes e com o SEDUSU — Centro de Estudos sobre Drogas da Universidade Santa Úrsula — RJ. Promoveu atendimento ambulatorial ao usuário de drogas e álcool, na sede do CONEN, com agenda lotada durante o ano, e encaminhamentos de interações.

Além disso, o CONEN atuou junto ao Exército, orientando jovens soldados e monitores, bem como junto às CIPA's — Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, de diversas empresas.

### **CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ — CONPEN**

Durante o exercício de 1992, o Conselho Penitenciário realizou 169 sessões, emitiu 707 pareceres, sendo relatados 521 processos e convertidos em diligências 186 processos, realizou 50 audiências de Livramento Condicional e efetuou duas visitas a unidades prisionais do Estado.

### **COORDENADORIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA CIDADANIA — CODIC**

A CODIC desenvolveu o projeto EDUCAR PARA OS DIREITOS HUMANOS, em parceria com a Secretaria da Educação, envolvendo grande número de educadores de vários municípios paranaenses e divulgando os conteúdos e o significado dos Direitos da Cidadania, através das seguintes atividades: “Seminário Educação para Direitos Humanos”, com duração de 32h e participação de grande número de escolas da rede pública de Curitiba; seminários, com profissionais da educação dos Núcleos Regionais de Ensino de Foz do Iguaçu, Pato Branco e Jacarezinho.

Participou e co-promoveu o Encontro Nacional do Ensino dos Direitos Humanos e Cidadania, realizado em quatro capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba), destinado à troca de experiências e definição

de metodologia apropriada ao tipo de ensino.

O Projeto Pró-Cidadania, mediante convênio com as prefeituras, patrocinou documentação aos carentes de 69 municípios.

A CODIC apoiou, ainda, a promoção de debates públicos sobre os temas: Processo de Impeachment, Exercício da Cidadania, Parlamentarismo x Presidencialismo, Reforma Constitucional e outros. No período, foram realizados, além do Ciclo de Conferências Sobral Pinto, seis Ciclos de Conferências, sendo três em Curitiba e os outros em Ponta Grossa, Londrina e Maringá, com a participação de 4.000 pessoas.

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

A Coordenação Criminal passou a atender, também, acusados de crimes dolosos contra a vida, cuja instrução criminal é alçada agora da II Vara do Tribunal do Júri.

As realizações da área criminal, em 1992, totalizam: 3.131 audiências, 3.482 peças processuais, 1.655 atendimentos, 170 recursos e 86 julgamentos.

A Coordenação Cível atendeu 3.482 pessoas, em 1992 e encontram-se em andamento, 1892 processos ajuizados nas varas cíveis.

A Defensoria Pública do Paraná assumiu a Curadoria Especial nas Varas Cíveis da Capital e assinou convênio com a Universidade Federal do Paraná, para realização de programa de estágio jurídico com seus alunos e apoiar a reciclagem dos Defensores e demais funcionários.

## COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR — PROCON

Para melhor atender ao usuário consumidor, o PROCON ampliou o número de linhas telefônicas, implantou o projeto “Disque Procon 1512” e introduziu a informática em sua rotina de trabalho. Desde junho conta também com novas instalações físicas.

Durante 1992, o Procon realizou as seguintes atividades: elaborou 14 processos a fornecedores, sobre o cumprimento da lei 8078/90 — Código de Defesa do Consumidor e emitiu, para fins de concurso licitatório, 60 certidões negativas de violação de Direito do Consumidor; atendeu 14.200 consumidores; protocolou 2.957 reclamações/informações; prestou 3.115 informações imediatas; forneceu 7.908 informações pelo fone 1512; protocolou 186 reclamações/informações pelo projeto “Escreva Procon”; realizou 161 audiências de conciliação; resolveu 310 reclamações; solicitou ao Delcon, a abertura de 2 inquéritos policiais, contra uma empresa que não atendeu às notificações do órgão; realizou 2 audiências coletivas, resolvendo 22 processos mais discutidos; forneceu 14 pareceres a fornecedores, sobre o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor; registrou 40 denúncias; realizou 8 fiscalizações; desenvolveu 14 projetos e/ou programas com outros Procon's estaduais.

Através do Projeto Litoral, durante a temporada de verão, foram realizadas 48 ações conjuntas em todo o litoral do Estado e 2 interdições de estabeleci-

mentos, para correção de irregularidades. Como atividade de orientação, foram realizados 135 termos de visitas pelos técnicos do órgão.

Dentro da proposta de “Nenhum Município sem Procon”, foi realizado seminário na região de Londrina, visando à mobilização da comunidade e à implantação de Procon’s na região, e intensificaram-se os contatos com os demais municípios, para implantação do Sistema de Defesa do Consumidor em todo o Estado.

## DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ — DEPEN

Na área técnica da Prisão Provisória de Curitiba, foi implantado novo sistema de atendimento médico aos internos, que atende também ao Centro de Observação Criminológica e Triagem e à Unidade de Regime Semi-aberto Feminino, com a criação de Ambulatório Médico, composto de consultórios médico, odontológico e psicológico e enfermaria com 5 leitos.

Foram realizadas diversas obras e serviços de engenharia contratados com terceiros, através do DECON, dentre os quais destacam-se:

- Na Colônia Penal Agrícola: posto de vigia na saída para Piraquara; reforma geral da cobertura do armazém do Parque Agrícola, com 743,00m<sup>2</sup>; instalação de postos de combustíveis para abastecimento de álcool e diesel; ampliação do refeitório e alojamentos para mais 320 detentos, com área de 1.431,29m<sup>2</sup>; construção de prédio para 100 alojamentos e demais dependências, com área de 828,50m<sup>2</sup>.
- Na Penitenciária Central do Estado: construção dos postos de revista para visitantes; reforma do sistema de água e esgoto em 300 celas.
- No Manicômio Judiciário do Paraná: reforma de 1.428,00m<sup>2</sup> de telhado, com telhas de fibro cimento; reforma dos sistemas hidráulico e elétrico e pintura das alas 3 e 4; instalação de posto de abastecimento para óleo diesel.
- Na Prisão Provisória de Curitiba: reforma dos equipamentos da cozinha, caldeiras elétricas e caldeiras a diesel; reforma das guaritas utilizadas pela polícia militar.
- Na Unidade de Regime Semi-aberto Feminino: ampliação da sede administrativa, com 165m<sup>2</sup>.

Foi iniciada a construção da Penitenciária de Londrina, com capacidade para mais de 500 internos no regime fechado, e retomaram-se as gestões para reativação da Colônia Penal Agroindustrial de Londrina. Ambas as unidades penais, quando em atividade, permitirão o suprimento de carência verificada na Região Norte do Estado, propiciando melhores condições de segurança e solubilidade à custódia.

Ainda no exercício, foi determinada a recomposição, por parte do DECOM, do orçamento de nova unidade penal no Complexo de Piraquara, destinada a mais de 400 internos, cujo projeto encontra-se concluído, visando futura edificação.

Em 1992, dos 3.103 internos escolarizados no Sistema Penitenciário

do Paraná, foram atendidos 1.065 pela Divisão de Educação do DEPEN, o que representa uma taxa de escolarização de 34,3%, bastante superior ao índice de 18,8% obtido em 1991. Constatou-se, também, uma melhora qualitativa no ensino prisional, onde 89% dos alunos obtiveram aprovação pela banca examinadora da SEED.

Realizaram-se 9 cursos profissionalizantes, mediante convênio com o SENAC, atendendo a 171 internos.

A implementação das ações de ocupação da mão-de-obra dos internos é levada a efeito através das Divisões Ocupacionais e de Qualificação e Seções de Produção e Laborterapia existentes nas unidades prisionais, onde registram-se 136 canteiros de trabalho, sendo 67 de manutenção, 32 de produção, 20 de serviços por convênio e 17 de artesanato, ocupando um total de 2.311 internos, com taxa de ocupação de 78%.

Dentre as medidas de racionalização e controle da área de suprimentos, foram levadas a efeito as seguintes medidas de racionalização no Sistema Penitenciário do Paraná: implantação de um sistema de acompanhamento e previsão de estoque de gêneros alimentícios, junto às unidades penais; implantação de cardápio controlado, seguindo recomendações de organismos internacionais, para suprir as necessidades nutricionais e de saúde.

O Patronato Penitenciário do Paraná desenvolveu suas atividades através do Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso — Pró-Egresso, mediante a celebração de 20 convênios com 14 instituições de ensino superior, 2 patronatos particulares e 4 prefeituras municipais, beneficiando 314 municípios, com o atendimento de 33.709 pessoas.

A Escola Penitenciária do Paraná promoveu a realização de 31 cursos de formação, reciclagem e treinamento em serviço, para o pessoal do Sistema Penitenciário em todos os níveis, atendendo a 1.106 servidores do sistema.

A creche pré-escolar “Cantinho Feliz”, da Penitenciária Feminina do Paraná, promoveu o atendimento aos filhos das internas, do período de aleitamento até seis anos, mantendo em média 15 crianças.

O Hospital Penitenciário do Paraná promoveu o atendimento médico-hospitalar mensal de 415 internos do sistema penitenciário, mantendo em média 30 internamentos.

Em 1992, registrou-se a média mensal de 481 presos ingressos, enquanto que saíram 478 presos do Sistema Penitenciário do Paraná.

#### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ — DIOE

A preocupação maior do DIOE, durante o exercício de 1992, foi o de agilizar a prestação de serviços aos órgãos públicos e demais usuários. Além de iniciar-se a implantação de controles informatizados de material e de procedimentos, promoveu-se o treinamento de servidores nas diversas áreas, buscando a melhor utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis.

## INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO PARANÁ — IPEM/PR

O Instituto de Pesos e Medidas, com suas atividades, contribui para a defesa do consumidor, prevenindo abusos contra a economia popular e concorrência desleal entre produtores.

Foi prioritária a ação fiscalizatória dos produtos pré-acondicionados de consumo básico da população, o que foi facilitado com a aquisição de 6 veículos.

## JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ — JCP

No exercício de 1992, foi concluída a reforma das instalações, deu-se continuidade ao programa de informatização da Junta e foi iniciada negociação, junto ao Governo Federal, para implantação do Sistema Nacional Integrado de Anotação do Registro do Comércio — SIARCO.

Deu-se continuidade à microfilmagem dos arquivos, chegando-se a 14 anos de empresas microfilmadas, estando em preparação, os documentos anteriores a 1978.

Foi elaborado e distribuído o Manual do Registro do Comércio, onde constam as principais informações sobre procedimentos e serviços prestados pela JCP e suas 44 regionais.

Como fechamento do ano de 1992, juntamente com a inauguração da Reforma das Instalações e comemoração do Centenário da Junta Comercial do Paraná, (15 de outubro 1892-1992), foi realizado em Curitiba o Encontro Nacional de Registro do Comércio, que reuniu representantes de todo o país, para debate e encaminhamento de temas de grande relevância ao aprimoramento do Registro do Comércio.

O movimento de processos, em 1992, envolvendo registros e arquivamento por tipo jurídico, foi o seguinte: 29.723 constituições, 30.872 alterações e 1.609 cancelamentos.

No tocante às microempresas, registraram-se 4.469 constituições/enquadramentos e 176 desenquadramentos.

Foram ainda executadas 76.954 atividades de protocolo, 70.228 arquivamentos, 27.398 exigências, 40.372 livros autenticados e 36.045 certidões/buscas.

## **2.11. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**



## 2.11. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

O âmbito de atuação da Secretaria do Trabalho e da Ação Social — SETA compreende três áreas distintas, porém interligadas e complementares entre si, envolvendo ações voltadas tanto à correção dos efeitos do modelo sócio econômico-político vigente, como também ações de apoio aos movimentos popular e sindical, de orientação, informação e formação política dos trabalhadores, de geração de oportunidades de emprego e renda, de melhoria das condições de trabalho e de vida.

No segundo semestre de 1992, a SETA concentrou esforços no sentido de reavaliar e reordenar suas ações, de forma a sistematizá-las em três eixos: assistência social, trabalho e desenvolvimento comunitário.

O diagnóstico da situação sócio-econômica das regiões constituiu-se na primeira etapa do reordenamento programático e, paralelamente, foram definidas as estratégias de atuação e os novos programas, em consonância com as diretrizes governamentais para a área. O produto final desse trabalho é um documento pautado na ação integrada, que contempla intervenção não só no nível dos efeitos, mas, sobretudo, das causas geradoras dos problemas sociais, o respeito à autonomia e o estímulo à auto-suficiência das entidades assistenciais e dos movimentos popular e sindical, reduzindo, gradativamente, as práticas históricas de cunho assistencial-paternalista.

Ganham preferência e prioridade as soluções de cunho preventivista e emancipador, ou seja, propostas que visem estancar as causas geradoras dos problemas sociais e habilitem a população alvo à auto-gestão e à auto-suficiência.

O eixo assistência social compõe-se de um conjunto de programas e ações voltadas ao atendimento da criança e do adolescente carente e infrator e da população socialmente marginalizada.

As ações na área de assistência social serão desenvolvidas através do Programa Meu Irmão, desdobrado nos subprogramas:

- Clube do Irmão Caçula — programa complementar à família e à escola, visa ao atendimento de crianças de 6 a 13 anos, que estejam freqüentando escolas de bairros e cujos pais trabalham fora, não tendo condições de dar o apoio familiar adequado;
- Escola Irmão Cidadão — visa ao atendimento de crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, que não estejam freqüentando escola formal, com ou sem vínculo familiar e que necessitem atendimento integral e iniciação profissional;
- Irmão do Futuro — visa ao atendimento de adolescente infratores, de 13 a 18 anos, com ou sem vínculo familiar, em nível aberto, que necessitam atendimento integral e iniciação profissional;
- Irmão Aprendiz — visa à preparação e ao encaminhamento profissional de adolescentes de 13 a 18 anos, oriundos de famílias carentes;
- Irmãozinho — visa ao desinternamento das crianças de 0 a 12 anos, chamadas de inadotáveis (mais velhas, negras ou mulatas, deficientes), que estão destinadas a viverem em orfanatos até atingirem

a maioria;

- Irmão Maior — visa ao atendimento de pessoas com mais de 60 anos de idade, de famílias carentes ou adultos incapazes.

Além desses programas, merece destaque o Plantão Interinstitucional, para cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (que determina “a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização no atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional”) e destinado ao serviço de recepção e triagem de crianças e adolescentes carentes, abandonados ou vítimas de maus tratos. A criação do Plantão Interinstitucional propicia a redução da clientela do Educandário São Francisco, onde serão reativadas as oficinas profissionalizantes, tornando-as produtivas e lucrativas, tanto para a unidade como para os educandos. No tocante às demais Unidades Sociais Oficiais, o diagnóstico e redirecionamento terá por base o Programa Meu Irmão.

O eixo Trabalho compõe-se de um conjunto de programas voltados à geração de oportunidades de emprego e renda, à orientação, informação e formação dos trabalhadores e à melhoria das condições da trabalho, além da interlocução com o movimento sindical e o apoio à sua organização. A estrutura programática da área visa, igualmente, fazer convergirem as diferentes ações para objetivos, população-alvo e necessidades específicas, de interesse dos trabalhadores, sistematizando-as em torno de quatro programas básicos:

- Programa Estadual de Emprego — compreende um conjunto de ações para o acesso a postos de trabalho, no mercado formal ou informal;
- Programa Estadual de Segurança e Medicina do Trabalho — constitui-se um conjunto de ações voltadas à melhoria das condições de trabalho;
- Programa Estadual de Formação Política do Trabalhador — visa proporcionar, aos diferentes segmentos de trabalhadores, a oportunidade de acesso à formação sócio-política, como forma de fortalecer a organização classista;
- Programa Disque Trabalhador — voltado à orientação dos trabalhadores, em geral e das suas entidades de classe, sobre direitos individuais e sociais, bem como, sobre os canais de luta para assegurar-las.

O eixo Desenvolvimento Comunitário compõe-se de um conjunto de programas voltados à melhoria de vida das famílias de baixa renda e ao apoio no processo de organização comunitária, quais sejam:

- Programa Caixa D’água — visa à melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda, mobilizando a comunidade no sentido de instalar caixas d’água em suas moradias, através de mutirão;
- Programa de Assentamentos Rural e Urbano — contribui com a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais;

— Programa de Apoio aos Movimentos Populares — contribui para a elevação da organização dos movimentos populares.

Para a operacionalização dessa programação, as ações são desenvolvidas nos municípios, de forma integrada, não só no âmbito interno, mas também, interagindo em programas afins com órgãos estaduais, municipais e organizações não-governamentais, o que propicia vantagens em termos de custo/benefício e de qualidade dos serviços prestados.

A forma de viabilização escolhida é, portanto, parceria com as prefeituras e sempre que possível e oportuno, com as demais organizações governamentais e não-governamentais afins. Essa parceria poderá assumir variadas formas, podendo traduzir-se em contra-partida financeira, técnica ou de infra-estrutura.

## **2.12. SEGURANÇA PÚBLICA**

## 2.12. SEGURANÇA PÚBLICA

No ano de 1992, a SESP despendeu Cr\$ 544,0 bilhões, sendo Cr\$ 474,6 bilhões em “pessoal”, Cr\$ 46,2 bilhões em “outras despesas correntes”, Cr\$ 22,5 bilhões em “investimentos” e Cr\$ 549,1 milhões em “inversões financeiras”.

Foram implantados 5 novos Conselhos Comunitários de Segurança no Estado. Atualmente existem instalados e funcionando 110 Conselhos no interior do Estado e 7 na Capital.

Encontram-se em andamento 8 obras de construção, com área de 2.763,47m<sup>2</sup> e no valor de Cr\$ 5.670.556.000,00, bem como 19 obras de reparos e melhorias, no valor de Cr\$ 17.633.296.000,00. Foram concluídas 21 obras, no valor de Cr\$ 1.099.970.000,00.

### POLÍCIA CIVIL

#### — Viaturas

Foram adquiridos: 1 barco em alumínio e 1 motor de popa, (com recursos do IBAMA), 1 helicóptero, 1 microônibus, 7 quadriciclos e 38 automóveis.

#### — Pessoal

- 2.081 Policiais Civis formados e treinados (reciclagem).
- 2.177 Vigilantes e outros (não policiais) formados/especializados, através da Escola de Polícia Civil.

#### — Realizações

- Através do Instituto de Identificação, foram emitidos 393.080 documentos, como: 1ª e 2ª vias de identidade, atestados, cédulas com retificação, etc.
- o Instituto de Criminalista emitiu 11.821 laudos periciais diversos como: exame de local de morte, exame de local de incêndio, exame de local de danos, exame de corpo e delito em local de furto qualificado, exame de veículo a motor, etc.
- O Instituto Médico Legal procedeu a 56.345 exames diversos, entre: lesões corporais, conjunção carnal, exumações, necrópsias, abortos, dosagem alcoólica, sanidade física, etc.
- Departamento da Polícia Civil instaurou 31.183 inquéritos policiais e autos de prisão em flagrante de diversos delitos, na Capital e interior do Estado.

## POLÍCIA MILITAR

### — Viaturas

— Foram adquiridos: 90 veículos, 8 motocicletas, 2 caminhões guinchos, 2 ônibus e 1 helicóptero.

### — Ocorrências atendidas pela PMPR

Entre homicídios, lesões corporais, violação de domicílio, roubo com arma, estupro, porte de tóxicos, seqüestro/extorsão, vias de fato, assaltos a bancos e contrabandos, foram atendidas 297.463 ocorrências.

## CORPO DE BOMBEIROS

### — Viaturas

— Foram adquiridos: 2 veículos “Toyota”, 4 caminhões e 5 jet-sky.

### — Ocorrências Atendidas

O corpo de Bombeiros prestou 103.534 atendimentos, entre ocorrências, providências tomadas e serviços prestados.

## DETRAN

### — Gerenciamento administrativo e operacional do Detran

— Inspeções/Sind . . . . .	240
— Cursos instrução Funcional . . . . .	011
— Desenvolvimento Projetos Administrativos . . . . .	001
— Celebrações de convênios . . . . .	002
— Celebrações de contratos . . . . .	007
— Contrato CELEPAR . . . . .	001
— Análises pareceres de multas e C.N.H. . . . .	13.838
— Pareceres jurídicos . . . . .	773

### — Coordenação e controle das atividades de trânsito

— Processos de veículos . . . . .	38.212
— Emissão de documentos de veículos . . . . .	602.000
— Emissão de documentos de habilitação . . . . .	130.310
— Emissão de documentos de licenciamento . . . . .	1.241.591
— Atendimento de acidentes . . . . .	25.155

## **2.13. POLÍTICA HABITACIONAL**

## 2.13. POLÍTICA HABITACIONAL

A SEPH/COHAPAR, através do Programa Casa da Família, construiu com recursos do tesouro casas de 44m<sup>2</sup> e 48m<sup>2</sup>, em alvenaria, cuja prestação não ultrapassa 18% e 20% do salário mínimo, respectivamente.

Esse Programa, iniciado em 1991, consolidou-se em 1992 e contou com a participação direta do município com o qual é firmado convênio, cabendo-lhe a responsabilidade de executar a unidade, com a utilização da mão-de-obra dos futuros moradores ou contratando empreiteiros. Seus valores são reajustados pela UPF e as parcelas desembolsadas antecipadamente, conforme a medição da obra. O valor por unidade habitacional, repassado ao município, é de 300 UPF para a unidade de 44m<sup>2</sup>, e 400 UPF para a de 48m<sup>2</sup>.

Para 1993, está prevista a construção de casas com 52m<sup>2</sup> e prestação de 25% do salário mínimo.

A implementação do Programa Casa da Família permitiu estabelecer novo patamar para o preço do metro quadrado na construção, contribuindo para a revisão dos padrões de casas destinadas à população de baixa renda. Além disso, tem gerado emprego e renda, direta e indiretamente, aquecendo a indústria e o comércio de materiais de construção.

Em parceria com municípios e a população, a SEPH/COHAPAR alcançou a seguinte realização em 1992:

- número de municípios conveniados: 204
- número de unidades conveniadas: 20.422
- número de convênios assinados: 308
- valor conveniado até 31/12/92: 7.836.650,00 UPFs
- número de unidades concluídas: 8.529
- número de unidades em projeto: 18.248

No subprograma lotes urbanizados e cesta básica da CEF, encontram-se em obras:

- número de unidades: 250
- conjuntos: 06
- municípios: 02



## **2.14. CULTURA**

## **2.14. CULTURA**

### **CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA — CCTG**

**O Centro Cultural Teatro Guaíra — CCTG, cujas responsabilidades institucionais envolvem o desenvolvimento das artes cênicas, dança e música, nos seus objetivos programáticos de formar e ampliar platéias, de expandir o mercado de trabalho para artistas, técnicos e produtores, realizou, em 1992, um conjunto de ações e eventos dentro de três grandes vertentes:**

- **Teatro Para o Povo, programação realizada aos domingos, pela manhã, com entrada franca e grande repercussão de público, onde foram apresentadas produções próprias em cartaz ou representações especiais, bem como espetáculos contratados para tal fim;**
- **produções próprias, com intensa repercussão artístico-cultural e grande absorção de artistas e técnicos paranaenses;**
- **programação por cessão dos espaços próprios da Autarquia, para produções de terceiros.**

### **RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ — TVE**

Durante o ano de 1992, foram grandes as mudanças ocorridas na TVE, derivadas das melhorias obtidas na soluções das questões de recursos humanos, tanto nas rádios como na televisão, das aquisições de equipamentos apropriados para a produção, geração ou retransmissão de programas, que permitiram às emissoras a ocupação de um lugar privilegiado no contexto da difusão de rádio e televisão do Estado. É de se destacar, também, a formalização de inúmeros convênios de prestação de serviços a órgãos públicos estaduais e federais.

### **BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ — BPP**

Este foi um ano de transformações, avanços, conquistas e muito trabalho para a Biblioteca Pública do Paraná — BPP, como demonstra este balanço de atividades.

A implantação do novo Regimento Interno modernizou a estrutura administrativa, conforme as novas necessidades da BPP, redefinindo competências e instituindo novos serviços. A BPP foi reconhecida como instituição coordenadora da política estadual de informação e leitura pública.

Foi obtida autorização permanente para compra de materiais, incluindo-se, nas aquisições: materiais audiovisuais, enciclopédias do ano e os modernos livros-brinquedos, fatores de estímulo ao potencial leitor das crianças. O investimento total soma 80 mil dólares e constitui um marco na história da instituição. Também foram beneficiadas, além do acervo central, as bibliotecas sucursais e itinerantes.

Diversas iniciativas foram idealizadas e implementadas com o firme propósito de melhor atender às necessidades dos leitores, aprimorando e desenvolvendo os serviços de atendimento ao público.

## ASSESSORIA DE EDITORAÇÃO

No cumprimento das responsabilidades institucionais de editar obras de interesse histórico, literário e artístico para as culturas paranaense e brasileira, realizou-se;

- promoção dos concursos literários oficiais: III Concurso Nacional de Histórias Infantis; IV Concurso de Poesia Helena Kolody; XIV Concurso Nacional de Contos; III Concurso Nacional de Ensaios, III Concurso Nacional do Romance; as ações para a promoção desses concursos compreenderam atividades de elaboração de regulamentos, divulgação, julgamento das obras inscritas e premiação dos vencedores;
- processamento e editoria de 32 livros.

## BIENAL BRASILEIRA DO DESIGN

A Bienal Brasileira do Design, na sua missão de fomento à prática do design no Paraná, promovendo a integração com instituições similares, bem como de apoio ao Memorial Brasileiro do Design e à realização, a cada dois anos, da própria Bienal Brasileira do Design, promoveu, em 1992:

- realização da 2ª Bienal Brasileira do Design, em Curitiba;
- reapresentação do Memorial Brasileiro de Design, na 13ª Bienale Industrijskeja Oblikovanja, na Iugoslávia;
- realização de exposições ligadas ao design, nos espaços próprios da SEEC, tais como: Designers da CR Design, Retrospectiva 91, Design de Maristela Ono, Identidade Visual e Designers da Coordenação de Desenho Gráfico da SEEC.

## JORNAL NICOLAU

O setor responsável pela edição e distribuição do Jornal Nicolau realizou, em 1992, as seguintes ações:

- edição e distribuição de 15.000 exemplares dos n.ºs 42, 43, 44, 45 e 46 do jornal Nicolau, para leitores de todo o país, inclusive exterior;
- reorganização da distribuição do Jornal Nicolau, com vistas à ampliação do número de leitores, através de contatos com empresas e entidades de classe do país e exterior;
- contato com as seguintes eminentes personalidades da vida cultural, com o objetivo de obter subsídios à edição do Jornal Nicolau: Rachel de Queiroz, o físico nuclear Cezar Latter, Paulo Francis, José Ramos Tinhorão, Iberê Camargo, Millôr Fernandes, Modesto Carone.

## COORDENAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS — COSEM

Através dos Museus: Paranaense, Alfredo Andersen, de Arte Contemporânea, da Imagem e do Som, de Arte do Paraná e Casa João Turin, foram realizados, em 1992: 35 exposições, 8 trabalhos de pesquisa e 6 cursos, destacando-se a Oficina de Arte e Reprografia Giodana Holanda, o 2º Encontro de Arte e Educação e a Semana de Arte Moderna de 92.

## **2.15. ESPORTE E TURISMO**

## 2.15. ESPORTE E TURISMO

### ESPORTE

**FESTIVAL DE PRAIAS — “VIVA MAIS O VERÃO”:** desenvolvido nos meses de janeiro e fevereiro, no litoral paranaense, levando atividades esportivas e de lazer a 500.000 pessoas e realizando diagnóstico da condição física dos veranistas, com resultado computadorizado.

**JOGOS DA JUVENTUDE DO PARANÁ:** foi realizado em 8 fases regionais e uma final, com a participação de 8.828 atletas de 151 municípios.

**JOGOS ABERTOS DO PARANÁ:** contou com a participação de 8.189 atletas de 154 municípios, em suas 13 fases regionais.

**JOGOS ESCOLARES DO PARANÁ:** a fase regional, realizada em 3 municípios-sede, contou com a participação de 43 municípios, 75 escolas e 2.750 atletas. A fase final, disputada em 6 cidades, reuniu 301 municípios, 454 escolas e 7.097 atletas.

**PROJETO INTEGRAÇÃO:** com o objetivo de estimular a realização de programas de esporte para as comunidades, a FESTUR repassou material esportivo a 156 municípios.

**APOIO A EVENTOS ESPECIAIS:** repassando material de consumo, a Festur apoiou a realização de eventos esportivos em 123 municípios.

**PROJETO POLOS ESPORTIVOS:** atendeu 44 municípios, com fornecimento de material esportivo permanente e de consumo.

**PROJETO PARANÁ OLÍMPICO:** com o patrocínio do Banestado, foram fornecidas bolsas-auxílio a 49 atletas, mensalmente.

**PROJETO FRUTOS DA TERRA:** custeado com recursos da Serlopar, foram beneficiados 240 atletas, com o pagamento de bolsa-auxílio.

**PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO DE ATIVIDADE FÍSICA POPULAR:** foi desenvolvido em 20 municípios e atendeu a 22.970 pessoas, com diagnósticos de aptidão física.

**ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA À CRIANÇA ASMÁTICA:** voltado às crianças asmáticas da faixa etária de 6 a 14 anos, este projeto é desenvolvido em convênio com o Hospital das Clínicas e atendeu 103 crianças dos municípios de Curitiba, Colombo e Piraquara.

**PROJETO NOSSA QUADRA:** foi criado em julho de 1992, a fim de possibilitar aos municípios a construção de quadras poliesportivas, mediante repasses financeiros; a Festur participou com 46% dos recursos, a Fundepar com 46% e a Prefeitura com 8%. Foram beneficiados 32 municípios.

**JOGOS ESTUDANTIS BRASILEIROS (JEB'S) — 1992:** realizados na cidade de Blumenau — SC, com a participação de 23 atletas paranaenses, que conquistaram os títulos de Campeão em handebol e Vice-campeão em futsal, além de 2 medalhas de ouro e uma de prata na modalidade atletismo.

**JOGOS ABERTOS BRASIL SUL:** criados pelos 3 estados da Região Sul, foram realizados pela primeira vez no Paraná, em Pato Branco. A Festur apoiou o evento nas partes técnicas, administrativas, custeando 50% da alimentação dos participantes, pagamento de cozinheiros e árbitros, fornecendo col-

chões e beliches para os alojamentos, materiais esportivos, promovendo a divulgação e intermediando, junto ao Banestado, toda a premiação do evento.

**CONGRESSO ESTADUAL DO ESPORTE:** contou com a participação de 1.200 pessoas, 75 municípios do Estado do Paraná, representantes dos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Rondônia, Ceará e 232 cursistas.

## TURISMO

**PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA:** em convênio com a Embratur, foram instaladas 53 placas de sinalização de pontos turísticos em Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e outras 53 na Região Metropolitana de Curitiba.

**DELEGACIA DE ATENDIMENTO AO TURISTA E ESCRITÓRIO REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU:** encontram-se em fase de acabamento, com inauguração prevista para fevereiro e constituem suporte às atividades turísticas de Foz do Iguaçu.

**CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA:** foram realizados 79 eventos, para um público de 106.000 pessoas, alcançando taxa de ocupação de 43%.

**APOIO A EVENTOS TURÍSTICOS:** para divulgar o turismo do Paraná, foram fornecidos 55.000 unidades de folhetos, cartazes, prospectos, shell folders, sobre eventos realizados e atrações do Estado.

**PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS:** a fim de divulgar as belezas naturais e a infra-estrutura existente no Estado, a Festur participou dos seguintes eventos: XXXV Congresso da Confederação das Organizações de Turismo da América Latina, realizado na República Dominicana; XX Congresso da Associação Brasileira de Agência de Viagem, Rio de Janeiro; 4º Festival de Turismo de Gramado; Ciclo de Palestras sobre Turismo Brasileiro, promovido pela Agência de Turismo do Banco do Brasil, em Madrid.

**ASSESSORIA A MUNICÍPIOS:** na implantação de áreas de lazer e outros equipamentos turísticos, foram assistidas 4 prefeituras.

**ESTUDOS E PESQUISAS:** com o intuito de conhecer o perfil do turista que demanda a Curitiba e Foz, foram pesquisadas 5.658 pessoas, nas baixa, média e alta estações.

**INFORMAÇÕES TURÍSTICAS:** através do disque turismo, foram atendidas 4851 consultas sobre assuntos turísticos.

**CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU:** é a obra de maior vulto da infra-estrutura turística de Foz do Iguaçu, que propiciará grande aumento das receitas do setor. Em 1992, sua construção contou com aporte de recursos no valor de US\$ 316 mil.

**CENTRO DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA DE CAIOBÁ:** em convênio com a Embratur e a Prefeitura Municipal de Matinhos, contou com o repasse de US\$ 49 mil e teve concluída a terraplanagem de 14.000 m<sup>2</sup> de área.

**MERCOSUL:** a Festur participou nas II, III e IV Reuniões Especializadas em Turismo do Mercosul, no Rio de Janeiro, Recife e Foz do Iguaçu, voltadas à integração das políticas de turismo dos países signatários.

**CONTROLE DE QUALIDADE:** no ano de 1992, foram realizados 308 cadastros na ESBATUR e 173 vistorias de controle de qualidade em estabelecimentos ligados ao turismo. Além disso, a Festur apoiou a realização de 6 cursos de Controle de Alimentos para Hotéis e Restaurantes.



## **2.16. ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E FINANÇAS**

## 2.16. ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E FINANÇAS

A administração financeira, no exercício de 1992, desenvolveu-se dentro da previsão, havendo equilíbrio entre receita e despesa, com superávit financeiro de Cr\$ 236,3 bilhões. A despesa foi financiada exclusivamente com recursos próprios, sem necessidade de obtenção de empréstimos para executá-la.

No meses de outubro, novembro e dezembro, foram pagas as primeiras prestações, de um total de 132, referentes ao acordo entre o Governo do Estado, Cidade Industrial, Prefeitura de Curitiba, BADEP, BRDE e BANES-TADO, para ressarcimento das despesas com investimentos realizados na Cidade Industrial de Curitiba.

### RECEITA

A arrecadação total de 1992 foi de Cr\$ 7.185,6 bilhões, sendo que o ICMS participou com Cr\$ 4.620,5 bilhões, ou seja, 64,3% do valor arrecadado. Outros componentes da receita estadual foram: Impostos de Renda e de Transmissão Causa Mortis — Cr\$ 205,4 bilhões; aplicações financeiras — Cr\$ 320,6 bilhões; royalties — Cr\$ 100,6 bilhões; outras receitas, como taxas, juros, multas, juros de programas especiais (PPS, PEDU, PRAM) — Cr\$ 894,1 bilhões; transferências federais — Cr\$ 888,3 bilhões (FPE — Cr\$ 532,1 bilhões, Imposto de Exportação — Cr\$ 213,3 bilhões, Salário Educação — Cr\$ 132,5 bilhões e outros — Cr\$ 10,4 bilhões); operações de crédito — Cr\$ 156,1 bilhões, referentes a contratos assinados em anos anteriores.

### DESPESA

A despesa total atingiu Cr\$ 6.949,3 bilhões e com pessoal e encargos Cr\$ 4.614,1 bilhões, correspondendo a 66,0% da despesa e 64,0% da receita. Outros ítems que integram a despesa foram: despesas de custeio — Cr\$ 758,2 bilhões; despesa de capital — Cr\$ 978,3 bilhões, correspondente a 14% da receita arrecadada no período; royalties — Cr\$ 100,6 bilhões, destinados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE, para investimentos no setor produtivo e na área social; resíduos passivos — Cr\$ 28,0 bilhões, referentes a despesas empenhadas no exercício anterior; serviço da dívida pública — Cr\$ 470,1 bilhões para o pagamento do serviço da dívida pública, dos quais, Cr\$ 241,3 bilhões de dívida interna e Cr\$ 228,8 bilhões para a dívida externa. O pagamento do serviço da dívida representou 6,5% da receita total arrecadada. O saldo devedor da administração direta do estado, em 31.12.92, teve um acréscimo real de 3,75%, em relação ao saldo de 31.12.91 e montou US\$ 1.194,5 milhões, sendo US\$ 715,3 milhões para a dívida interna (US\$ 120 milhões para dívida mobiliária e US\$ 595 milhões para a dívida fundada) e US\$ 479,2 milhões para a dívida externa.

## DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA

(em US\$ mil)

DÍVIDA	SALDO 31/12/91	SALDO 31/12/91	%	PRAZO PARA AMORTIZAÇÃO
Interna	666.723	715.385	7,30	25 anos
Externa	484.702	479.209	(1,13)	14 anos
Total	1.151.425	1.194.594	3,75	

— Principais credores: dívida interna — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal; dívida externa — BID e BIRD.

### SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO — SIAF

A Secretaria da Fazenda, através da Coordenação da Administração Financeira do Estado, iniciou, com o sistema SIAF, a manutenção do controle interno dos poderes Legislativo e Judiciário, de forma integrada, conforme determina o artigo 78 da Constituição estadual, reduzindo e otimizando os trabalhos de consolidação dos balancetes mensais e balanços anuais.

### PROGRAMA BOM EMPREGO FISCAL

Com o Decreto nº 1371 e a Instrução SEFA nº 1270, ambos de 4 de junho de 1992, foi instituído o Programa Bom Emprego Fiscal, que tem a finalidade de apoiar a implantação, expansão e reativação de estabelecimentos industriais no Estado, a modernização tecnológica e o incremento do emprego, sem quaisquer restrições quanto ao tamanho da empresa e sinalizando para a desconcentração de investimentos industriais no Estado, quando prevê a postergação de 30% do ICMS incremental para os estabelecimentos de Curitiba e Araucária, 50% para os municípios de Ponta Grossa, Maringá, Londrina e São José dos Pinhais e 80% para os demais municípios. O Programa independe de agente financeiro ou do Tesouro do Estado para a liberação do recurso, já que parte do ICMS incremental enquadrada no programa é retida pelo próprio contribuinte, numa espécie de autofinanciamento.

### FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

A atividade fiscalizadora visou a três objetivos básicos: recuperação de tributos, coibição da sonegação fiscal e orientação aos contribuintes.

No total, foram lavrados 29.227 autos de infração, representando um crescimento real de aproximadamente 13%. Foram exigidos créditos tributários (ICMS e multas) da ordem de Cr\$ 2,7 trilhões de cruzeiros, representando acréscimo de 160%, em relação ao exercício anterior.

Foi concluído, no exercício, o Programa para Aumento da Receita Estadual (Secretaria do Planejamento e Fazenda), que irá ampliar de forma substancial a rede de terminais de computadores, com o objetivo geral de incremento da receita tributária, pelo aumento da quantidade de empresas e docu-

mentos que serão verificados.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS

O Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais tem por finalidade julgar os processos administrativos fiscais, em 2ª instância e desenvolveu as seguintes atividades, em 1992:

Pareceres .....	2.419
Recursos de Reconsideração .....	57
Recursos Hierárquicos .....	11
Requerimentos .....	400
Total .....	2.287

## VOGAIS

Relatórios .....	2.830
Diligências .....	152
Total .....	2.982

Foram julgados 2.732 Acórdãos e 115 decisões pelas Câmaras, referentes aos processos administrativos fiscais.

## BANESTADO

Apesar das perturbações ocorridas na economia nacional, aliadas às turbulências no cenário político o BANESTADO, conseguiu, em 1992, um excelente resultado.

A definição a manutenção de taxas competitivas no mercado garantiram a participação marcante do Banestado no cenário financeiro nacional, propiciando a captação de recursos necessários à administração diária do caixa e ao fluxo de recursos requeridos pelas diversas carteiras operacionais, procurando atender à demanda de crédito solicitado pelos diversos segmentos produtivos de todas as regiões do Estado.

Os depósitos totais atingiram, em dezembro, o volume aproximado de Cr\$ 4,2 trilhões, alavancando sobremaneira as operações de crédito e assegurando ao Banestado posições de destaque ao nível nacional.

No 2º Semestre/92, foi realizado aumento do capital social do Banestado, em espécie e por incorporação de reservas, elevando-se o capital, de Cr\$ 152,4 bilhões, para Cr\$ 258,9 bilhões. A colocação das ações do referido aumento de capital foi efetuado no menor espaço de tempo possível, comprovando a boa aceitação das ações Banestado no mercado, em face da rentabilidade apresentada e credibilidade perante os investidores e clientes.

A Carteira de Crédito Rural operacionalizou os programas “Panela Cheia” e “Programa de Melhoramento do Rebanho Bovino Leiteiro do Estado”, bem como o “Programa de Incentivo à Pecuária”, com recursos do

FDE. Estes programas, executados em conjunto com a SEAB/EMATER, visaram basicamente a estruturação das pequenas propriedades rurais e a introdução de matrizes leiteiras de elevado padrão zootécnico, a fim de aumentar a oferta de alimentos básicos no Estado do Paraná. No Programa Panela Cheia foram operacionalizados 11.214 contratos, totalizando Cr\$ 123,4 bilhões e no Programa Pecuária Leiteira foram operacionalizados 1.745 contratos, totalizando Cr\$ 74,5 bilhões. Além desses Programas, a Carteira de Crédito Rural do Banestado participou de diversos eventos juntamente com a SEAB e EMATER, visando à integração na execução dos Programas de Desenvolvimento Econômico e Social. Destacamos o “Programa de Agricultura Orgânica e Biodinâmica,” “Programa Terra Viva”, onde o Banestado promoveu ação de incentivo à expansão da atividade agropecuária do Estado.

Além disso, propiciou de forma inédita, em parceria com a Itaipu Binacional e EMATER, a implantação do Programa de criação de peixes em tanque-rede no Lago de Itaipú.

A Administração Financeira dos recursos do F.D.E. direcionando-os aos programas de interesse prioritário do governo do Estado, contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná.

Na área de Fomento, foram atendidos 362 projetos no Programa de Fomento a Competitividade Industrial-TDE, que contemplaram financiamentos da ordem de Cr\$ 101,4 bilhões, gerando 3.512 empregos diretos, em 20 municípios do Estado. Já no Programa de Operações Conjuntas — BNDES, a área de fomento atendeu 22 pedidos de financiamento, totalizando Cr\$ 49,7 bilhões de recursos alocados na economia do Estado, que irão gerar 575 empregos diretos, em 19 municípios do Paraná.

Em maio, o Banestado aprovou o Programa de Administração de Fundos Municipais de Desenvolvimento-FMD. Após a sua divulgação, em julho, cerca de 30 municípios interessaram-se pelo programa, dos quais Goioerê, Guaíra, Cafelândia, Capanema, Altônia, Toledo já criaram seus fundos. O Programa Bom Emprego Agroindustrial, que está voltado à implantação, expansão e modernização de micro e pequenas empresas agroindustriais no Paraná, operacionalizou 129 pedidos de financiamento, totalizando Cr\$ 17,3 bilhões. No FINAME Automático foram contratados 273 operações, totalizando Cr\$ 89,9 bilhões. Já no FINAME Agrícola foram liberados Cr\$ 7,2 bilhões, para 73 operações contratadas. O Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano-PEDU atendeu 240 municípios e à SANEPAR, totalizando o volume liberado de Cr\$ 172,8 bilhões.

A Carteira de Crédito ao Consumidor, atuando basicamente no crédito pessoal, supercheque, financiamento de veículos, eletrodomésticos e serviços, encerrou o exercício com Cr\$ 468,8 bilhões de empréstimos totais, com um crescimento real, sobre 1991, de 364,46%. Em 07.12.92, firmou convênio com o BESC, BANRISUL e BEA, com a finalidade de integração para saque com cartão de garantia, em “Cash Dispenser”, pelos clientes, inovando e facilitando o saque para os clientes dos bancos conveniados.

A Carteira de Operações Internacionais alcançou, até esta data, um volume de US\$ 325 milhões em câmbio comprado, isto é, recurso destinado

ao empresário exportador, representando crescimento real de 86,80%, em relação ao ano anterior. O Banestado vem atuando de forma agressiva no mercado de dólar turismo, mantendo 60 postos de atendimento, inclusive no litoral paranaense. Neste ano, foi criado o produto Dekasseguis Funds Transfer, visando dar apoio aos brasileiros que trabalham no Japão, permitindo que os mesmos se beneficiem de um serviço seguro, eficiente e barato na transferência de recursos do Japão para o Brasil. O BANESTADO vem atuando no Mercosul, através da área internacional, em convênios e parcerias comerciais com bancos argentinos e uruguaios, buscando captar recursos (linhas de crédito) e devido ao crescente comércio entre os países envolvidos. Também vem participando de feiras e exposições no Brasil e Argentina, com o objetivo de divulgar sua imagem, tentando realizar negócios com futuros clientes e com outros bancos.

Na Área Administrativa, destaca-se a implantação da Guarda do Patrimônio Estadual, no Banestado, função que vinha sendo desempenhada por empresas particulares, que geravam despesas de considerável valor para sua manutenção.

Na área de Recursos Humanos, assegurou-se a democratização de oportunidades, através da ênfase no preenchimento de cargos por concursos internos, visando permear a competência técnica e o desenvolvimento profissional.

Os esforços da Área Financeira, na recuperação de créditos inadimplentes, propiciaram a obtenção de recursos brutos no montante de Cr\$ 60,3 bilhões, os quais contribuíram para a expansão do crédito aos segmentos produtivos do Estado.

A Banestado S.A. Corretora de Seguros apresentou destacados resultados, inerentes ao Decreto Estadual número 474, de 18.06.91, que determinou a contratação de seguros dos bens patrimoniais do Estado do Paraná por meio de licitações públicas.

No período de 02/01/92 a 31/12/92, cerca de 15 das 23 seguradoras cadastradas na Banestado S.A. Corretora de Seguros tiveram participação ativa nas 121 licitações realizadas, as quais têm manifestado satisfação pela lisura dos trabalhos executados. Como Resultado efetivo desta medida, destaca-se uma economia para o Estado de Cr\$ 21,1 bilhões que, corrigidos pela Taxa do Câmbio Comercial publicado pelo Banco Central do Brasil em 31/12/92, equivale a US\$ 1,726,367.34.

Ao longo do exercício, a Banestado S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários cumpriu os objetivos pré-determinados na política global de planejamento. Além da manutenção do 2º posto no "ranking" das Corretoras ligadas a Conglomerados Financeiros, desempenhou papel fundamental na política financeira adotada pela Instituição. Como Administradora do Fundo de Aplicações Financeiras e do Fundo Banestado de Ações, tem demonstrado a competência de seu quadro técnico, pela constante manutenção de posição de destaque nacional, quanto à rentabilidade e ao patrimônio líquido. O patrimônio líquido do FAF-BANESTADO já ultrapassou a Cr\$ 2,2 trilhões e é importante instrumento, também no financiamento da dívida mobiliária estadual.

A Banestado Leasing S.A. Arrendamento Mercantil obteve um **incremento** na carteira de arrendamento, que significou um **crescimento real de 44,49%**, em relação ao ano anterior. Foram contabilizados, **no exercício**, 1591 novos contratos, **perfazendo um total de US\$ 43,8 milhões**, **desempenho** considerado muito bom, em face da instabilidade econômica **gerada pela crise** política.

A Banestado S.A. Crédito Imobiliário administrou sua **carteira de operações** ativas já contratadas, financiando apenas aquelas **unidades oriundas de financiamentos a empresários** em fase de conclusão dos seus **emprendimentos**, bem como, o retorno dos financiamentos já concedidos anteriormente. **Intensificou** seu trabalho na captação dos recursos através da caderneta de poupança que, ao final do exercício, **apresentou saldo de Cr\$ 3,1 trilhões**, com um crescimento real em torno de **24,94%**. Este **desempenho** destaca a Banestado S.A. Crédito Imobiliário entre as entidades congêneres da Região Sul, da qual participa com **17,55%** do total de depósito em cadernetas de poupança.

Visando incentivar o talento esportivo, o Banestado deu apoio financeiro aos atletas vinculados ao Projeto Paraná Olímpico, de iniciativa da Secretaria de Esporte e Turismo, valorizando, deste modo, o esporte em nosso Estado.

## **2.17. ADMINISTRAÇÃO GERAL**



## 2.17. ADMINISTRAÇÃO GERAL

### Quanto ao Sistema de Administração Geral

Está sendo desenvolvido o “Sistema de Informações para a SEAD”, com o apoio da CELEPAR. Já encontra-se implantado o Malote Eletrônico da SEAD (correio eletrônico), que permite a redução do tempo dispendido pelo correio e dos gastos com material de expediente, contas telefônicas, e aumento da rapidez na comunicação, na tomada de decisões e no acesso a gerentes.

Atendendo solicitação da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, foi elaborado seu novo Regimento Interno, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Foram elaboradas e distribuídas aos órgãos públicos a “Legislação de Recursos Humanos” do ano de 1991 e “Legislação Básica do Sistema de Administração”, referente aos anos de 1988, 1989, 1990 e 1991.

Através da Coordenadoria de Administração de Serviços, foi implantado o Sistema de Controle das Despesas com Reprografia, para todos os órgãos do Poder Executivo, exceto Empresas de Economia Mista, com um único contrato de locação e aproximadamente 4.000.000 de cópias mensais, gerando uma redução de custos mensais de 50%, relativamente a contratos individualizados.

Com o Decreto nº 1592, de 16.09.92, foi regulamentada a indenização das despesas de alimentação e pousada aos servidores da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Esta regulamentação possibilitou uma redução dos custos nos deslocamentos de curta distância.

Foram, ainda, estabelecidos critérios para contratação de empresas prestadoras de serviços de limpeza, higiene e conservação, com redução de custos da ordem de Cr\$ 800.000.000,00/mês, o que representa 50% do valor dos contratos anteriores.

Através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, foram concluídas as desapropriações das áreas necessárias à ampliação do “Aeroporto Afonso Pena”.

Foi iniciado o levantamento dos bens imóveis pertencentes ao governo do Estado, tendo sido cadastrada a totalidade desses bens, no tocante à localização, metragem e ocupação, ficando para o próximo exercício o levantamento dos dados referentes à situação dominial e detalhamento sobre as edificações.

Foi efetuado levantamento do loteamento Cidade Balneária Caiobá, em Caiobá e do loteamento Curitiba, em Cascavel, a fim de instruir processo administrativo.

Foram, ainda, implantados novo Sistema de Controle de Contratos de Locações de Imóveis e um sistema próprio, junto à CELEPAR, para controle dos Bens Móveis do Estado, tendo sido iniciado e concluído levantamento de todo o patrimônio mobiliário, junto aos órgãos da Administração Direta.

## Quanto ao Sistema de Recursos Humanos

### Divisão de Cargos e Salários:

- Foram absorvidas na tabela do Estado as ex-Fundações, transformadas em Autarquias pela Lei nº 9663/91, exceto a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, através da criação de novos cargos e da definição de critérios para enquadramento nos níveis da tabela e nos cargos de nível superior.
- Foi concluída a Reavaliação dos Cargos das faixas G e H do Quadro Geral Estatutário e CLT, com a publicação da Resolução nº 2667 e implantação em folha de pagamento, bem como a Reavaliação dos Cargos classificados de A a G no Quadro Geral Estatutário e CLT da Administração Direta e Autárquica, regulamentada pela Resolução nº 3.446 e implantada em folha de pagamento. Como resultado desta reavaliação, houve uma redução de 57 cargos na tabela do Quadro Geral.
- Em conjunto com a Divisão de Treinamento, foi elaborada a proposta de criação da Gratificação de Incentivo à Pesquisa, instituída pela Lei nº 10.068, de 28/08/92 e regulamentada pelo Decreto nº 1.902, de 15/12/92, e foi desenvolvido o projeto de Administração do Rendimento no Trabalho e da Organização.
- Foi implantado o Quadro de Jornalistas na tabela do Quadro Geral, e reestruturadas as tabelas salariais da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, de Pilotos, do Ballet e da Orquestra Sinfônica do Teatro Guaíra, com base na estrutura da tabela do Quadro Geral.

### Divisão de Recrutamento e Seleção de Recursos Humanos:

- Concurso Público para o preenchimento de 15 vagas para Músicos do Centro Cultural Teatro Guaíra, com 20 inscritos e 4 aprovados.
- Concurso Público para preenchimento de 12 vagas para Músicos da Orquestra Sinfônica do Paraná, com 16 inscritos e 8 aprovados.
- Inscrições para o Concurso Público de Agente Fiscal 3, com 41470 inscritos e 412 vagas.
- Prosseguimento ao processo de nomeação de 3.284 professores e especialistas do Quadro Próprio do Magistério, concursados em 1991.
- Revisão do Orçamento Discriminado de Recursos Humanos — ORH na APPA, FASPAR, SETA, SEJU/DEPEN, DIOE e IPARDES.
- Iniciou-se a implantação do ORH nas seguintes Autarquias: Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Maringá, Londrina e Centro-Oeste, Faculdades Estaduais de Irati e Guarapuava, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, Rádio e Televisão Educativa do Paraná e Instituto de Pesos e Medidas do Paraná.

### Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional:

- Através da Resolução Conjunta nº 01/92 — SEAD/SESA, de 28.02.92, instituíram-se as Juntas de Inspeção e Perícia Médica —

JIPMS, para comporem o Sistema Pericial do Estado do Paraná e serem instaladas em unidades da Secretaria de Estado da Saúde, no interior do Estado.

- Deu-se prosseguimento ao “Programa de Palestras Informativas”, destinado a servidores portadores de determinadas patologias clínicas, tendo-se constatado redução no número de licenças concedidas nas patologias enfocadas nas palestras.
- Foi implantada nova rotina de concessão de Licença para Tratamento de Saúde e outras, através da informatização do processo de divulgação dos resultados, com vistas a obter maior segurança e eficácia no processo pericial.
- Organização e realização, em conjunto com a DTRH/DRH/SEAD, do Seminário “Sistema Pericial do Estado”, com a presença de 43 participantes de todo o Estado.
- Elaboração do Manual de Perícia Médica, instituindo novas normas e procedimentos a serem aplicados pelo Sistema Pericial do Estado.
- Foi reaberta a JIPM de Londrina, fechada em abril/91; foram extintas, as JIPM’s de Irati, Telémaco Borba, Francisco Beltrão, Toledo; e implantadas três novas em Francisco Beltrão, Cornélio Procópio e Irati, perfazendo um total de 17 JIPM’s.

#### Divisão de Cadastro de Recursos Humanos:

- Foi realizado o cadastramento dos servidores das ex-Fundações, para implantação na folha de pagamento do Estado.
- Realizou-se a 2ª etapa do Processo de Recadastramento dos Inativos, concluído em todo o Estado, com a suspensão de 313 pagamentos que não foram procurados.
- Foi implementado novo sistema de formulários e de tramitação dos processos de aposentadoria dos servidores estatutários, visando maior agilidade na concessão desse benefício.
- Foram implementadas rotinas de revisão, atualização e implantação dos dados cadastrais constantes do Sistema RHC — Cadastro de Recursos Humanos, para concessão de adicional por tempo de serviço aos 30.000 servidores CLT do Estado, conforme a Lei nº 10.068/92. Nesse sentido foi realizado treinamento as 57 unidades de Recursos Humanos da Administração Direta e Autárquica.
- Foi implantada sistemática de transações ON LINE, para elaboração da folha de pagamento, permitindo às unidades de Recursos Humanos maior flexibilidade de prazos.

#### Divisão de Treinamento de Recursos Humanos:

- Foi elaborada a Programação de Treinamento para o ano de 1992, com base no levantamento das necessidades de treinamento em 19 órgãos da Administração Pública Estadual e atendidas as áreas Administrativa-Operacional, Técnica e Gerencial.
- Foram treinados 3224 servidores, num total de 155 cursos.

## DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL — DEAM

O DEAM implementou as seguintes medidas em 1992.

- O sistema informatizado (AIM) foi reformulado para introduzir a previsão de consumo de materiais, via terminal e a possibilidade de ajustes trimestrais, em períodos pré-determinados.
- Foram implantados controle de preços de materiais de estoque e procedimento para coleta de preços generalizada, visando à futura instalação de uma Central de Preços.
- Através da Resolução nº 2328/SEAD, instituiu-se calendário para recebimento das requisições de materiais dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.
- O Edital de Licitações foi adequado ao Decreto nº 700/91.
- Ressuprimento de 205 itens do estoque, para atender o consumo da Administração Direta, no montante de Cr\$ 15.463.448.935, 00.
- Informatização da contabilidade, através do pacote contábil da CELEPAR, com a implantação do sistema CCP (Contabilidade Pública).
- Atualização dos procedimentos usados pela Administração Estadual para compras, recebimento, estocagem, distribuição, utilização e reaproveitamento ou inutilização de pneus dos veículos da frota oficial do Poder Executivo.
- Instalação de equipamentos de informática e softwares, para apoio aos processos de compra.
- Designação de Comissão, mediante a assistência do Departamento Estadual de Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Paraná, com o fim específico de emitir parecer a respeito da gerência e destinação de documentos pertinentes ao DEAM, com a observância de critérios técnicos e legais, abrangendo valor histórico e administrativo.
- Modificação da cronologia de pagamentos de faturas pelo DEAM, tornando-se obrigatória a protocolização das notas fiscais.
- Realização de estudos e projetos visando à implantação do cadastro de fornecedores, bem como à inscrição, classificação e avaliação de desempenho das empresas fornecedoras do Departamento.
- Reestruturação organizacional do Departamento, com aprovação de novo Regimento Interno.
- Instauração de 576 processos de compras (Concorrências, Tomadas de Preços, Cartas-convites, Dispensas de Licitação e Compras Informais), gerando um consumo de recursos de Cr\$ 63.777.470.752,00, pela Administração Direta.
- Celebração de 7 convênios, no valor de Cr\$ 6.407.019.672,00, com as seguintes entidades:
  - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente
  - Coordenação da Receita do Estado

- Fundação de Ação Social do Paraná
- Departamento de Estradas de Rodagem
- Companhia de Habitação do Paraná
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- Departamento Estadual de Transporte Oficial.

## DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO — DEAP

Dando prosseguimento às atividades de microfilmagem, o DEAP executou:

- microfilmagem de 165 rolos de filmes de 16mm, compactados por 417.570 documentos (fotogramas) do acervo do Cadastro de Recursos Humanos da SEAD;
- microfilmagem dos Documentos Históricos integrantes da coleção “Correspondência do Governo da Província”; já foram microfilmados 119 rolos de filmes de 35mm, com 111.610 documentos (fotogramas);
- foi dado início à microfilmagem da documentação da DOPS, com a produção de 56 filmes de 16mm no total de 117.925 documentos (fotogramas), dos 692.546 que compõem o acervo da DOPS;
- colaboração com o DETRAN, a Biblioteca Pública e o Museu da Imagem e do Som, através de apoio técnico, processamento regular de filmes, lavagem e condicionamento dos filmes mal conservados.

Foi prestado atendimento, na pesquisa genealógica para obtenção de cidadania estrangeira, aos descendentes de famílias vinda da Europa em meados do século XIX e começo deste.

Em 1992, o DEAP também lançou campanha de divulgação do seu acervo junto às Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa, Prefeituras e outras, através dos meios de comunicação da realização de estágios e visitas orientadas de graduandos e pós-graduandos, sob monitoramento de técnicos, professores e funcionários do DEAP.

## DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO — DECOM

No ano de 1992, o DECOM concluiu 879 obras, no valor de Cr\$ 28.220.852.730,00, e iniciou outras 511, ainda não concluídas no valor de Cr\$ 173.250.004.640,00. Além disso, realizou a fiscalização de 3044 obras iniciadas em períodos anteriores e não concluídas, no valor de Cr\$ 242.165.861.420,00.

## DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL — DETO

O DETO, prestou os seguintes serviços à sua clientela, em 1992:

- atendimentos prestados pela Central de Transporte . . . . . 7.531
- quilometragem percorrida nos atendimentos . . . . . 865.316

— Correspondências entregues pelo Serviço de Malote . . . . .	403.023
— Litros de combustíveis vendidos aos diversos órgãos atendidos:	
Gasolina . . . . .	562.410
Álcool . . . . .	1.928.073
Diesel . . . . .	198.798
— Abastecimentos efetuados aos diversos órgãos . . . . .	63.224
— Documentos processados junto ao DETRAN . . . . .	4.858

Realizou, também, um Leilão Público, no dia 16 de maio de 1992, de 100 lotes de veículos inservíveis e sucatas de veículos, no valor total de Cr\$ 97.770.000,00. Todos os lotes foram arrematados, exceto o de nº 24, que foi cancelado.

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ — IPE

- O IPE implementou as seguintes novas medidas, no exercício de 1992:
- alteração do prazo de recadastamento de pensionistas, de 1 ano para 6 meses, com o objetivo de obter maior controle sobre o pagamento de pensões;
  - solicitação, aos cartórios do Estado, de relações mensais de óbitos;
  - revisão e regularização da situação de todos os 7180 servidores, com cancelamento de contribuição.

## **2.18. OUVIDORIA GERAL**

## 2.18. OUVIDORIA GERAL

- A Ouvidoria desempenha importante papel na sociedade paranaense:
- ampliando o controle sobre a Administração Pública Estadual, em áreas que escapam aos organismos comuns e aos procedimentos tradicionais;
  - estimulando a participação dos cidadãos na gestão e no controle dos assuntos públicos;
  - na proteção à liberdade e aos direitos fundamentais, sejam de caráter cívico, econômico, social ou cultural;
  - como canal para a comunidade expressar o sentimento generalizado de insatisfação frente aos excessos e abusos cometidos pela Administração Pública e meio facilitador para análise das sugestões oferecidas pela sociedade.

### Área de Ouvidoria

Em 1992, a Ouvidoria registrou 1.150 processos, cujas principais modalidades de comunicação popular, apresentaram as seguintes participações relativas:

- 19% — irregularidades administrativas
- 18% — denúncias
- 11% — reivindicações
- 10% — solicitações diversas
- 9% — reclamações
- 8% — sugestões
- 8% — revisões de aposentadorias, reenquadramentos, direitos e vantagens trabalhistas.

No universo dos 1.150 processos, os órgãos citados com maior frequência foram;

- da Administração Direta:  
Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Polícia Civil, Polícia Militar do Estado do Paraná, Coordenação da Receita Estadual;

- da Administração Indireta:  
SANEPAR, Fundação Caetano Munhoz da Rocha, BANESTADO, COHAPAR, IPE, DIOE, DER, DETRAN, ITCF, SUREHMA.

O grau de resolubilidade das participações dos cidadãos atingiu 52%, com 598 dos casos solucionados, cujos principais assuntos foram;

- deficiências dos órgãos voltados ao meio ambiente,
- falta de professores,
- revisão de proventos,
- processos de aposentadoria,



- tarifas de luz e de água,
- auditorias mais rápidas, no caso de denúncias,
- falta de policiamento,
- uso de carros oficiais,
- atendimento adequado ao público e aperfeiçoamentos burocráticos,
- maior fiscalização por parte da Receita Estadual.

O encaminhamento dos processos, pela Ouvidoria Geral às Secretarias do Estado, tem sido feito de forma imediata, graças ao trabalho de informatização orientado pela CELEPAR. Contudo, a resposta por parte das Secretarias, ainda tem dispendido um prazo que pode e deve ser diminuído.

No início dos trabalhos, a equipe de Ouvidores resolvia, de imediato, a metade das participações dos cidadãos; hoje em cada 10 participações, 8 são orientadas imediatamente. Assim, além dos 1.150 processos, foram realizados 9.200 atendimentos.

A equipe de Ouvidores exerce, também, função educativa de esclarecimento aos cidadãos quanto à identificação dos instrumentos que já existem à sua disposição e na capacitação para o exercício da cidadania.

A Ouvidoria-Geral promoveu, ainda, a interiorização de suas ações, com atuação intensiva em Londrina, Maringá e Cascavel, bem como participou da “Operação Praias”, assistindo aos cidadãos em 480 consultas feitas pessoalmente, por carta ou telefone.

### **Área de Auditoria**

Em 1992, foram realizadas 55 auditorias, em diversos órgãos do Estado.

Ainda na área de auditoria, a Ouvidoria Geral, tomou parte em: Comissão de Levantamento do Parque de Informática do Estado do Paraná, Comissão de Inquérito Administrativo sobre irregularidade no IPE, Ação movida pelos funcionários da FASPAR contra o Estado do Paraná, Inquérito Policial sobre irregularidades na ASPP e acompanhou a Sindicância no Corpo de Bombeiros, sobre irregularidades na aplicação do FUNREBOM.

### **Área de Licitações**

Nos procedimentos de licitação dos diversos órgãos do Poder Executivo, submetidos ao exame da Ouvidoria-Geral, nos termos dos Decretos n.ºs 700/91 e 798/91, foram oferecidos pronunciamentos jurídicos em forma de parecer e informação. Foram emitidos 590 pareceres e informações técnicas, abrangendo 1770 procedimentos licitatórios. Daqueles pronunciamentos contendo recomendações que deveriam ser adotadas, foram encaminhados ofícios aos respectivos órgãos licitantes, para as providências devidas.